

## QUARTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2009

**PRESIDÊNCIA: BUZEK**

*Presidente*

### **1. Abertura do período de sessões**

*(A sessão tem início às 09H05)*

### **2. Nomeações nas delegações interparlamentares (prazo para a entrega de alterações): Ver Acta**

### **3. Incêndios florestais do Verão de 2009 (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta**

### **4. Cimeira do G20 em Pittsburgh (24-25 de Setembro) (debate)**

**Presidente.** - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a cimeira do G20 em Pittsburgh (24-25 de Setembro).

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhor Presidente, é para mim um grande prazer representar aqui hoje a Presidência sueca. A Presidência e a Comissão, em conjunto, representarão a UE na Cimeira do G20 em Pittsburgh, que terá lugar nos dias 24 e 25 de Setembro. Amanhã, o Conselho Europeu reúne em Bruxelas para acertar a posição comum da UE. Como é do conhecimento de todos os senhores deputados, a crise financeira global obrigou à adopção de medidas globais sem precedentes:

Em primeiro lugar, medidas de política financeira e monetária rápidas e enérgicas para apoio ao sector financeiro e à economia real. Em segundo lugar, acções de coordenação dos esforços a nível global e de desenvolvimento do papel do G20, enquanto fórum adequado para essa coordenação, incluindo no domínio das medidas de regulação dos mercados financeiros. As medidas de política financeira e monetária que foi possível tomar rapidamente eram absolutamente necessárias para superarmos o pior da crise.

O apoio prestado e a prestar à economia da UE este ano e no próximo é estimado em 5% do PIB. Os bancos centrais responderam à crise mantendo as taxas de juro próximas do zero. Neste momento, estamos animados de um optimismo moderado e acreditamos que já teremos deixado para trás o pior no que toca a problemas agudos do sector financeiro, mas a situação económica permanece instável e há um risco considerável de novos percalços. Estamos perfeitamente cientes de que a questão do crescimento do desemprego vai dominar a actualidade nos próximos tempos. A situação permanece incerta, mas as coisas poderiam ter sido muito piores.

A coordenação e a cooperação a nível internacional são de enorme importância, se desejamos garantir uma recuperação generalizada e dar o tom para o regresso a um crescimento sustentável a longo prazo, assente em bases sólidas. O G20 desempenhou, e continuará a desempenhar, um papel fulcral neste domínio. O G20 trabalhará também com as instituições financeiras internacionais, FMI e Banco Mundial, para assegurar que estas disponham de recursos suficientes e de uma organização interna eficaz que as habilitem a apoiar o crescimento económico e a garantir a estabilidade financeira em todo o mundo.

O processo do G20 produziu os seguintes resultados significativos:

Primeiro, o dispormos de uma análise comum dos problemas que têm afectado as nossas economias. Isto pode não parecer um grande progresso, mas a identidade de pontos de vista a respeito dos problemas do sector financeiro e da economia real que estão subjacentes à crise é essencial para se poderem tomar medidas eficazes de combate.

Segundo, fizemos progressos reais com uma série de medidas específicas que acordámos em Londres na Cimeira da Primavera. No rol dessas medidas incluem-se um "pacote" alargado de estímulo às nossas economias e o reforço da cooperação nos domínios da supervisão e da regulação dos mercados financeiros. Além disso, tratámos de garantir que o Fundo Monetário Internacional dispusesse de recursos suficientes para satisfazer

a procura de crédito. Comprometemo-nos também a melhorar a capacidade das instituições financeiras internacionais para emitirem alertas no momento oportuno na eventualidade de, futuramente, voltarem a ocorrer problemas desta natureza.

Há muito por fazer ainda, mas conseguimos fazer progressos claros, impulsionados por compromissos internacionais coordenados. Penso que nós, na UE, tal como os demais membros do G20, fizemos grandes progressos numa série de questões nucleares que são cruciais para darmos uma resposta estratégica à crise económica e financeira. A nossa estratégia coordenada da UE permite-nos liderar o debate, em vez de nos limitarmos a participar nele. São as nossas ideias que ficam na altura de conceber soluções globais. Foi por isso que a Presidência convidou os Chefes de Estado e de Governo para um jantar, amanhã. O propósito é dar seguimento ao trabalho bem-sucedido que foi levado a cabo no almoço informal do Ecofin e na reunião dos ministros das Finanças do G20 em Londres, para estarmos bem preparados à chegada a Pittsburgh.

Espero que a reunião de amanhã e a Cimeira de Pittsburgh continuem a gerar progressos não só nas principais questões, que já mencionei, mas também em algumas outras áreas. Uma questão que foi levantada de forma bastante vigorosa por uma série de ministros europeus das Finanças foi a do papel desempenhado pelos sistemas de atribuição de prémios de gestão no plano da estabilidade financeira. Os ministros das Finanças da UE defendem unanimemente que devemos liderar a luta em prol da adopção de normas globais eficazes tendentes a assegurar que tais sistemas não produzam efeitos desestabilizadores e que a atribuição de bónus obedeça a critérios de razoabilidade à luz do desempenho. Isso é uma componente importante da iniciativa global destinada a assegurar uma maior transparência e uma melhor supervisão do sector financeiro e é crucial para sermos capazes de garantir a estabilidade futura.

O Conselho de Estabilidade Financeira foi convidado a prestar contas à Cimeira de Pittsburgh do trabalho de definição de um conjunto de princípios em matéria de sistemas de prémios de gestão que desenvolveu. Espero que esse relatório contenha estratégias específicas exequíveis e que assegurem a introdução pelas instituições financeiras de fórmulas de remuneração e atribuição de prémios de gestão sensatas e responsáveis. Espero, além disso, que possamos acordar em continuar a fornecer os estímulos necessários às nossas economias pelo tempo que for preciso, mas é importante assumirmos também o compromisso de retirar esses apoios quando eles deixarem de fazer falta, para podermos reequilibrar as finanças públicas quando vier a retoma.

Estamos ainda a começar a ponderar essas estratégias de saída da crise. A sua forma e coordenação, assim como o modo de as aplicar, têm grande relevância para garantir uma recuperação económica equilibrada e duradoura. O emprego é outro grande desafio. As medidas necessárias têm de ser cuidadosamente ponderadas, de modo a salvaguardarem ao mesmo tempo o equilíbrio entre as políticas financeiras e estruturais. Estou certa de que reafirmaremos a necessidade de rejeitar o proteccionismo e de garantir a lealdade da concorrência nos mercados globais. Isso exigirá uma coordenação considerável não só das actividades de regulação e de supervisão financeiras, como também no que respeita à retirada das medidas extraordinárias de apoio ao sector financeiro. Vai continuar a haver imenso trabalho a fazer a nível tanto nacional como europeu.

A discussão sobre a reforma das instituições financeiras não só prosseguirá amanhã e em Pittsburgh como se prolongará pelo resto do ano. Queremo-las fortes, dotadas de recursos suficientes, do mandato correcto e de orientação política e estruturas de gestão que reflectam a sua composição de modo adequado. Estas questões são complexas e interligadas, mas temos de as resolver com urgência, para que as instituições financeiras possam cumprir uma função que cada vez assume maior importância.

Por fim, queria dizer que, naturalmente, é necessária muita determinação política para obtermos progressos nas discussões preparatórias da Cimeira do Clima em Copenhaga. Ela constitui uma grande prioridade para a Presidência sueca. Queremos certificar-nos de que se estabelecem os incentivos certos para que toda a gente tome medidas no sentido de limitar o aquecimento global e de adaptar as estratégias económicas em prol de um desenvolvimento que respeite o clima.

O nosso objectivo é conseguir que na Cimeira de Pittsburgh se façam progressos em matéria de definição de directrizes para o financiamento de medidas globais para o clima. Não posso prometer que vamos alcançar tudo o que desejamos, porque se trata de questões altamente complexas, mas prometemos que a Presidência afirmará e defenderá os pontos de vista da UE de uma maneira responsável. Imbuída deste espírito, aguardo com expectativa as profícuas discussões de amanhã à noite com os Chefes de Estado e de Governo e os resultados concretos que o mundo espera de Pittsburgh na próxima semana.

(Aplausos)

**Joaquín Almunia**, *Membro da Comissão*. – (ES) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhoras e Senhores Deputados, é a primeira que me dirijo a esta Câmara nesta nova legislatura. Quero começar por felicitar todos vós pela vossa eleição, ou reeleição em muitos casos. Estou certo de que todos partilhamos o sentido de responsabilidade com que devemos enfrentar um dos maiores desafios políticos da nossa geração: como superar esta profunda crise económica e financeira. Temos de devolver aos nossos cidadãos um horizonte de confiança e de estabilidade, alargando o seu leque de oportunidades e garantido a todos o nível de coesão social mais elevado possível.

O tema que vamos debater na Cimeira do G20, a realizar em Pittsburgh na próxima semana, está no centro deste desafio e desta preocupação. Estou convicto de que este vai ser um tema recorrente ao longo do próximo período e ao longo de toda esta legislatura, independentemente de estes temas serem debatidos aqui, no Parlamento Europeu, nas Cimeiras do G20, nos Conselhos Europeus, nos nossos debates ou no âmbito das propostas de iniciativa que a próxima Comissão irá apresentar a esta Câmara.

A Cimeira do G20 em Pittsburgh é a terceira que será convocada ao nível dos Chefes de Estado e de Governo, desde que há um ano e um dia se deu o colapso da Lehman Brothers e teve início uma crise de proporções desconhecidas desde há muitas décadas.

À luz das duas primeiras reuniões de alto nível em Washington, em Novembro do ano passado, e em Londres, em Abril deste ano, é evidente que o G20 está a desempenhar um papel decisivo na coordenação da resposta global a esta crise.

A contribuição do G20 para encontrar uma resposta coordenada foi fundamental para evitar uma recessão ainda mais profunda do que a que estamos a viver. Foi fundamental também para implantar as bases de um sistema económico e financeiro que evitará, no futuro, a repetição dos desequilíbrios e dos excessos que nos conduziram à situação actual.

A União Europeia desempenhou um papel activo e determinante para encorajar o G20 neste tocante. A primeira Cimeira de Washington foi, como o Presidente Barroso recordou ontem nesta Câmara, uma iniciativa europeia da Presidência francesa e do Presidente Sarkozy, em conjunto com a Comissão. A União Europeia contribuiu também de forma decisiva para fixar os objectivos ambiciosos das duas cimeiras anteriores e participou activamente nos trabalhos preparatórios destas cimeiras, para chegar não só a declarações de princípio, como também a resultados e compromissos concretos.

Todos os Europeus, assim como todas as instituições, deverão sentir-se satisfeitos com tudo isto. Podemos estar também razoavelmente satisfeitos com o nível de coordenação que existiu entre os diferentes representantes europeus no G20: os países europeus que são membros do G20 e que participam nas suas reuniões enquanto tal, mais a Presidência da União Europeia em conjunto com a Comissão, em representação da vontade de todos os Europeus e da posição comum de todos os Estados-Membros.

A Cimeira de Washington, realizada no passado mês de Novembro, tornou possível que as principais economias mundiais – os países do G20 representam aproximadamente 90% do PIB mundial – chegassem a acordo sobre a implementação de planos de estímulo para apoiar a actividade económica num momento – no Outono passado – em que o crédito, o comércio internacional e o investimento ficaram subitamente paralisados em consequência do tremendo choque financeiro, que ocorreu primeiro em Agosto de 2007 e que depois ganhou uma velocidade incrível em Setembro de 2008.

Poucos dias após a Cimeira de Washington, no ano passado, a Comissão propôs o Plano Europeu de Recuperação Económica, que recebeu o apoio político do Conselho Europeu em Dezembro. Esse plano constituiu a base da resposta europeia em termos das políticas fiscais e de planos tendentes a estimular a procura através de instrumentos que estão nas mãos dos governos e dos parlamentos nacionais, ou nas mãos das próprias instituições europeias.

Com base na mais recente informação disponível, estes estímulos fiscais discricionários, aliados à acção dos estabilizadores automáticos, que são muito importantes nos países europeus devido ao peso dos nossos impostos e do nosso sistema de protecção social, irão acrescentar, segundo se estima, enquanto contributo para a procura total, o equivalente a 5,5% do PIB da UE entre 2009 e 2010.

A nova Administração dos Estados Unidos adoptou igualmente um plano de estímulo muito importante. Uma vez que a amplitude dos seus estabilizadores automáticos é menor do que a dos Europeus, a soma total dos estímulos directos mais os estabilizadores automáticos significa que o nível de apoio concedido em ambos os lados do Atlântico foi semelhante. Mas também países como o Japão, a China, o Canadá e outros membros do G20 adoptaram estímulos fiscais equivalentes.

A Cimeira de Londres, realizada no início de Abril, insistiu, a este respeito, na necessidade de pôr rapidamente em prática estes planos, solicitou uma monitorização atenta dos mesmos e declarou que, se necessário, estes deveriam ser complementados com medidas adicionais. Agora podemos confirmar que estes planos de estímulo, juntamente com os importantíssimos estímulos monetários que foram também adoptados pelos bancos centrais, mais os recursos públicos que foram mobilizados para apoiar as instituições financeiras e, em particular, os bancos, conseguiram deter a queda livre da economia e permitem-nos vislumbrar agora, neste Outono, os primeiros sinais de estabilização, como se pode ver nas previsões económicas que tive o ocasião de apresentar há dois dias em Bruxelas. Pela primeira vez em dois anos estas previsões não reviram em baixa as previsões anteriores.

Porém, não estamos ainda em condições de garantir que a actividade económica pode sustentar-se por si só se estes estímulos forem retirados. Também é certo que, mesmo com os estímulos que estão a ser aplicados, existem riscos de recaída devido ao extremamente preocupante aumento do desemprego e às debilidades ainda não resolvidas no sistema financeiro.

Assim, uma das mensagens que os ministros das Finanças do G20, reunidos em Londres no princípio deste mês, acordaram com respeito à Cimeira de Pittsburgh foi a necessidade de manter, por enquanto, as medidas de apoio temporárias, sem prejuízo da necessidade de começar a desenvolver uma estratégia de saída coordenada. Voltarei brevemente a esta questão no final da minha intervenção.

As duas primeiras cimeiras do G20, a de Washington e a de Londres, foram igualmente decisivas em termos da definição de uma agenda global de reformas do sistema de regulação e supervisão financeira. Pode dizer-se que estamos a assistir a uma inflexão radical ao fim de quase três décadas dominadas pelo paradigma da desregulação e pelas teorias sobre a suposta infalibilidade dos mercados financeiros.

Em Washington, os países do G20 implantaram as bases, enunciaram os princípios e definiram a agenda para submeter os mercados financeiros a uma regulação e supervisão mais estrita e mais eficaz que não deixe quaisquer zonas, produtos ou agentes financeiros fora do âmbito do controlo das autoridades de regulação e supervisão. Estas autoridades deverão cooperar entre si e coordenar as suas acções de uma forma muito mais estreita a fim de corrigir as ineficácias flagrantes dos sistemas de supervisão nacionais face aos mercados globalizados e às instituições financeiras que operam a nível transnacional nesses mercados.

Na Cimeira de Londres, em Abril, trabalhou-se intensamente no sentido de alcançar progressos concretos e significativos na implementação desta agenda de reformas. Desde as normas prudenciais e contabilísticas, aplicáveis às instituições financeiras, até à firme exigência de transparência das jurisdições não cooperativas, nomeadamente os paraísos fiscais, passando pela regulação dos fundos de retorno absoluto ou de outras instituições financeiras, a organização de mercados transparentes de derivados e a adopção de regras relativas à remuneração dos *traders* que operam nos mercados, a Cimeira do G20 em Londres deu um impulso significativo ao cumprimento da promessa de reformas.

Por consequência, a União Europeia levou a cabo uma tarefa muito importante, não só em termos da promoção destes acordos ao nível do G20, mas também da própria aplicação destes acordos do G20. Isto envolveu um intenso trabalho de regulação ao longo do ano transacto. Algumas destas propostas já foram aprovadas aqui neste Parlamento e pelo Conselho. Outras estão agora a ser discutidas nesta Câmara e no Conselho e, até ao final do ano, a Comissão prevê adoptar outra série de propostas, começando já na próxima semana, um dia antes da Cimeira de Pittsburgh, com a proposta de criação do Conselho Europeu de Risco Sistémico e das três autoridades europeias de micro-supervisão, com base nas recomendações do relatório De Larosière, que tanto o Conselho como a Comissão subscreveram.

A Administração dos Estados Unidos revelou também um plano de reformas financeiras ambiciosas, que o Presidente Obama confirmou esta semana como uma prioridade do seu mandato, reconhecendo a responsabilidade dos Estados Unidos como o lugar onde nasceu e se desenvolveu a presente crise.

Os objectivos fixados para a Cimeira de Pittsburgh incluem verificar o progresso positivo destas reformas e velar pela necessária convergência regulamentar em ambos os lados do Atlântico. Qualquer divergência regulamentar iria ou poderia vir a ser usada no futuro para estratégias de arbitragem dos investidores, que poderiam voltar a gerar importantes distorções nos mercados. Contudo, para além de vigiar o cumprimento do que já foi acordado e de estimular a aplicação das medidas adoptadas, a Cimeira de Pittsburgh deverá enviar uma mensagem política clara. Trata-se agora de consolidar claramente a vontade irrenunciável por parte dos Estados, dos líderes políticos, das instituições, dos nossos países, da União Europeia, de estabelecer um quadro regulamentar sólido com um compromisso firme e de enviar uma mensagem dissuasora dizendo:

"que ninguém possa pensar que, depois de termos ultrapassado a pior parte desta crise, poderão voltar a ocorrer as práticas anteriores que a geraram, como se nada tivesse acontecido".

Os cidadãos esperam garantias de que se exigirá às instituições financeiras e aos respectivos dirigentes o respeito de regras, em particular no que respeita às remunerações, que os impeçam de voltar a pôr em perigo o sistema financeiro e a economia real no seu conjunto. Cumpre dizer também que a União Europeia está totalmente unida em relação a este ponto.

Outra questão que esteve no topo da agenda das diferentes cimeiras do G20 é a reforma das instituições financeiras internacionais, à qual a Senhora Ministra Malmström já fez referência.

A única coisa que gostaria de acrescentar é que em Londres se deu um passo extremamente importante em termos da capacidade financeira dessas instituições e, em particular, do Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja capacidade creditícia foi incrementada para não menos do que 500 mil milhões de dólares, o que significa que o limite total de que o Fundo Monetário dispõe agora para as suas operações ascende aos 750 000 milhões de dólares. Para além disso, foi acordado que se distribuiriam entre todos os países membros FMI, na proporção da sua quota, direitos de saque especiais no valor de 250 000 milhões de dólares. Para além de tudo isto, foi ainda acordado o incremento da capacidade financeira do FMI para aumentar as suas linhas crédito concessionais aos países mais pobres. Tudo isto já está em marcha. No espaço de seis meses avançou-se muito mais neste domínio do que em muitos anos anteriores.

Por consequência, a União Europeia concordou, evidentemente, em contribuir, na medida que lhe corresponde, para este aumento de recursos do FMI. Os Estados-Membros da União Europeia concordaram em acrescentar 125 000 milhões de euros às suas contribuições habituais, a fim de corresponderem proporcionalmente ao financiamento dos novos objectivos.

Os líderes do G20 vão debater também a questão da mudança da representação dos diferentes países nos órgãos de governação das instituições financeiras internacionais. Os países emergentes e em desenvolvimento aspiram, com toda a razão, a uma representação mais adequada, uma aspiração que a União apoia mas que deve traduzir-se em acordos concretos. É por isso que a Comissão Europeia – apesar de esta não ser a posição oficial da Presidência da União Europeia – continua a dizer que, em linha com o pensamento deste Parlamento até à data, a melhor representação da União Europeia nesses órgãos é uma representação única.

A agenda da Cimeira de Pittsburgh cobrirá igualmente outros assuntos: o financiamento do combate às alterações climáticas, no âmbito da preparação da Cimeira de Copenhaga, a necessidade de retomar as negociações e de não ceder às tendências proteccionistas, assim como o reforço dos apoios aos países mais débeis e mais vulneráveis para enfrentarem esta crise. Como é do vosso conhecimento, na semana passada a Comissão aprovou uma comunicação a este respeito.

Por último, permitam-me concluir assinalando a vontade que foi expressa na última reunião dos ministros das Finanças do G20 e que vai ser debatida na Cimeira de Pittsburgh, nomeadamente a necessidade de implantar as bases de um futuro modelo de crescimento mais equilibrado e mais sustentável. Isto passa, em primeiro lugar, pela elaboração de estratégias de saída, não para serem aplicadas de imediato, mas para serem aplicadas no momento oportuno e de uma forma coordenada, pois o desenvolvimento dessas estratégias é fundamental não só para sair desta crise de uma forma sustentável, mas para oferecer também, ao mesmo tempo, uma perspectiva de sustentabilidade a médio e longo prazo após o profundo impacto que a crise provocou nas finanças públicas, nos níveis de emprego e na capacidade de crescimento das nossas economias.

**Corien Wortmann-Kool**, em nome do Grupo PPE. – (NL) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhor Comissário Almunia, estamos a viver uma crise mundial. Temos um sector financeiro que opera à escala mundial, pelo que precisamos de acordar tanto quanto possível regras vinculativas para o sector à escala mundial. Daí a grande importância de que a Cimeira de Pittsburgh se reveste, embora também a própria União Europeia deva, naturalmente, tomar providências enérgicas. Os esforços deverão incidir no restabelecimento do equilíbrio entre liberdade e responsabilidade, os valores que constituem a base da nossa economia social de mercado e que estão no cerne do programa eleitoral do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos).

Senhor Presidente, a Cimeira do G20 é uma cimeira importante onde é necessário que haja mais do que uma visão – e felizmente V. Exa. disse-o também. É uma cimeira onde terão de ser tomadas decisões relacionadas, nomeadamente, com a reforma estrutural da gestão de riscos, com mais transparência e com melhores regras em matéria de supervisão financeira. Senhor Comissário Almunia, o senhor disse que já existem propostas para os fundos de retorno absoluto; o que pretende alcançar na Cimeira do G20 nesse domínio? Uma reforma

célere do FMI e do Banco Mundial é também extremamente necessária, e é necessário – alegra-me que ambos o tenham dito também – trabalhar com rapidez numa estratégia de saída coordenada, sob pena de voltarem a surgir novos problemas.

Senhor Presidente, é da maior importância que a perniciosa cultura dos prémios seja atacada com regras vinculativas, uma vez que os prémios que recompensam lucros a curto prazo colocam seriamente em risco a estabilidade das instituições financeiras. Isto não é tudo, porém, pois existe, com razão, uma forte indignação por parte do público, e por essa razão, também, é muito importante que nos mostremos determinados nesse ponto.

Senhor Presidente, a cimeira só será bem sucedida se forem assumidos compromissos vinculativos. Já falei da regulação financeira, mas as alterações climáticas, no contexto da preparação para uma Cimeira de Copenhaga bem sucedida, e a luta contra o protecçãoismo, a bem do emprego, também são, obviamente, questões muito importantes. O Senhor Presidente, a União Europeia, todos nós em conjunto, temos de desempenhar um papel pioneiro nesse tocante, e por isso importa que V. Exa. consiga fazer com que os Estados-Membros conjuguem esforços.

**Udo Bullmann**, *em nome do Grupo S&D.* – (DE) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, minhas Senhoras e meus Senhores, acima de tudo, não pode haver “posição de descansar” na actual situação económica. Tal apenas nos permitirá realizar uma recuperação lenta e assistir a um aumento dramático das taxas de desemprego, inclusive aqui na Europa. Daí o imperativo de sermos corajosos. Esta é a mensagem mais importante que este Parlamento pode dar aos delegados que vão à cimeira de Pittsburgh. Sejam corajosos!

Senhor Comissário Almunia, o discurso que lhe ouvi foi refrescante e por ele o felicito. Agora, é necessário começar a pô-lo em prática. Uma boa ideia é começar pelos sistemas de prémios de gestão, mas não é suficiente. Precisamos de uma inversão de procedimentos, sempre que os especuladores de curto prazo, porque as regras estão erradas, estiverem em vantagem no mercado financeiro internacional relativamente àqueles que desejam fazer investimentos de longo prazo em postos de trabalho, em produtos de excelência e no êxito a longo prazo da sua empresa. É correcto dizer que nenhum operador de risco, nenhum centro financeiro de risco podem passar sem uma razoável regulação, razão pela qual precisamos de regulamentação dos centros *offshore* a partir dos quais produtos duvidosos estão a inundar todo o mundo. Esta é a tarefa mais importante que temos agora pela frente.

Tampouco devemos ter receio de discutir a política fiscal – não é proibido. Um imposto internacional sobre as transacções de capitais que beneficiasse os investidores de longo prazo far-nos-ia avançar globalmente nesta discussão. Precisamos de uma coordenação forte e melhorada da nossa política, económica internacional e europeia. É correcto reflectir sobre uma estratégia de saída, mas, neste momento, é ainda mais importante pensarmos sobre como podemos dar um apoio mais sólido à economia e melhorar a coordenação da nossa política económica.

**Sylvie Goulard**, *em nome do grupo ALDE.* – (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhor Comissário, apreciamos evidentemente todos os esforços que referiu e que, efectivamente, já foram muito longe, mas queremos mais! Queremos a concretização de um certo número de elementos e compromissos do G20. Chamo nomeadamente a sua atenção para o desfasamento entre os números relativamente encorajantes no domínio financeiro e os números terríveis do desemprego na União Europeia. Se temos um desemprego duradouro, então teremos, antes de mais nada, um drama humano e também um peso nas finanças públicas e uma ausência de retoma através do consumo.

Nós, Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, tememos seriamente um cenário à japonesa e uma espécie de crescimento lento durante alguns anos. Penso que o seu país, Senhora Ministra, a Suécia, também passou, infelizmente, por essa experiência. Ajude-nos, por favor, a tirar partido dessa experiência.

Para mim, há três vertentes essenciais. A primeira passa por continuarmos a cooperar a nível internacional, continuarmos a lutar contra o protecçãoismo, a reforçar as instituições mundiais, como, por exemplo, o FMI. Nada conseguiremos sozinhos. A Europa tem de passar esta mensagem incansavelmente.

Em segundo lugar, temos de desenvolver uma supervisão efectiva e um saneamento bancário muito mais exigente. A este respeito, desconfiemos dos efeitos dos grandes anúncios do G20. Há os executivos, mas há também o trabalho a fazer a nível legislativo e, para nós, Senhor Comissário Almunia, as propostas da Comissão sobre a supervisão constituem um passo no bom sentido; mas não é suficiente. A prazo, pretendemos autoridades mais europeias. Em seguida, penso que teremos de reflectir em estratégias comuns

para sair da crise preservando o euro, zelando por que os défices não pesem sobre a disciplina monetária comum.

Para concluir, gostaria de agradecer ao Senhor Comissário Almunia ter-se afirmado favorável a tomadas de posição da União Europeia enquanto tal nas instâncias internacionais, defendendo o método comunitário. Contamos consigo para que não sejam apenas os grandes Estados a fazerem ouvir a sua voz, mas que toda a União Europeia e todo o mercado interno sejam bem defendidos.

**Sven Giegold**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. - (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao Senhor Comissário o discurso que proferiu. Tenho várias dúvidas, a primeira das quais se prende com o facto de a Comissão do Desenvolvimento deste Parlamento ter elaborado uma proposta de resolução. Passo a citar um passo desse texto: "Constata com grande preocupação que esta crise já comporta elevados custos humanos e tem efeitos devastadores sobre as pessoas vulneráveis dos países mais pobres, prevendo-se um aumento de 23 milhões de desempregados, de 90 milhões de pessoas extremamente pobres, só em 2009, e entre 200 000 e 400 000 casos de mortalidade infantil por ano, em média, entre 2009 e 2015".

Infelizmente, esta resolução não foi aprovada, apesar de redigida por todos os grupos do Parlamento. Lamentamo-lo profundamente e consideramos uma vergonha que esta Assembleia não tenha sido capaz de elaborar uma resolução sobre o G20 dedicada ao desenvolvimento.

A questão fundamental reside em saber como financiar as consequências da crise e, a propósito, o Ministro das Finanças alemão, seguindo a Chanceler alemã, sugeriu que o G20 discutisse a possibilidade de um imposto global sobre transacções. Dirijo agora uma pergunta à Comissão e à Presidência do Conselho: apoiam essa proposta?

Outra questão prende-se com os paraísos fiscais. O G20 pretende lidar com este assunto com base numa troca de informações casuística. Sabemos que uma abordagem desse tipo não resultará. A Comissão do Desenvolvimento sugeriu um regime de elaboração de relatórios por país, o que obrigaria as empresas multinacionais a elaborarem relatórios por país. Sugerimos a introdução da troca de informações automática para que a informação possa realmente fluir entre os diversos países.

Um sistema financeiro global exige transparência. Gostaríamos de saber a posição da Comissão e da Presidência sobre estas propostas concretas para sair da crise e financiar as suas consequências.

**Kay Swinburne**, *em nome do Grupo ECR*. - (EN) Senhor Presidente, queria começar por agradecer os discursos desta manhã. Gostei, em especial, de ouvir os comentários de Cecilia Malmström, segundo a qual os representantes do G20, em Pittsburgh, têm de chegar a acordo e de conseguir uma coordenação efectiva no apoio continuado às medidas de estímulo, no afrouxar dessas medidas quando tal se revelar adequado, e de fazer um esforço coordenado e determinado no que respeita a regulação futura.

O pano de fundo desta cimeira consiste, porém, em nações que gastam milhões de dólares em planos de viabilização e pacotes de relançamento, ao mesmo tempo que vemos duas das maiores economias mundiais adoptarem medidas proteccionistas, nomeadamente nos sectores dos pneus e das aves de capoeira; vemos, ao mesmo tempo, duas das estruturas de regulação mais complexas a nível mundial, a saber, a UE e os EUA, que tentam proceder a uma revisão total dos seus sistemas financeiros. Espero, por conseguinte, que os temas fundamentais de como coordenar os serviços financeiros, em particular agora, que alguns países começam a demonstrar sinais de conseguirem sair deste período de crescimento negativo, sejam o eixo principal da discussão, em vez do controlo dos prémios dos banqueiros, mera manobra de diversão.

Esta cimeira devia centrar-se em como conseguir um quadro comum de regulação, com prazos iguais para todos, de forma a não abrirmos a possibilidade de países individuais obterem vantagem concorrencial ou de proporcionarmos uma oportunidade de arbitragem de supervisão à negociação especulativa. A regulação financeira não oferecerá vantagem ao primeiro a jogar. Apenas uma abordagem global e coordenada poderá ser benéfica às empresas que pretendem financiar-se em Gales, na UE e mais além.

Se as empresas galesas não obtiverem financiamento nos EUA, se os bancos em que confiam exigirem um capital tão elevado que os contribuintes da UE se verão obrigados a assumir riscos ainda maiores, o facto de sermos os primeiros num meio regulatório altamente complexo não constituirá vantagem. Proponho que adoptemos, em todas as circunstâncias, uma abordagem coordenada, e que a mantenhamos para podermos garantir, de futuro, o acesso ao capital por parte de todas as nossas empresas, em Gales, na UE e no resto do mundo.

**Miguel Portas**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – Em Portugal os lucros da banca, no primeiro trimestre deste ano, cresceram 18%. Mais do que os lucros da banca só aumentou o desemprego. Portugal não é excepção, é o exemplo de uma promessa falhada, a que foi feita pelo G20, e que era a de que iríamos resolver esta crise com uma nova ordem económica e mundial.

Não é verdade, 50 milhões de novos desempregados e 200 milhões de novos pobres provam que não está a ser assim. É por isso que sugiro à Comissão e à Ministra Malmström, tratem de bónus, de *hedge funds*, tratem disso, mas principalmente tratem do que aqui não falámos, do fim dos *off-shores*, dos paraísos fiscais, da taxa sobre as transacções financeiras, do fim do segredo bancário. Façam qualquer coisa que se veja se querem que as pessoas acreditem.

**Mario Borghezio**, *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que confiança podem as pessoas ter numa regulação dos mercados financeiros confiada a sumos-sacerdotes dos templos dos mercados financeiros como Mario Draghi?

Nos Estados Unidos, está em curso uma revolta popular, uma nova revolução conservadora do povo contra as oligarquias financeiras. Nós, o povo, não acreditamos em políticas que fazem os contribuintes pagar para salvar os poderes financeiros, tanto nos Estados Unidos como na Europa. Pelo contrário, os governos europeus devem garantir recursos adequados à economia real; devem centrar a sua preocupação na produção e no emprego. Basta ver os resultados do G20, que nada dizem sobre limites para remunerações e sobre prémios, nem sobre a eliminação dos paraísos fiscais!

Em vez disso, as medidas visam apenas salvar os responsáveis pela bolha orçamental: foram já gastos 23 triliões de euros, 5 dos quais pelo Banco Central Europeu. O dinheiro da nossa economia foi oferecido aos responsáveis pela bolha orçamental. Contrastando com os 850 mil milhões oferecidos à banca, apenas 50 mil milhões foram destinados a medidas de apoio social e a incentivos à produção. A realidade é que a alta finança comanda e a política obedece-lhe.

Nos Estados Unidos, como na Europa, os políticos revelam-se meros servidores do poder da banca a nível mundial. Acorda, Europa! Segue o exemplo do povo norte-americano, que está a iniciar uma segunda grande revolução: a revolução popular conservadora!

**Hans-Peter Martin (NI)**. – (DE) Senhor Presidente, precisamos de uma revolução da democracia. Este facto fica claro a partir deste processo, que felizmente ganhou impulso com o que é actualmente o G20, pois mais elementos podem aderir; poderíamos até imaginar um G3. Como seria se o Conselho ajudasse a estabelecer um mecanismo de controlo democrático, sobretudo tendo em conta a sua tradição de consenso? Não tem, de imediato, de ser um parlamento mundial, mas o que está a ser promovido necessita de controlo democrático por parte dos parlamentares eleitos no âmbito de um fórum muito maior do que o Parlamento Europeu.

Gostaria também de chamar especificamente a atenção para o facto de a questão dos riscos sistémicos dever ser abordada na sua essência. Precisamente em relação às situações desastrosas em que continuamos a cair, remontando a 1998, envolvendo a LTCM, o Hypo Real Estate e, claro, a Lehman, e os consequentes efeitos em cadeia, há que tirar lições e criar regras que impossibilitem termos de nos defrontar com o problema das "too big to fail" (instituições que, devido à sua dimensão, não podem ir à falência, sob risco de afundar o sistema financeiro). Para tal pode, naturalmente, intervir-se ao nível da legislação sobre cartéis, mas estamos seguramente também perante uma questão fundamental à escala global.

Relativamente ao imposto internacional sobre as transacções de capitais, o grupo de apoio ao imposto Tobin foi criado aqui no Parlamento Europeu em 1999. É positivo que tenha havido progressos neste domínio. No que se refere ao pacote de supervisão, precisamos urgentemente de agir à escala europeia e não permitir que aqueles que querem a Europa errada nos detenham.

**Othmar Karas (PPE)**. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as estatísticas estão a melhorar. No entanto, as múltiplas causas da crise – e não se trata apenas de uma questão de lacunas nos regulamentos – estão longe de ter sido eliminadas. Para tal, vontade política, determinação e coragem não podem falhar-nos, muito pelo contrário.

Estamos hoje a falar sobre o G20. É um bom processo. Precisamos de novas ou diferentes estruturas, de prioridades e de bases para a avaliação, de modo a podermos construir uma economia global e uma ordem financeira, social e de justiça no mundo.

Para tal, há três condições: em primeiro lugar, precisamos de desenvolver um processo de legitimação parlamentar que seja democrático, em segundo lugar, precisamos de mais UE na Europa e de mais Europa



no mundo, o que também significa que os valores da nossa Carta dos Direitos Fundamentais são os nossos artigos de exportação, que o nosso modelo de economia social de mercado eco-responsável constitui a base da nossa ordem mundial e que, em terceiro lugar, a regulamentação europeia é necessária em áreas em que não houver acordo à vista, no âmbito do G20.

Dizemos "sim" a uma supervisão europeia integrada em vez de uma supervisão do mercado financeiro simplesmente coordenada com base no modelo do Banco Central Europeu. O relatório de Larosière é escasso. Dizemos "sim" ao debate sobre os pagamentos de prémios de gestão, mas mudar os métodos de pagamento não é o método correcto para abordar esta questão. Temos de mudar a base para a avaliação e, sempre que há um prémio, este também deve incluir uma componente de penalização.

No meu entender, o debate sobre a pró-ciclicidade está a ser demasiado breve neste momento. Em 2009 e 2010, precisamos de eliminar os efeitos pró-cíclicos da crise e dos regulamentos em vigor. A vontade política não pode faltar-nos. É por isso que, após os discursos da Presidente em exercício do Conselho e do Comissário, vamos para Pittsburgh com optimismo.

**Pervenche Berès (S&D).** - (FR) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, um ano após a queda da Lehman Brothers, a voz que a União Europeia irá manifestar na Cimeira do G20 em Pittsburgh será absolutamente crítica, se quisermos evitar uma repetição de acontecimentos passados e que a dinâmica de mudança se mantenha no topo da agenda. Para isso, quatro observações.

Em primeiro lugar, na Cimeira do G20 em Londres, no passado mês de Abril, os Chefes de Estado ou de Governo comprometeram-se a aumentar os meios à disposição do FMI. Seja. Vimos que havia uma grande mobilização para cumprir esse objectivo. Temo que isso esconda uma menor determinação em termos de actores da reforma da governação do FMI, de que tanto necessitamos.

Segunda observação: temos de zelar pelos efeitos da moda. Não gostaria que a omnipresença do debate sobre os prémios e as remunerações tanto dos CEO como dos corretores - que é altamente crítica se queremos fazer evoluir o sistema para um sistema menos a curto prazo, que favoreça mais o investimento a longo prazo - não ponha de lado o combate, não menos essencial, sobre a questão da luta contra os paraísos fiscais, que tinha sido o assunto vedeta da Cimeira de Londres.

Terceira observação, e retomo o que disse Udo Bullmann: estamos num momento histórico para voltar a colocar a questão da contribuição dos bancos para o financiamento dos seguimentos da crise, de forma a permitir o relançamento do debate sobre a fiscalidade das transacções, que deve, também neste caso, permitir desbloquear meios financeiros ao serviço do investimento a longo prazo. Mais uma vez, após a forma como os bancos foram apoiados e ajudados para fazerem face à crise, é justo, normal e eficaz que eles possam agora contribuir para o financiamento da economia.

Última observação: quando se observa a situação do emprego, penso que, desde o início, as nossas reuniões do G20 possuem uma lacuna quando se trata de abordar a questão macroeconómica, a questão de um pacto global pelo emprego e a questão de um retorno a uma estratégia que, amanhã, nos permita corrigir os desequilíbrios mundiais que estão na origem desta crise.

**Wolf Klinz (ALDE).** - (DE) Senhor Presidente, congratulo-me com a reacção rápida e resoluta do G20 à crise financeira à escala global. Muita coisa aconteceu. O incêndio parece ter sido extinto, mas as bases do nosso sistema financeiro apresentam-se ainda instáveis. Os cidadãos estão inquietos. Os lucros estão a ser reinvestidos em benefício dos accionistas e os prejuízos estão a ser socializados, é deste modo que o cidadão vê o que se passa. Entretanto, cada vez mais intervenientes no mercado retomam as práticas do *business as usual*, ("mais do mesmo"), envolvendo-se em grandes movimentações, em vez de se concentrarem no que deveriam realmente fazer enquanto prestadores de serviços, nomeadamente apoiando a economia real. Ética financeira e responsabilidade parecem continuar a ser conceitos desconhecidos para muitos destes operadores.

Espero que o G20 adopte medidas específicas – e rápidas. A minha expectativa é de que os Estados-Membros da UE congreguem esforços no mesmo sentido. Além de novas estruturas de supervisão, precisamos também de bases de maior equidade, que aumentem em função do risco, sistemas de incentivo a longo prazo – e não a curto prazo –, uma estratégia de abandono coordenado de auxílios do Estado, contenção do proteccionismo, regulamentação congruente, em vez de regulamento de arbitragem, o fim da pró-ciclicidade e uma solução para o problema das "too big to fail" (instituições que, devido à sua dimensão, não podem ir à falência, sob risco de afundar o sistema financeiro) e, acima de tudo, devemos manter-nos fiéis à economia social de mercado que já deu as suas provas.

**Cornelis de Jong (GUE/NGL).** – (EN) Senhor Presidente, até ao momento o G20 centrou-se em medidas destinadas ao sector financeiro. Todos parecem, no entanto, esquecer que a economia real também é vítima de ganância e da obsessão com o lucro a curto prazo.

Tenho o maior respeito pelas pequenas empresas que, contra todos os obstáculos, lutam pela sobrevivência. Merecem que lhes sejam concedidos os empréstimos a que têm direito. Não tenho o menor respeito, todavia, pela administração de algumas grandes empresas que não estão minimamente interessadas nos produtos ou serviços que prestam, pensando apenas em termos de expansão e de especulação.

Consequentemente, exorto o G20 a pensar em como tornar mais democrática a economia, discutindo também formas de garantir que, dentro da empresa, os trabalhadores e aqueles que representam o interesse geral disponham de poder suficiente para controlar a gestão.

Temos de reflectir de novo, na UE, sobre o estatuto da sociedade europeia. Há que assegurar a impossibilidade de os accionistas e a administração enveredarem por estratégias de crescimento especulativo em detrimento do interesse a longo prazo das próprias empresas e daqueles que para elas trabalham.

**Krisztina Morvai (NI).** – (EN) Senhor Presidente, a maior parte dos Europeus não são chefes de empresa nem banqueiros, mas agricultores em explorações familiares, pequenos empresários, funcionários públicos.

Quase todos, na Europa, estão mais que fartos do sistema actual, em que o mundo é governado por multinacionais e bancos. Necessitam e exigem um paradigma totalmente novo, que implique uma mudança da globalização para a localização, da tomada de decisões centrada unicamente nos lucros e no dinheiro para uma tomada de decisões que se centre no ser humano e na comunidade, da agricultura comandada pelas normas de comércio livre da OMC para a soberania alimentar, a produção local e a cultura local.

Por favor, não deixe de representar, na Cimeira do G20, a opinião da maioria dos Europeus.

**Werner Langen (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, quem deve regular quem e de que maneira o faz? Esta será uma das questões controversas da Cimeira do G20. Mesmo que haja unanimidade sobre o facto de não poder haver retorno à evolução desenfreada do mercado financeiro, os métodos e a extensão da regulamentação são ainda objecto de discussão acalorada. Ainda será possível chegar a um acordo sobre as regras referentes ao capital próprio, às agências de notação financeira, possivelmente, até mesmo sobre as questões relacionadas com os derivados financeiros e seu licenciamento, mas haverá discussão sobre a concorrência desleal, os impostos e o controlo. Haverá igualmente discussões sobre os prémios e sobre a exigência de um imposto Tobin por parte da Europa.

Por outras palavras, enquanto Europeus temos a responsabilidade de fazer o nosso próprio "trabalho de casa", independentemente do resultado da Cimeira do G20, e a Comissão está no caminho certo ao não se colocar apenas na sua dependência. O nosso lema tem de ser: no futuro, todos os intervenientes no mercado financeiro e todos os produtos e centros financeiros terão de ser objecto de supervisão.

No entanto, a recuperação da economia global também está na ordem do dia. Não podemos manter a postura do passado e dar guarida aos desequilíbrios do mundo em benefício dos EUA e em benefício dos grandes países industrializados. Temos de envidar esforços para erradicar a pobreza e a fome no mundo, devendo a Cimeira do G20 dar um novo impulso a este objectivo.

Gostaria de acrescentar um ponto que ninguém, à excepção do Comissário Almunia, abordou até agora. Será necessário que respeitemos o Pacto de Estabilidade e Crescimento na Europa e não que o enterremos. Apenas o facto de termos este pacto, de o termos revisto e mantido, tornou possível que a Europa continuasse capaz de agir. Este deve continuar a ser um objectivo europeu: uma estratégia de saída rápida para abandonar o endividamento excessivo em direcção a uma economia estável, em direcção ao Pacto de Estabilidade e Crescimento tal como o conhecemos.

**Edward Scicluna (S&D).** – (MT) Senhor Presidente, actualmente, um dos temas mais em voga, pelo menos no noticiário relacionado com a Cimeira do G20, é o dos prémios. Esta é, naturalmente, uma questão muito falada, mas temos de compreender que o problema real é um pouco mais complexo. Aquilo que deve ser dito é que, se estes prémios podem colocar o sistema financeiro em risco, deverão, indiscutivelmente, ser verificados. No entanto, temos de ter em consideração que havia grandes défices no comércio externo entre os países, bem como outros défices fiscais internos que levaram a esta crise.

Devemos também ter em consideração o emprego. Sabemos que o emprego demora cerca de um ano ou mais a reflectir o impacto do desempenho anterior do PIB. Por consequência, ao analisar as questões do

emprego, os pacotes de estímulo fiscal que estão a ser aplicados têm de continuar a sê-lo, até que comecem a surgir resultados positivos. A Comissão deve garantir que não há inconsistências e deve exigir uma efectiva redução do défice antes de o fazer.

### **PRESIDÊNCIA: ROUČEK**

*Vice-presidente*

**Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, a Cimeira do G20, que teve como tema principal a gestão dos prémios, não chega de forma alguma à raiz do problema e, infelizmente, não representa um passo em frente para a melhoria do sistema actualmente existente.

A série de propostas de alteração aos regulamentos limita-se a uma análise de questões superficiais e não aborda os objectivos sociais. O seu objectivo deveria ser uma remodelação total do sistema financeiro e o controlo público e social, uma cimeira mais democrática que incluísse todos os Estados e abordasse questões como o desemprego crescente e a escalada dos preços de bens essenciais e do combustível, uma cimeira que tomasse decisões fundamentais relativamente a intervenção no mercado para pôr termo à privatização contínua e à destruição do Estado social.

São estas as verdadeiras necessidades da população. Hoje em dia os cidadãos exigem mudanças estruturais globais, longe do sistema neoliberal que conduz ao subdesenvolvimento em vez do desenvolvimento, longe da especulação desenfreada que vai contra os interesses do povo.

**Jean-Paul Gauzès (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, congratulo-me com a sua determinação.

A Europa começou a aplicar uma regulamentação eficaz, mas não pode avançar isolada. É necessária uma estreita cooperação internacional, e é isso que esperamos do G20. Tem de prosseguir, com rigor e energia, as reformas iniciadas nas reuniões anteriores. Há que completar o quadro internacional de regulação do sector financeiro, de forma a colocá-lo ao serviço do investimento, do crescimento e do emprego. Têm de ser afirmados princípios directores. A crise não acabou. Não devemos voltar à situação anterior e renunciar às medidas que se impõem para evitar, tanto quanto possível, a repetição de crises particularmente prejudiciais para a economia real, o crescimento e o emprego.

É igualmente necessário o reforço da vigilância e da regulação. As obrigações de supervisão devem reflectir o nível de risco sistémico que as instituições financeiras impõem ao sector. As actividades de especulação, que representam um risco importante, devem ser desencorajadas, aumentando as exigências de fundos próprios e aplicando as regras de Basileia a nível internacional.

No que respeita às remunerações no sector financeiro, há que preconizar comités de remuneração, que aumentar a transparência dessas remunerações através de obrigações de publicação mais rígidas, e que enquadrar as remunerações variáveis, nomeadamente os prémios. O reforço das instituições financeiras mundiais é também imperativo, da mesma maneira que a reforma da governação e da representação no FMI.

Eis, Senhor Comissário, algumas das expectativas dos cidadãos na próxima Cimeira do G20, onde a Europa deverá falar a uma só voz, com força e convicção.

**Alejandro Cercas (S&D).** – (ES) Senhor Comissário Almunia, Senhora Ministra Malmström, peço-vos que em Pittsburgh não esqueçam que estamos a viver não só uma crise financeira e económica de dimensões inauditas, mas também uma enorme crise social com consequências devastadoras para os mais necessitados, para aqueles que só têm o seu posto de trabalho, para os pequenos empresários e para as regiões e países mais desfavorecidos. Espero que em Pittsburgh fique claro que a economia é importante, mas que as pessoas são-no ainda mais e que a economia está ao serviço das pessoas.

Além disso, Senhor Comissário, Senhora Ministra, por favor não se esqueçam, na Cimeira de Pittsburgh, de que a Europa existe. Por favor, façam a vossa voz soar mais alto do que a dos três tenores. Tenho aqui uma carta de três Primeiros-Ministros europeus, com data de 3 de Setembro, onde não consta uma única sobre a Europa. Dizem os ministros que é importante que a Europa fale em uníssono, mas a verdade é que eles continuam a abafar a voz da Europa.

O Senhor Comissário e a Senhora Ministra vão ter de falar mais alto do que eles. Têm de deixar claro que a Europa tem um direito e uma obrigação, e que a nossa visão sobre a economia social de mercado constitui a solução para esta crise e para prevenir que a mesma se repita.

**José Manuel García-Margallo y Marfil (PPE).** – (ES) Senhoras e Senhores Deputados, concordo com muitas das coisas que aqui foram ditas, mas há outras que vou ter de matizar.

Concordo que é demasiado cedo para tirar as muletas ao paciente, mas acho que já é tempo de o preparar para caminhar sem elas. Temos ainda de absorver a liquidez excessiva dos mercados, de corrigir o desequilíbrio das finanças públicas e de restabelecer o respeito pelas regras da concorrência. Em Pittsburgh temos de fazer diversas coisas que não podemos fazer sozinhos: temos de estabelecer mecanismos de alerta que funcionem, pois os que tínhamos não funcionaram; temos de rever o quadro regulador, porque o que tínhamos não funcionou.

Concordo que é importante regular os prémios e os paraísos fiscais. Todas estas são medidas necessárias, mas não suficientes. É mais importante, do meu ponto de vista, restaurar a estrutura muscular das instituições financeiras, limitar o endividamento e criar reservas em tempos de bonança para podermos enfrentar as tempestades. É mais importante fazer um esforço em termos de supervisão.

O Senhor Comissário sabe que apoiei o relatório Larosière, embora ele me tenha parecido insuficiente, pois eu seria partidário de uma supervisão mais centralizada. No entanto, é óbvio que a supervisão europeia não pode funcionar sem uma coordenação estreita com as autoridades de supervisão das outras grandes zonas económicas do mundo. Precisamos também de fazer algo em matéria de comércio. Está muito certo que ajudemos os países emergentes, mas é mais importante ainda que eliminemos as barreiras que continuam a entravar o comércio de bens.

Senhor Comissário, o mais importante é que precisamos de estabelecer as bases para um crescimento estável e sustentado durante uma geração. Para tal são necessários mercados livres, mercados abertos à inovação, mercados abertos aos empreendedores, mas mercados sujeitos a uma certa regulamentação.

Terminarei com uma citação que será familiar ao meu compatriota Joaquín Almunia: "Pragmáticas, poucas, mas que se cumpram, amigo Sancho", alvitava Don Quixote.

**Peter Skinner (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, gostaria de começar por agradecer ao Senhor Comissário. Concordo com ele, em especial, quanto a esta sua Carta para uma Actividade Económica Sustentável. Penso que é isto que temos de levar ao G20, embora não concorde em que utilizemos todo o nosso capital nos prémios a pagar aos banqueiros. Esta questão acaba, de certa forma, por constituir uma distração - mas tem também de ser discutida. Do mesmo modo, uma lista de boas intenções para resolver os problemas mundiais não nos levará a parte nenhuma.

A indústria dos serviços financeiros encontra-se numa situação muito difícil. Há que começar por garantir que resolvemos essa situação de forma permanente, para o que se impõe uma abordagem coerente. O G20 é um fórum da maior importância mas precisamos, também, de criar estruturas permanentes, como o Conselho Económico Transatlântico, para podermos lidar com questões como as IFRS. Se pretendemos verdadeiramente resolver o problema do risco sistémico temos de deixar de olhar para trás e de começar a concentrar-nos na estrada que está por percorrer.

**Kader Arif (S&D).** - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise que atravessamos é profunda e duradoura. Assim, é urgente e absolutamente indispensável criar as necessárias regulações e definir o enquadramento do sector financeiro e dos bancos, a fim de evitar que a crise de hoje se repita mais violentamente no futuro. O sistema financeiro deve voltar a ser colocado ao serviço da economia real e não continuar a arruiná-la.

Deste ponto de vista, a última cimeira do G20 em Londres, já referida, saldou-se por propostas no mínimo parciais, mas sobretudo por discursos que não se transformaram em actos, pelo que os desvios financeiros retomaram.

Perante esta situação, e para que a cimeira do G20 de Pittsburgh seja verdadeiramente útil, a União Europeia deve defender medidas fortes de regulação, que tenham consequências reais. Para além das disposições essenciais destinadas a enquadrar a finança, já referidas por muitos colegas, gostaria, pela minha parte, de lembrar as questões do comércio e do desenvolvimento, pois, em Pittsburgh, estará igualmente em causa o relançamento da Ronda de Doha. Relançá-la, sim, mas desde que o objectivo inicial e central dessa ronda - a saber, o desenvolvimento - não seja de novo posto de lado. Os nossos parceiros do Sul não aceitarão, e com razão, que as suas preocupações continuem sem resposta.

O desafio do G20 ultrapassa o da crise financeira: trata-se de lançar as bases de uma nova governação mundial.

**Ramon Jauregui Atondo (S&D).** – (ES) Senhora Ministra Malmström, Senhor Comissário Almunia, vou dar-vos três ideias no espaço de um minuto.

Em primeiro lugar, precisamos de mais Europa. Isto porque, tendo em conta a situação mundial, a Europa tem de estar unida e de ser forte. Se não o conseguirmos, a Europa não contará e ficará fora de jogo.

Em segundo lugar, precisamos de mais Estado. Mais Estado porque, para além de desenvolver uma nova governação para o mundo, para além de nova regulação e supervisão, e também de uma maior coordenação, precisamos de acabar com os paraísos fiscais e de rever a fiscalidade transnacional. Creio que este é um tema urgente para o futuro.

Por último, precisamos de um mercado melhor. Creio que é importante reiterar a necessidade de uma nova ética para os negócios e também a necessidade de encorajar uma nova cultura de responsabilidade corporativa das empresas. Penso que isto é fundamental. As empresas têm de tornar-se parte da sociedade e, como tal, há que torná-las responsáveis perante esses grupos de interesses, perante essas partes interessadas.

**Rachida Dati (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhor Comissário, antes de mais, no passado dia 3 de Setembro, a Alemanha, o Reino Unido e a França chegaram a acordo, falaram em uníssono num consenso europeu em torno da questão do enquadramento dos prémios dos corretores.

Na quinta-feira, o Conselho reunir-se-á a 27 para preparar o G20. Apelo a que trabalhe activamente na procura de uma solução, de uma resposta comum, mas uma resposta sobretudo ambiciosa para a questão das remunerações dos corretores. Com efeito, as regras estabelecidas e as decisões tomadas no último G20, em Abril, não foram respeitadas, já que os bancos, que tinham aliás beneficiado de ajudas estatais, provisionaram rapidamente montantes destinados à remuneração dos corretores.

Os cidadãos europeus já não conseguem compreender, e não compreenderiam a tomada de medidas nesta cimeira do G20 sem que as infracções fossem castigadas. Quando há ajudas estatais, as infracções têm absolutamente de ser castigadas. Assim, é necessário que sejam adoptadas em Pittsburgh medidas concretas, e sobretudo comuns. Não podemos ser virtuosos sozinhos.

Em resumo, as remunerações têm de ser melhor enquadradas por regras de transparência, governação e responsabilidade, e há que aplicar sanções quando são praticadas infracções.

**Monika Flašíková Beňová (S&D).** – (SK) Na minha opinião, aquilo que os senhores apresentaram aqui e que querem apresentar ao G20 é um plano bastante ambicioso. No entanto, preocupa-me saber quais serão as conclusões do G20 e os impactos reais na sociedade, visto que os resultados que chegaram ao nível dos Estados-Membros da UE, até agora, não são nem tangíveis, nem visíveis.

A Senhora Ministra Malmström estava a dizer que o que está em causa é um nível adequado de remunerações dos gestores, mas é preciso dizer-se que todos os dados indicam que é precisamente naqueles sectores que apoiamos financeiramente e que salvámos da bancarrota que os gestores recebem remunerações de níveis desproporcionados. Além disso, não aconteceu nada com o sector bancário *offshore* – o mecanismo não foi, pura simplesmente, posto a funcionar.

Tudo isto leva ao aumento do desemprego e a problemas para as pequenas e médias empresas. Penso que, no futuro, talvez devêssemos concentrar-nos em menos questões, garantindo, simultaneamente, que os temas em que nos concentramos sejam implementados de forma plena.

**Pascal Canfin (Verts/ALE).** – (FR) Senhor Presidente, o senhor falou de governança do FMI. Gostaria de saber também se tenciona levar ao G20 a questão da condicionalidade do dinheiro que o FMI empresta aos Estados. Verificámos que as condicionalidades muito liberais não tinham sido alteradas, nomeadamente nos empréstimos feitos a certos Estados europeus. Qual é a sua posição sobre o assunto?

Segunda pergunta: qual é a posição da Comissão e do Conselho sobre a proposta chinesa de criar uma moeda internacional um pouco diferente, regulando assim o sistema financeiro de outra forma que não o dólar?

Terceira pergunta: o G20 inscreve-se também na preparação de Copenhaga. A Comissão propôs um montante compreendido entre os 2 e os 15 mil milhões de euros destinado a ajudar os países do Sul a adaptarem-se às alterações climáticas. Qual é a posição do Conselho sobre o assunto? Que montante vai propor no G20, na próxima semana?

**Vicky Ford (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, o G20 apresentou muitas respostas judiciosas, das quais salientaria a necessidade de reformular a regulação e supervisão financeiras e a necessidade de agir de forma

coordenada. Os nossos políticos nacionais dizem uma coisa mas aqui, na UE, estamos a fazer outra. A regulação que alguns dos meus colegas estão já a considerar diverge, quer em termos de calendário de aplicação quer nos pormenores de aplicação.

As nossas economias estão, por enquanto, ainda muito frágeis. O desemprego cresce, o acesso ao financiamento constitui uma das grandes preocupações, em especial para as pequenas e médias empresas. Queremos que as nossas empresas, britânicas ou europeias, se encontrem numa situação de desvantagem concorrencial numa altura em que tanto necessitam de fundos de exploração? Queremos que seja tão caro contrair um empréstimo junto de um banco europeu que os nossos clientes, as nossas empresas, façam os seus negócios em *Wall Street* e acabem por dar vantagens a *Wall Street*, à custa dos bancos europeus?

*(O Presidente retira a palavra à oradora)*

**Enikő Győri (PPE).** – (HU) Minhas senhoras e meus senhores, permitam-me que aborde este tema de uma das perversidades da crise. Os cidadãos húngaros ficaram chocados com o facto de os lucros dos bancos húngaros terem atingido no primeiro semestre dois terços do seu nível anterior à crise, enquanto o seu país sobrevive com a ajuda do FMI e da UE, após sete anos de governo socialista. Os bancos são também capazes de alterar unilateralmente os seus acordos, colocando assim numa posição vulnerável os cidadãos que contraíram empréstimos em moeda estrangeira, na esperança de comprarem o seu próprio apartamento.

Acredito firmemente que temos de tomar medidas contra estas tendências. Temos de submeter os bancos e outros operadores do mercado financeiro a uma supervisão adequada. Temos de impedir a continuação da prejudicial cultura de prémios de gestão, prevalecente antes da crise. Temos de definir com rigor regras de ética profissional, porque já vimos onde vamos parar com uma desregulamentação excessiva. Temos de criar um mundo que recompense não os lucros rápidos e de curto prazo e a imoderação, mas sim o trabalho digno, e que considere a responsabilidade social um valor básico. Temos de trabalhar juntos para produzir regras sensatas que convençam os nossos parceiros do G20.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D).** – (HU) Há uma mensagem clara naquilo que foi dito até agora, nomeadamente, que para reconquistar a confiança dos cidadãos comuns, temos de tomar medidas contra os prémios de gestão e os paraísos fiscais. Gostaria de perguntar ao Senhor Comissário Almunia e à Senhora Ministra Malmström quando é que a autoridade europeia de supervisão financeira proposta pelo Primeiro-Ministro húngaro entrará em funcionamento. Gostaria também de salientar que esta seria uma tarefa extremamente importante para este Parlamento, sem nada a ver com o G20, no sentido de proteger os interesses dos consumidores e dos cidadãos europeus.

Estes estão completamente à mercê dos bancos, que não fornecem informações suficientes e fiáveis. Na Hungria, elaborámos um código de ética e eu gostaria de sugerir que arranjassemos também um código de ética a nível da UE, para reger o comportamento dos cidadãos e dos bancos. Na verdade, acredito firmemente que há um número excessivo de vítimas inocentes, já que os cidadãos comuns não compreendem o risco envolvido na obtenção de crédito. Esta é uma tarefa extremamente importante para a Europa.

**Corinne Lepage (ALDE).** - (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhor Comissário, o programa extremamente ambicioso que nos apresentou é interessante, mas não acha que deveríamos dedicar-nos à questão do interesse que ainda existe, actualmente, em favorecer as transacções a curto prazo e uma rentabilidade a curtíssimo prazo, comparativamente aos médio e longo prazos?

A falta de financiamento das nossas empresas, nomeadamente na Europa, provém precisamente do interesse que continua a existir nos investimentos a curtíssimo prazo. Não acha que deveríamos dedicar-nos à essa questão?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os senhores deputados que participaram neste debate. Considero que há um elevado grau de consenso nesta Assembleia quanto ao essencial da posição europeia e às prioridades em que nos devemos concentrar na preparação da reunião do G20. A UE tem agora uma voz clara e afinada na cena internacional e eu queria agradecer sinceramente à Comissão, e a Joaquín Almunia em particular, pelo trabalho que fez para promover esse consenso.

Muitos dos oradores suscitaram as questões que eu e o Senhor Comissário analisámos. Sim, precisamos de uma melhor supervisão e de melhor regulação dos mercados financeiros. Esperamos que se estabeleça um sistema de supervisão logo que possível. Será baseado no relatório Larosière, e veremos quando conseguiremos pô-lo a funcionar. Precisamos de soluções globais com maior coordenação e de instituições internacionais

eficazes e funcionais. Precisamos de princípios claros no que toca aos sistemas de atribuição de prémios de gestão. Deposito muita confiança no Conselho de Estabilidade Financeira e estou convicta de que ele apresentará propostas específicas praticáveis que possamos discutir.

Queríamos abordar também a questão do financiamento das medidas climáticas. Exortaremos todos os países a assumirem as suas responsabilidades, mas não estou certa de que seja realista esperar poder discutir números na Cimeira de Pittsburgh. Naturalmente, trabalharemos nesse sentido, porque seria bom termos êxito.

Necessitamos também de soluções globais. As soluções da UE não podem ser dissociadas deste sistema; em vez disso, temos de tratar de pôr em prática o maior número possível de soluções globais. O desemprego é, porventura, o aspecto mais visível da crise económica e financeira para a população europeia. Na maioria dos nossos países, o desemprego veio para ficar por algum tempo e constitui um problema muito, muito sério. Ele requer soluções europeias e nacionais. Precisamos de uma política para o mercado de trabalho forte, temos de criar condições para que seja mais fácil às empresas e aos empreendedores assumir o risco de contratar gente e ousar investir e temos de assegurar a empregabilidade das pessoas, investindo na educação e na investigação. Em Outubro, teremos um debate especial sobre o desemprego no Ecofin.

Temos ainda de discutir as estratégias de saída da crise. Senão, correremos o risco de as medidas que tomámos produzirem efeitos negativos sobre o emprego e o crescimento, em particular, e resultarem em défices e inflação. Na nossa sociedade, os primeiros a sofrer são sempre os mais vulneráveis. Quanto aos países mais pobres, estamos perfeitamente conscientes de que são eles os mais afectados pela crise internacional. Ela atinge severamente os mais pobres do mundo. Temos discutido e continuaremos a discutir formas de podemos aliviar as dificuldades dessas populações. É importante que os bancos multilaterais de desenvolvimento disponham de recursos suficientes para poderem conceder crédito a taxas reduzidas. É importante, igualmente, garantirmos que o sistema de comércio internacional funcione capazmente e sem protecçãoismo. Consequentemente, as várias discussões a respeito de impostos globais e de diversas modalidades possíveis de taxa Tobin só fazem sentido se eles puderem ser efectivamente aplicados à escala global, o que não é o caso de momento. Logo, seriam contraproducentes e não auxiliariam as nossas economias.

Muitos deputados suscitaram a questão dos fundos de retorno absoluto e da nova regulação financeira. Trata-se de questões prioritárias para a Presidência sueca. Decidi-las-emos em conjunto convosco e estamos desejosos de colaborar de modo muito estreito com o Parlamento Europeu para adoptarmos quanto antes directivas e regulação financeira relativas aos fundos de retorno absoluto. Estou ciente de que se trata de uma tarefa difícil e complexa – que há muitos aspectos a considerar –, mas estamos prontos a colaborar o mais estreitamente possível convosco para as adoptarmos.

Em suma: naturalmente, a cimeira do G20 não pode resolver todos os problemas que discutimos. Todavia, tenho boas razões para esperar que possamos fazer progressos substanciais nas questões que discutimos. Há pressão por parte dos cidadãos da Europa, mas há também gente por todo o mundo que conta que nós demonstremos a nossa capacidade de liderança e reforcemos a estabilidade dos sistemas financeiros, para fazermos tudo o que está ao nosso alcance para prevenirmos crises deste tipo no futuro e garantirmos que saímos desta crise mais fortes do que entrámos. A UE está unida, a UE está forte e eu posso afiançar a V. Exas. que a Presidência sueca tudo fará para defender e afirmar as posições da Europa na cimeira do G20 da próxima semana. Muito obrigada por um debate muito estimulante.

**Joaquín Almunia, Membro da Comissão.** – (ES) Senhor Presidente, julgo que todos estamos de acordo em que, na presente conjuntura, em que ainda temos grandes e profundos desafios pela frente em consequência da crise, o sucesso da Cimeira do G20 em Pittsburgh e a convicção de que, em resultado destas reuniões, vamos começar a encontrar e a aplicar soluções para os problemas com que nos debatemos, são extraordinariamente importantes. Na realidade, começamos a ver sinais importantes de melhoria em determinados sectores económicos, em particular no crescimento do comércio internacional e na confiança dos consumidores e investidores. Por essa razão, todos os pontos da agenda da cimeira deveriam ser – devem ser e espero que venham de facto a ser – acordados por parte dos Chefes de Estado e de Governo e executados após a reunião da próxima semana.

Entre os pontos mais importantes que foram referidos por muitos de vós conta-se a necessidade de clarificação, a necessidade de uma mensagem clara sobre a forma como as economias mais importantes tencionam continuar a coordenar as suas acções. O próximo passo na coordenação da política económica deve consistir na definição de uma estratégia de saída e no compromisso com uma decisão sobre como e quando essa estratégia será aplicada de uma forma coordenada. Temos de aprender – e creio que aprendemos – a lição da crise de 29, nomeadamente a de que as medidas de estímulo não podem ser retiradas demasiado depressa,

quando a economia – como alguns de vós disseram – ainda precisa de muletas. No entanto, também não podemos utilizar essas medidas de estímulo por mais tempo do que o necessário, pois nesse caso estaríamos, mais uma vez, a criar as condições que conduziram às bolhas e aos desequilíbrios que provocaram esta crise. Esta é uma questão muito importante, que terá de ser esclarecida pela Cimeira de Pittsburgh.

Temos de evitar repetir os erros do passado, não só em matéria de políticas macroeconómicas, como também em matéria de regulação e supervisão financeira. Creio que este compromisso já ficou muito claro nas cimeiras anteriores. Temos agora de desenvolver este compromisso e de cumprir os compromissos já assumidos tanto a nível global como, no nosso caso, a nível europeu.

A este respeito, concordo com aqueles que disseram no debate desta manhã que nem tudo pode ser resumido à questão das remunerações. No entanto, também concordo inteiramente com aqueles que dizem que a questão das remunerações é extremamente importante em termos económicos, sociais, políticos e éticos. Julgo que a Europa está a dar mostras da sua liderança neste campo – como já fez em relação a outros a outros pontos da agenda do G20 –, quer através de cada um dos Chefes de Estado e de Governo, quer, também, através das próprias instituições europeias, a Presidência da União Europeia e a Comissão.

Não devemos esquecer que, em Abril deste ano, a Comissão Europeia enviou recomendações aos Estados-Membros em matéria de remunerações, cujo teor é praticamente idêntico ao das que estão agora a ser propostas por todo o mundo. Temos de continuar a prestar atenção aos problemas do sistema financeiro – mais capital, reestruturações e correcção dos balanços dos bancos –, tanto a nível europeu como a nível global.

Num sistema financeiro totalmente interligado, de nada serve tentarmos resolver os nossos problemas dentro das nossas fronteiras se mais ninguém estiver simultaneamente a resolver os seus. Não esqueçamos que, há um ano, um dia antes da crise do *Lehman Brothers*, nós ainda pensávamos que podíamos evitar os piores problemas da crise financeira criada nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, é absolutamente correcto que, afinal, como muitos de vós disseram, o objectivo político não se resume a resolver o balanço de um banco ou a capitalizar o seu passivo. Os problemas fundamentais são o emprego, a situação das nossas pequenas e médias empresas e a sustentabilidade dos nossos serviços públicos e dos nossos sistemas de protecção social.

Contudo, sem um sistema financeiro funcional, nada mais pode ser sustentado. É esse o desafio que a Cimeira de Pittsburgh tem de resolver, ou que o G20 tem de continuar a resolver na Cimeira de Pittsburgh.

Por último, gostaria de comentar uma questão que foi levantada em muitas das vossas intervenções. Embora esteja de acordo com outros pontos da agenda do G20, que muitos de vós mencionaram, gostaria de focar apenas um: a questão dos paraísos fiscais e das jurisdições não cooperativas.

É verdade que a reunião do G20 em Londres não encontrou soluções para todos os problemas inerentes aos paraísos fiscais. Seria muito difícil encontrar num só dia todas as soluções para um problema que já existe há muitos anos. Porém, também é incontestável que, desde a Cimeira de Londres, em Abril, no espaço de seis meses foram resolvidos muitos mais problemas do que os que foram ou poderiam ter sido resolvidos ao longo de muitos anos antes Cimeira de Londres. Neste particular, foi alcançado um acordo sobre o intercâmbio das informações necessárias para prevenir a evasão fiscal e impedir que certas actividades económicas financeiras sejam ocultadas às autoridades públicas recorrendo à protecção dos paraísos fiscais. É verdade, portanto, que nem tudo foi resolvido nestes seis meses. No entanto, conseguimos fazer progressos muito significativos em relação a um aspecto que é muito importante para prevenir que essas actividades financeiras, que são sonegadas às autoridades de regulação e supervisão, voltem a gerar distorções no sistema. Isto é também extremamente importante em termos da mensagem que estamos a transmitir aos nossos cidadãos sobre a repartição das responsabilidades e dos esforços necessários para enfrentar esta crise.

Por último, alguém disse que a voz da UE tem de fazer-se ouvir acima das vozes dos membros europeus do G20. Posso assegurar-vos que, sob a Presidência sueca e usando a voz da Comissão Europeia, a voz da UE será ouvida. Está a ser ouvida com muita atenção e com muito respeito, porque a Europa, e não só um ou dois países europeus, mas a União Europeia, foi a organização que iniciou este processo de coordenação global. Isto mostra claramente que é possível alcançar resultados mais eficazes quando existe uma verdadeira coordenação.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no primeiro período de sessões de Outubro.



**Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**András Gyürk (PPE)**, *por escrito*. – (HU). Espera-se que a próxima Cimeira do G20 coloque a ênfase sobretudo nas negociações sobre o clima de Copenhaga. Há ainda muitas questões por decidir para podermos obter um acordo pós-Quito. Permitam-me que exprema algumas ideias que tenho sobre esta matéria. Número um: em vez de vagas promessas de longo prazo, precisamos de medidas vinculativas de médio prazo. Estas medidas devem ser realistas, justas e responsáveis. No estabelecimento destas medidas, para além de factores como o desenvolvimento económico e os recursos naturais, é importante ter também em consideração em que medida os compromissos de Quito foram cumpridos até agora.

Número dois: temos de apoiar a ideia de que a UE deve ajudar os países em desenvolvimento também do ponto de vista financeiro, na consecução dos objectivos da política climática. É necessário um compromisso financeiro específico para alcançar este objectivo. No entanto, para garantir a transparência, os países em desenvolvimento devem também assumir compromissos vinculativos e elaborar planos de acção detalhados.

Número três: os mecanismos de flexibilidade devem continuar a desempenhar um papel importante. A fim de promover o investimento, temos de chegar, o mais rapidamente possível, a acordo sobre a maneira como os certificados resultantes dos projectos realizados até agora podem ser incluídos.

Número quatro: os instrumentos baseados no mercado devem ter maior alcance no sistema pós-Quito. Por exemplo, a extensão do comércio de emissões ou dos sistemas de certificados verdes poderá ajudar a conseguir uma redução das emissões em certos lugares, incorrendo em custos mínimos. Julgo que a crise económica não é um obstáculo para o compromisso de Copenhaga. Um acordo de médio prazo razoável poderá de certo modo fomentar a competitividade da economia europeia, reduzindo simultaneamente a sobrecarga sobre o ambiente.

**Edít Herczog (S&D)**, *por escrito*. – (HU) Há cinco anos, aquando da sua adesão à UE, todos os novos Estados-Membros comprometeram-se a adoptar o euro. Actualmente, quatro deles já atingiram esse objectivo. Os outros países têm-se deixado ir e estão a ficar para trás nesta matéria, devido a várias considerações e erros de política económica, já para não mencionar o facto de a crise económica e financeira os ter colocado numa posição vulnerável. A recessão económica alimentou aspirações proteccionistas, o que ameaça comprometer o funcionamento do mercado único.

A actual crise económica destacou o facto de o euro ter assumido um papel de destaque nos laços económicos estreitos estabelecidos com os membros da zona do euro, mas os Estados que pretendem adoptar o euro acabaram por se encontrar numa posição extremamente vulnerável, devido a preparativos demasiado prolongados. Muitos, incluindo eu própria, acreditam que na difícil situação financeira que se criou, a solução passaria por acelerar a introdução do euro nestes Estados-Membros. Para que isso possa acontecer, têm contudo de ser estipuladas condições de política económica, mas mesmo com as condições previamente estipuladas ainda levaria anos para o euro poder ser introduzido.

Na minha opinião, devemos verificar não só se os critérios de convergência permanecem inalterados, mas também se a UE está a tratar do regulamento que rege o tempo que deve ser gasto no mecanismo de taxas de câmbio (MTC II), de uma forma mais flexível do que até agora. Considero igualmente que é muito importante analisar a forma como o processo de adesão à zona euro poderá ser acelerado, enquanto se cumprem as condições que podem ser cumpridas. Isto poderia estabilizar a situação nos países afectados, assim como salvaguardar todo o mercado interno da UE. Caso contrário, a eventual insolvência internacional dos países fora da zona euro poderá, no pior dos casos, arrastar consigo também a zona euro.

**Liisa Jaakonsaari (S&D)**, *por escrito*. – (FI) Senhor Presidente, a economia de mercado é um bom servo mas um mau mestre. No entanto, recentemente, esses papéis tornaram-se algo confusos. Nas conferências internacionais é habitual perder-se tempo com trivialidades, porém, actualmente, é necessário agir, e agir depressa. O mundo voltará agora a dispor, uma vez mais, na Cimeira do G20 em Pittsburgh, de uma oportunidade histórica para chegar a acordo quanto às regras da economia mundial. Muito se tem falado nos meios de comunicação social sobre os prémios concedidos aos banqueiros, contudo, esta questão é apenas a ponta do icebergue. A economia mundial carece de uma total renovação, e a palavra-chave, nesse contexto, é transparência. É preciso que tentemos pôr de parte uma economia assente no risco e que nos orientemos para a economia real. Só a existência de regras internacionais vinculativas poderá garantir que não voltemos a estar confrontados com uma "economia de casino", como aconteceu os últimos anos. É imperioso que, de futuro, o contribuinte não seja forçado a pagar pelos prejuízos. Com mecanismos de tributação da riqueza, corre-se sempre o risco de que exista, na economia global, quem acabe por beneficiar

indevidamente de proveitos. No entanto, entendo que deveremos, pelo menos, analisar qual a sua eventual relevância.

**Wojciech Michał Olejniczak (S&D)**, *por escrito*. – (PL) A Cimeira do G20 em Pittsburgh terá lugar praticamente no primeiro aniversário da falência do Banco Lehman Brothers. É neste contexto que os dirigentes mundiais terão de trabalhar. As consequências da crise foram sentidas pelos cidadãos de quase todas as partes do mundo. O primeiro objectivo da Cimeira do G20 deverá ser minimizar o risco de a crise causada pela desregulamentação dos mercados financeiros vir a repetir-se. Os dirigentes do G20 têm pela frente a tarefa de criar regulamentação que impeça a possibilidade de outros bancos especulativos emergirem e, falando muito francamente, defraudar milhões de clientes de instituições financeiras em todo o mundo.

Nos últimos meses, as más notícias sobre gestores que deixaram as suas empresas à beira da falência fazendo uso das ajudas públicas têm sido cada vez mais. Nos últimos anos, nós, na Europa, temos vindo a assistir a uma desigualdade de rendimentos jamais vista no modelo social europeu. Uma das missões do Grupo G20 deverá ser nivelar os rendimentos na Europa e a nível mundial. O sector financeiro precisa de ter regras que tornem os prémios de gestão dependentes não dos lucros a curto prazo, mas dos rendimentos a longo prazo decorrentes dos investimentos.

Os dirigentes de vários países europeus, bem como da União Europeia no seu conjunto, estarão presentes em Pittsburgh, razão por que a Europa deve falar em uníssono na Cimeira. Deixo aqui um apelo ao representante da União Europeia no sentido de ter presente que os interesses da Comunidade incluem os interesses dos Estados-Membros que não terão representantes nacionais na cimeira.

**Sirpa Pietikäinen (PPE)**, *por escrito*. – (FI) Na passada segunda-feira, coube-nos a honra questionável de trabalhar num dia em que se assinalava uma espécie de aniversário: decorria precisamente um ano desde que o banco de investimento Lehman Brothers falira. Esta falência é vista, na verdade, como tendo precipitado a recessão económica e a crise financeira profundas que actualmente vivemos a nível mundial.

Numa altura que é tão próxima da data em que se assinalou esse aniversário e à medida que nos aproximamos da realização da Cimeira do G20, em Pittsburgh, vale a pena parar para reflectir sobre as lições que se retiraram e sobre aquelas que ainda podemos retirar da crise. No meu entender, há um aspecto crucial a retirar da crise, a saber, o facto de nos proporcionar uma oportunidade para refundar totalmente a arquitectura financeira internacional. Foram já dados passos nessa direcção. A reunião do G20, na Primavera passada, proporcionou uma boa base para a acção, bem como orientações para um consenso global quanto às medidas que se impõem. Os Estados Unidos da América anunciaram, muito recentemente, um enorme pacote legislativo em matéria financeira. Espera-se que a Comissão Europeia apresente, na próxima semana, uma proposta com vista à construção de uma arquitectura financeira europeia e respectiva supervisão. A palavra de ordem aqui é: "abordagem global".

É preciso que estabeleçamos regras internacionais vinculativas sobre a reforma do Fundo Monetário Internacional, regulamentação em matéria de solvência, bem como novas regras para a remuneração das opções. É preciso estender a legislação a todos os produtos financeiros, devendo a mesma ser flexível, de molde a que possa reagir a todo o momento a um sector em constante mutação e que lança novos produtos.

Em plena crise, que está a destruir a segurança básica, os meios de subsistência e o bem-estar das pessoas, é igualmente construtivo reflectir sobre as formas de medir a riqueza. As conclusões finais, publicadas pela comissão recentemente nomeada pelo Presidente Sarkozy, recomendam que se deixe de medir a prosperidade com base no PIB, passando a recorrer a novos métodos que tenham especialmente em conta a capacidade de uma sociedade de salvaguardar, em termos económicos, o bem-estar dos seus cidadãos e a sustentabilidade ambiental.

**Catherine Stihler (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Subscrevo as palavras de todos quantos defenderam a necessidade de uma abordagem global e coordenada. Uma abordagem desse tipo é necessária se queremos mudar as estruturas que detêm o poder no sistema financeiro mundial. A verdade, porém, é que nem a Comissão nem o Conselho comentaram o conceito de "testamentos em vida" (planos de liquidação) para o sector da banca. Esta semana assinala o aniversário da falência do Lehman Brothers. Calcula-se que sejam necessários dez anos para consolidar o banco de investimentos. A este caso contrapõe-se o da Dunfermline Building Society, que estabeleceu um plano de liquidação que permitia uma identificação clara dos seus activos. A transparência é essencial para repormos a confiança dos consumidores no sector da banca.

## 5. SWIFT (debate)

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a declaração do Conselho sobre a SWIFT.

**Beatrice Ask,** *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, na guerra global contra o terrorismo, a questão-chave é o modo como essas actividades são financiadas. Impedir o financiamento do terrorismo e seguir as pistas que as operações em causa possam deixar para trás pode, à uma, permitir-nos evitar a consumação de crimes terroristas e ser importante para a sua investigação. Para isso, precisamos de cooperação internacional. Aqui, devemos aceitar o desafio inscrito na Convenção das Nações Unidas para a Repressão do Financiamento do Terrorismo, de 1999, e nas convenções do Conselho da Europa sobre esta matéria.

Os deputados que participaram na reunião à porta fechada da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos de 3 de Setembro de 2009 foram informados do modo como o Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo, o TFTP, ajudou a reforçar a segurança dos cidadãos da UE, entre outros. Nos últimos anos, os dados obtidos no âmbito do TFTP contribuíram para a revelação e a investigação de crimes terroristas e permitiram-nos, ainda, impedir a consumação de ataques terroristas em solo europeu.

O Conselho conferiu por unanimidade à Presidência, em 27 de Julho de 2009, um mandato para negociar baseado numa proposta da Comissão. Teria sido preferível que as negociações com os EUA pudessem ter tido por base o Tratado de Lisboa. Isso teria permitido ao Parlamento Europeu ter uma participação plena no processo, mas, como é do conhecimento dos senhores deputados, tal não é ainda possível. Visto que a SWIFT vai mudar a sua base de dados dos EUA para a Europa no fim do ano, é essencial que a UE, logo que possível, conclua um acordo de curto prazo com os EUA, para evitar o risco de o intercâmbio de informação vir a ser interrompido. Isso é do interesse de todos.

Gostaria de salientar que se trata de um acordo provisório, destinado a vigorar até à celebração de um acordo permanente. Deve ser válido por um período não superior a doze meses e a Comissão comunicou a sua intenção de apresentar uma proposta de acordo permanente mal o novo Tratado entre em vigor. Para que o TFTP continue a ser útil à UE e aos Estados-Membros, os EUA têm de continuar a fornecer informação aos respectivos responsáveis no seio da UE, como até aqui. É isso que vai, realmente, acontecer.

Além disso, o acordo provisório proporcionará expressamente aos próprios responsáveis comunitários pelo combate ao crime a possibilidade de solicitarem informação das bases de dados do TFTP no quadro da investigação de atentados terroristas. A Presidência está convencida da utilidade da informação do TFTP. Ao mesmo tempo, afirmamos com clareza que o acordo provisório deve prever os mecanismos necessários para assegurar a defesa da esfera privada dos indivíduos e do primado do direito e a protecção dos dados. O projecto de acordo integra, por isso, um preceito que estatui que a recepção, o tratamento e a aprovação de quaisquer pedidos de informação da SWIFT procedentes dos EUA devem ser confiados a uma autoridade separada da UE.

É igualmente importante que o acordo provisório contenha disposições detalhadas de protecção de dados aplicáveis à informação transmitida pela SWIFT aos EUA via autoridade europeia. Aqui, o acordo irá mais longe do que o anteriormente estabelecido nos compromissos unilaterais assumidos pelos EUA face à UE na sua "exposição de motivos" de 2007 relativa ao TFTP, publicada no Jornal Oficial da União Europeia.

Permitam-me que mencione algumas outras disposições cuja inclusão no acordo vamos exigir. Os dados têm de ser armazenados de forma segura, o acesso aos dados terá de ser sempre objecto de registo cronológico, todas as buscas na base de dados do TFTP serão restritas e incidirão apenas sobre pessoas ou informação em relação às quais haja fundadas razões de suspeita ou que tenham uma ligação clara com um crime terrorista. O tempo de conservação da informação analisada será limitado e a informação será apagada da base de dados, no máximo, ao fim de cinco anos – ou mais cedo, se possível.

Podemos asseverar com toda a clareza que o recurso ao TFTP só será facultado para efeitos de investigação de crimes de terrorismo, incluindo o respectivo financiamento. Nem os EUA nem a UE poderão utilizar o sistema para investigar crimes de outros tipos ou para outros fins. Naturalmente, é importante também que a transferência de informação da UE para os EUA ao abrigo do TFTP seja proporcionada. Assim, além das normas relativas à autoridade europeia que anteriormente mencionei, o acordo integra igualmente um preceito que estabelece que o sistema tem de ser objecto de avaliação por um órgão independente. No que à UE diz respeito, esse órgão será composto por representantes da Presidência e da Comissão e por duas pessoas oriundas das autoridades nacionais de protecção de dados dos Estados-Membros. A sua missão

consistirá em verificar a conformidade com o acordo e a correcta aplicação das disposições de protecção de dados e ainda se a transferência de dados é proporcionada.

Temos uma responsabilidade comum de assegurar que as autoridades encarregadas da prevenção do crime disponham de condições para combater eficazmente o terrorismo. Temos também uma responsabilidade comum de garantir que esse objectivo é cumprido num quadro de certeza jurídica e respeitando os direitos fundamentais. A Presidência está convencida de que o intercâmbio de informação com os EUA no âmbito do TFTP reforça a protecção contra o terrorismo, e de que podemos chegar quer a um acordo provisório quer, mais tarde, a um acordo a longo prazo, que satisfaça os nossos rigorosos requisitos em matéria de protecção de dados e respeite igualmente os direitos fundamentais.

**Jacques Barrot**, *Vice-Presidente da Comissão*. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais quero agradecer calorosamente à Senhora Presidente em exercício do Conselho Béatrice Ask por nos ter feito o ponto da situação de todos os desenvolvimentos relativos à SWIFT e das negociações em curso com os Estados Unidos para o prosseguimento do Programa de Vigilância do Financiamento do Terrorismo, o TFTP.

Eu próprio, na reunião da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do passado dia 22 de Julho, tive ocasião de explicar o funcionamento do TFTP e a razão por que precisamos de uma solução provisória que permita não o interromper. A reunião conjunta das Comissões das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e dos Assuntos Económicos e Monetários de 3 de Setembro desenrolou-se na presença da Presidência sueca, do Director-Geral da Justiça, Liberdade e Segurança, o Sr. Faull, e do juiz Jean-Luis Bruguière. Penso que essa reunião permitiu clarificar um certo número de questões que se mantinham em aberto.

Gostaria de salientar alguns aspectos muito rapidamente. O valor acrescentado da avaliação, por parte do Tesouro norte-americano, dos dados no quadro do TFTP foi confirmado pelo relatório de Jean-Luis Bruguière, de que os membros da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários puderam tomar conhecimento na referida reunião conjunta de 3 de Setembro. Como foi igualmente recordado pela Presidência, essa análise dos dados permitiu às autoridades americanas prevenir atentados ou facilitar inquéritos sobre os atentados terroristas, tanto nos Estados Unidos como na Europa.

Por outro lado, o relatório do juiz Bruguière confirmou que as autoridades americanas tinham respeitado os compromissos assumidos em 2007 em matéria de protecção dos dados, a saber - como já foi muito bem recordado há pouco pela Senhora Ministra Béatrice Ask -, a limitação da conservação dos dados e o acesso limitado, para que apenas sejam utilizados se houver suspeita de financiamento do terrorismo. Em resumo, Jean-Luis Bruguière afirma que os compromissos foram respeitados.

Contudo, é evidente que o enquadramento jurídico negociado em 2007 deixará de estar operacional a partir do momento em que os dados abandonarem os Estados Unidos, no seguimento da alteração de arquitectura do SWIFT, prevista para o final do ano. Para que as autoridades americanas possam continuar a analisar os dados relativos a essas transacções inter-europeias situadas nos Países Baixos, é necessário um acordo provisório entre a União Europeia e os Estados Unidos.

A inclusão nesse acordo de todas as garantias necessárias à salvaguarda dos direitos fundamentais dos nossos concidadãos, nomeadamente a da protecção dos dados pessoais, é uma condição inultrapassável. Evidentemente que apoiamos totalmente a Presidência nos esforços que desenvolve nesse sentido.

Em seguida, Senhor Presidente, gostaria sobretudo de dizer ao Parlamento, como acaba de referir a Senhora Ministra, que se trata de um acordo provisório cuja duração não pode exceder doze meses, o que deve permitir a sua negociação imediata, logo que o Tratado de Lisboa entre em vigor, com a plena participação do Parlamento Europeu. De facto, posso assumir aqui o compromisso de que a Comissão continuará, evidentemente, a manter o Parlamento permanentemente informado da evolução do dossiê.

Acrescento que estamos satisfeitos por podermos preparar este acordo, que será um acordo permanente, um acordo duradouro, exigindo evidentemente dos nossos parceiros americanos total reciprocidade. A luta contra o terrorismo também nos interessa e não há qualquer razão para que não haja reciprocidade total e completa. Eis a razão por que, em minha opinião, a intervenção do Parlamento nessa negociação de um próximo acordo duradouro será benéfica.

É esta a minha convicção, com toda a honestidade. Agradeço mais uma vez à Presidência sueca e à Senhora Ministra Béatrice Ask a sua excelente exposição do que implica hoje em dia este acordo - mais uma vez, provisório.

**Ernst Strasser**, *em nome do Grupo PPE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Ask, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, os EUA são um importante parceiro na luta contra o terrorismo. No entanto, em particular por se tratar de dados sensíveis, queremos, em cooperação com os Americanos, estabelecer regras europeias sobre segurança de dados, sobre direitos cívicos e sobre os direitos individuais dos nossos cidadãos, no que se refere aos dados. É por isso que o Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) exige que alguns critérios essenciais sejam válidos para a celebração de um acordo deste tipo.

Em primeiro lugar, deve haver um equilíbrio entre a segurança dos cidadãos e os direitos cívicos. Em segundo lugar, precisamos de segurança jurídica para as empresas em causa e para nossos cidadãos. Em terceiro lugar, congratulamo-nos com o papel de co-legislador do Parlamento Europeu e, portanto, também com a intenção de celebrar um acordo de transição. Desejamos à Senhora Ministra Ask e à Comissão o maior êxito neste domínio durante as próximas semanas.

Em quarto lugar, cremos que os ficheiros de dados internos da Europa devem ser tratados de acordo com a legislação europeia, tanto no acordo provisório como no acordo final. Em quinto lugar, pretendemos que um instrumento semelhante ao TFTP seja introduzido adicionalmente ao nível da UE e, por último, somos de opinião de que este é o pré-requisito para que haja reciprocidade.

Estas são as nossas ideias e estamos convictos de que em torno delas se vai gerar um amplo consenso na sessão plenária. Logo que esteja concluído o acordo provisório, teremos de negociar e celebrar rapidamente o acordo final.

**Claude Moraes**, *em nome do Grupo S&D*. – (EN) Senhor Presidente, não restam dúvidas de que a SWIFT se tornou um teste à capacidade de encontrar o melhor equilíbrio entre a nossa cooperação com os Estados Unidos, o combate ao terrorismo e a defesa dos direitos fundamentais.

Quando, nas suas resoluções de 2006 e 2007, o Parlamento solicitou que o sítio-espelho da SWIFT passasse de solo americano para solo europeu, fê-lo, obviamente, por pensar que a protecção oferecida pelo enquadramento norte-americano aos cidadãos europeus não obedecia às normas da UE e carecia de aperfeiçoamento. Assim, o facto de os dois novos servidores da SWIFT serem transferidos para a Europa e de se estar a preparar um novo quadro jurídico para que o *Terrorist Finance Tracking Programme* (TFTP) dos Estados Unidos possa continuar a usar e a processar dados em cooperação com as nossas autoridades responsáveis por aplicar a lei constitui um progresso que o nosso grupo saúda.

O meu grupo compreende, também, que a recomendação adoptada pelo Conselho tenta dar resposta a algumas das preocupações do Parlamento e da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados. Ainda assim, ficam por resolver alguns aspectos. Se as normas jurídicas americanas continuarem a aplicar-se no território da União para o processamento de dados da União, como poderemos garantir o respeito pelas normas europeias relativas aos direitos processuais e à protecção dos dados pessoais? A que juiz poderá um cidadão ou uma empresa da UE recorrer em caso de acção penal?

É certo que o calendário para o acordo e a sua natureza provisória, tal como estabelecidos pelo Conselho e a Comissão, constituem aspectos fundamentais. A escolha de uma base jurídica de terceiro pilar, a par desse carácter provisório, deixa o Parlamento e, consequentemente, os cidadãos da UE fora do processo legislativo. O Grupo dos Socialistas e Democratas quer afirmar claramente que esse acordo provisório deve vigorar por apenas 12 meses, período após o qual haverá que negociar novo acordo com o Parlamento como co-legislador para que nós, neste Parlamento, possamos garantir o sensível equilíbrio entre protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos europeus e o importante e difícil combate ao terrorismo.

**Sophia in 't Veld**, *em nome do Grupo ALDE*. – (NL) depois de todas estas calorosas palavras, vou lançar uma pedra no charco. Nada direi a respeito do conteúdo, pois acho que é evidente que o que foi negociado está em linha com as normas europeias em matéria de protecção jurídica e de protecção de dados pessoais, mas agora gostaria realmente de receber algumas respostas a respeito do processo, pois este é o enésimo caso em que vemos o Conselho tomar à porta fechada decisões que afectam os cidadãos. Os governos da Europa e dos Estados Unidos querem saber tudo sobre a nossa vida privada, mas nós, enquanto cidadãos, não podemos saber o que faz o Conselho. Em minha opinião, as coisas estão aqui um pouco de pernas para o ar. A luta contra o terrorismo transformou-se, por assim dizer, num cavalo com o freio nos dentes, e o Conselho dá mostras de um absoluto desprezo pelos cidadãos europeus e pela democracia parlamentar. Quer se trate da

SWIFT, do registo de identidade dos passageiros, da retenção de dados, e assim por diante, dizem-nos sempre que "isto é indispensável para combater o terrorismo". Tudo isto pode ser verdade, Senhora Ministra, mas quando é que finalmente nos darão factos concretos, quando é poderemos fazer uma avaliação? Há também um conjunto de questões relacionadas com a SWIFT que eu gostaria de ver respondidas, pois em 3 de Setembro isso não aconteceu. Porquê? Já em 2007 se sabia que a arquitectura da SWIFT tinha de ser reformada. Por que é que o Conselho só apareceu com este plano no último momento, no Verão, quando o novo Parlamento nem sequer estava ainda constituído? Por que razão não consultou os parlamentos nacionais a respeito do mandato? Porquê? Não estaremos aqui perante um caso de "lavagem política", Senhora Ministra, quando na realidade os governos europeus estão a tentar aceder aos nossos dados através do Governo dos Estados Unidos? Diga-o com frontalidade!

Por último, a questão da transparência. Os documentos, e mais concretamente o parecer jurídico do próprio serviço jurídico do Conselho, têm de ser tornados públicos, não só numa pequena sala reservada aos eurodeputados – pois nós já os encontramos ao lado da fotocopiadora, já conhecemos o seu conteúdo –, mas para os cidadãos da Europa. Isso é que é verdadeira transparência.

**Jan Philipp Albrecht**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhor Presidente, a Presidência e a Comissão falam constantemente no reforço dos direitos cívicos e numa Europa dos cidadãos. No entanto, os direitos fundamentais estão na verdade a sofrer erosão, impedindo-se um debate público adequado sobre estes. Estão a ser desenvolvidos todos os esforços para excluir os parlamentos e para sonegar informações. A falta de transparência desta abordagem é inaceitável numa Europa democrática.

Não é suficiente bater apenas levemente à porta; um parlamento responsável deve pôr cobro a este desenvolvimento indesejável. A Presidência terá de interromper as negociações até poder garantir os direitos dos cidadãos e dos parlamentos. A negociata que V. Exas. estão a planear para os dados bancários, sem qualquer mecanismo de protecção obrigatório, equivale a vender ao desbarato os direitos de protecção de dados dos cidadãos da Europa, criando uma suspeita preventiva generalizada em relação a todos os cidadãos.

Connosco, Verdes, não se fará tal coisa. Nem mesmo temporariamente, e certamente mesmo que não tenhamos servidores aqui na Europa e já não apenas nos EUA, pois os dados continuarão a ser enviados para os EUA, não estando, no entanto, garantida protecção jurídica.

**Marie-Christine Vergiat**, *em nome do grupo GUE/NGL*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é uma grande honra para mim intervir pela primeira vez neste Hemiciclo, trazendo a voz de milhões de Europeus que pretendem outra Europa.

O caso SWIFT é sintomático das derrapagens de segurança impostas em nome do terrorismo, ignorando os direitos mais fundamentais dos nossos concidadãos. Neste caso, os Estados Unidos piratearam os dados bancários, sem qualquer base legal, e mesmo sem sequer informarem as autoridades na Europa. O escândalo fez reagir as autoridades europeias. Foi assinado um acordo com o Governo americano. Um perito fez o balanço desse acordo. Mas que perito? Um juiz antiterrorista francês, o juiz Bruguière, conhecido, em França, pelas suas derrapagens sobre os direitos fundamentais. Assim, estamos cépticos sobre a qualidade do seu relatório.

Para além da questão de princípio, a proposta de resolução ora submetida à nossa apreciação comporta numerosas chamadas de atenção com as quais concordamos, mas que são insuficientes. Propomos alterações destinadas a reforçar as exigências que o Parlamento Europeu deve impor. Devemos ir mais longe e exigir a suspensão do acordo em caso de distorção dos princípios enunciados. Queremos saber porque é que as instâncias europeias levaram tanto tempo a informar o Parlamento e porque é que a precipitação é tão grande em concluir este novo acordo.

Contamos com a Presidência sueca. Zelaremos incansavelmente pelo respeito dos direitos fundamentais. Sim, os nossos concidadãos têm direito à segurança, mas que tem de ser posta em prática sem sermos obrigados a viver numa sociedade de controlo social onde todos sabem tudo sobre nós.

**Beatrice Ask**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, os meus agradecimentos por estas importantes tomadas de posição. Tentarei responder a algumas das questões que foram levantadas no escasso tempo de que disponho.

A primeira questão que se levanta é, naturalmente, a de saber como podemos garantir que os EUA respeitarão o acordado. Gostaria de afirmar que, antes de mais, temos o relatório Bruguière, que traça um panorama positivo de conformidade com o que foi acordado até à data. Em segundo lugar, o projecto de acordo

menção um órgão de avaliação, que eu descrevi aos senhores deputados, bem como a Presidência, a Comissão e os representantes das autoridades nacionais de protecção de dados, cujo envolvimento visa verificar o correcto tratamento desta matéria. Obviamente, é essencial que a informação seja fiável. É importante também que todos compreendam que, quando é transferida informação no âmbito deste programa de intercâmbio de dados, as pessoas não podem aceder a ela a seu bel-prazer e em qualquer altura. É necessário que exista uma suspeita de crime terrorista ou de financiamento de actos dessa natureza para que seja facultado o acesso a essa informação. Naturalmente, isto restringe o uso que se pode dar à informação.

Quanto à crítica referente ao momento em que este problema está a ser abordado, durante o Verão, queria salientar que a Presidência fez mais ou menos as mesmas perguntas que os senhores deputados têm feito. Fomos incumbidos da tarefa de preparar cuidadosamente este processo e de analisar – entre outras coisas – este relatório, que responde a algumas questões, como de muitas outras matérias. Na realidade, não fomos nós que decidimos transferir a SWIFT para a Europa; a medida vem de outras instâncias. Contudo, os EUA estão determinados a fazer uso deste instrumento no seu combate contra o terrorismo e nós também consideramos que a informação que receberemos nos poderá ser útil. Para que isso suceda, precisamos de um acordo. Uma vez que o Tratado de Lisboa não tinha entrado ainda em vigor, entendemos que era necessário encontrar uma solução temporária. É essa solução que estamos a negociar e foi para esse efeito que recebemos um mandato do Conselho. É isso que tenho estado a tentar explicar.

Tão-pouco é verdade que a Presidência deseje restringir escusadamente o conhecimento ou o debate desta questão, em qualquer medida. Em primeiro lugar, este é afinal um debate público, e, em segundo lugar, temos, obviamente, todo o gosto em falar do modo como as discussões estão a evoluir. No entanto, durante as negociações, não é possível estar permanentemente a facultar o acesso aos documentos, pois é da própria natureza das negociações que as coisas sejam alteradas uma e outra e outra vez. Eu tentei, no entanto, descrever o nosso ponto de partida e o mandato claro do Conselho de que dispomos. Nesta matéria, estamos muito determinados a conciliar um elevado nível de eficácia e pragmatismo com um grande rigor no plano das exigências de certeza jurídica e de respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades dos cidadãos. Estou absolutamente convicta de que vamos atingir esse objectivo. Se – contra as nossas expectativas – não o conseguirmos, não haverá acordo.

#### **PRESIDÊNCIA: WIELAND**

*Vice-presidente*

**Jacques Barrot**, *Vice-Presidente da Comissão*. - (FR) Senhor Presidente, quero apenas confirmar o que disse a Senhora Ministra, que, aliás, acaba de concluir de forma muito clara: se não dispuséssemos de facto, para o acordo permanente que a Presidência deverá negociar com a contribuição da Comissão, das garantias necessárias relativamente à protecção dos dados, não existiria acordo.

Assim, penso que devemos conseguir conciliar as coisas e, por conseguinte, conduzir uma luta antiterrorista no respeito, como é evidente, dos grandes valores e dos grandes princípios que nos levam a atribuir uma enorme importância, na Europa, à protecção da vida privada, por um lado, e, por outro, a evitar toda e qualquer espionagem de tipo comercial.

Quero apenas dizer que, pela minha parte, desde que assumi as minhas funções, tomei evidentemente nota do facto de o Conselho ter pedido ao juiz Bruguière que procedesse a esta missão de inquérito nos Estados Unidos. O relatório Bruguière, que data de Dezembro de 2008, foi-me enviado em Janeiro de 2009, e foi apresentado ao Parlamento Europeu e ao Conselho JAI em Fevereiro de 2009. Foi a partir desse momento que a Comissão se considerou investida dos elementos essenciais para dizer que, efectivamente, podíamos garantir a continuidade do TFTP até o Tratado de Lisboa ser assinado e, tornando-se o Parlamento co-legislador, podermos verdadeiramente negociar um acordo duradouro com todas as garantias que a Senhora Ministra referiu e todas as exigências de reciprocidade mencionadas, nomeadamente, pelo senhor deputado Strasser.

Penso que, neste caso, o Conselho acaba de manifestar uma vontade muito clara. A Comissão junta-se a essa opinião, a esse compromisso extremamente firme e claro do Conselho de defender que o Parlamento, chegado o momento, seja de facto co-legislador no que respeita ao acordo permanente.

**Sophia in 't Veld (ALDE)**. - (EN) Senhor Presidente, queria proceder a uma invocação do Regimento. Reparei que, mais uma vez, o Conselho não responde às perguntas que lhe apresentamos. Eu queria saber por que razão o Conselho esperou dois anos, até ao último minuto, para tomar uma decisão sobre este negócio; queria também saber – e posso receber uma resposta por escrito – por que foram os parlamentos

nacionais totalmente afastados de todo o processo. Queria ainda informar de que li a sua resposta, aliás bastante vaga, e que parece sugerir que o Conselho não irá publicar o parecer do seu Serviço Jurídico.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

(Votação: 17 de Setembro de 2009)

## 6. Estratégia da UE para a região do mar Báltico (debate)

**Presidente.** - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a estratégia da UE para a região do mar Báltico.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, estou encantada com esta ocasião de apresentar uma das grandes prioridades da Presidência sueca – o desenvolvimento da estratégia para a região do Mar Báltico. Esta proposta foi inspirada em larga medida pela iniciativa empreendida pelo Parlamento em 2005 num grupo de trabalho transpartidário liderado por Christopher Beazley. A Suécia faz tentações de aproveitar a sua Presidência para elaborar uma estratégia integrada e coerente para a região, com base nas propostas da Comissão.

Um dos principais eventos que estão programados é uma reunião alargada de alto nível que terá lugar em Estocolmo amanhã e depois de amanhã. Naturalmente, a Suécia e os demais países da orla do Báltico têm um grande interesse na estratégia para a região, mas nós pensamos que ela pode servir também de modelo a outras regiões e a outras estratégias regionais que seriam úteis à UE no seu conjunto. Desenvolvendo acções de cooperação transfronteiriça e entre diferentes sectores numa região concreta, podemos enfrentar colectivamente e com mais eficácia desafios comuns como a poluição e a destruição do ambiente. Podemos gerar novas oportunidades de negócio e novos empregos, e melhorar as conexões de transportes.

Consequentemente, é importante que as estratégias regionais se integrem no quadro mais amplo de uma política europeia. A estratégia proposta para a região do Báltico é fruto de uma solicitação que o Conselho Europeu dirigiu à Comissão em Dezembro de 2007, iniciativa a que o Parlamento Europeu deu o seu apoio numa resolução de 12 de Dezembro de 2007. Espera-se que o Conselho Europeu a adopte na sua reunião de finais de Outubro.

O objectivo da estratégia é melhorar o estado do ambiente na região do Mar Báltico e incrementar a integração e a competitividade da região. A estratégia incide sobre quatro desafios em particular: assegurar um desenvolvimento sustentável, criar mais riqueza, melhorar a acessibilidade e a capacidade de atracção, e garantir a segurança e a estabilidade na região. Atacar os problemas ambientais é, obviamente, uma das principais prioridades. Sobre a região do Mar Báltico impendem ameaças ambientais muito graves, o que significa, por seu turno, que o desenvolvimento económico da área corre o risco de vir a ser afectado. Trata-se de um meio marinho muito sensível que está exposto a impactos ambientais de diversos tipos.

É preciso agir com determinação, e com urgência. A sobrefertilização e as eflorescências de algas geradas pelo excesso de nutrientes, mormente pelo proveniente de escoamento, estão a pôr em risco o equilíbrio ecológico do Mar Báltico. Por outro lado, o Báltico é afectado também por poluição proveniente de fontes terrestres, por substâncias perigosas e pelos efeitos das alterações climáticas. Por força dessas ameaças ambientais graves e agudas, o Mar Báltico constitui uma prioridade óbvia na área do ambiente e esperamos que em Dezembro seja adoptado um conjunto de conclusões sobre a matéria.

Contudo, o grave estado de saúde do Mar Báltico não é o único desafio com que a região se defronta. A crise económica conferiu uma grande actualidade aos problemas do emprego e do crescimento. Os Estados do Báltico são, na sua maioria, pequenos países dependentes das actividades de exportação. Isso significa que temos de aumentar a integração para reforçar a competitividade de toda a região do Mar Báltico. Os nossos objectivos e metas nessa matéria são claros. Queremos que o mercado interno na nossa região funcione melhor do que em qualquer outro lado, e queremos que a nova estratégia de Lisboa para o emprego e o crescimento seja executada de forma eficaz nesta parte da Europa.

Temos de responder à crise incrementando a cooperação e o empenho na nossa região. A competitividade a nível global exige cooperação transnacional entre países e empresas, em investigação e no domínio da inovação.

A estratégia para a região do Mar Báltico não tem por propósito criar novas instituições. Em lugar disso, estamos apostados em usar os instrumentos e as políticas já existentes, em conjugação, de forma mais



coordenada e inteligente, de modo a que beneficie a zona. A estratégia tão-pouco implica a injeção de novos recursos na região. Baseia-se nos programas comunitários e estruturas já existentes e na identificação de melhores fórmulas de coordenação.

Naturalmente, o nosso objectivo não pode ser alcançado da noite para o dia, mas os nossos objectivos são ambiciosos. Merecemos ter um Mar Báltico mais limpo no centro de uma região que ofereça perspectivas de desenvolvimento económico transnacional sustentável, com o apoio de toda a UE. Se conseguirmos isso, estou convicta de que estaremos a servir os interesses da região do Mar Báltico, e espero que criemos também um modelo susceptível de ser adaptado e aplicado com êxito noutras regiões. Queria manifestar a minha gratidão à Comissão pela boa colaboração que prestou nesta matéria, e não menos ao Parlamento Europeu – que é, afinal, a instituição da qual partiu a iniciativa original e que tem sido sempre um motor no que toca à cooperação na região do Mar Báltico.

**Paweł Samecki**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, começaria por agradecer ao Parlamento ter incluído na ordem de trabalhos do seu período de sessões a nova estratégia para a região do Mar Báltico.

O plenário confere a essa estratégia uma visibilidade extremamente bem-vinda. Para mim não constitui, obviamente, surpresa o Parlamento interessar-se tanto por tal estratégia. O trabalho de desbravamento levado a cabo pelo Parlamento, nomeadamente através do seu Intergrupo Báltico Europa, teve um papel catalisador de toda a abordagem estratégica macro-regional.

A Estratégia para a região do Mar Báltico exigiu uma abordagem totalmente inovadora por parte da Comissão Europeia, já que é a primeira vez que preparámos uma estratégia integrada para um conjunto de Estados-Membros que enfrentam os mesmos desafios e que podem beneficiar das mesmas oportunidades. É um facto que o trabalho preparatório levantou novos desafios que, todavia, foram ultrapassados com sucesso.

Os quatro pilares da estratégia proporcionam um enquadramento abrangente para melhorar a situação geral da região do Mar Báltico. Ao incluir os temas do ambiente, economia, energia e transportes e segurança, essa estratégia oferece uma abordagem integrada que cobre diversas áreas políticas e, ao mesmo tempo, garante uma apertada interacção entre os vários domínios.

Desde que a Comissão adoptou a estratégia, em Junho, a Presidência sueca lançou, no Conselho, discussões positivas e construtivas que, já em Outubro, deverão produzir conclusões. Esse tão rápido progresso é importante se queremos manter a dinâmica, agora que estamos a entrar na fase de execução da estratégia.

Friso este ponto porque há que ter bem claro que todo o nosso trabalho preparatório sobre o enquadramento estratégico que acabei de descrever de nada servirá se não começarmos a obter resultados concretos e visíveis; daí a importância do plano de acção relativo à estratégia, que foi também redigido durante a fase de preparação.

A concretização de um plano de acção exigirá cooperação, empenhamento e liderança genuínos dos Estados-Membros e partes interessadas regionais, para levar a bom porto os cerca de 80 projectos previstos para esta fase. Em termos financeiros, embora não exista financiamento adicional por conta do orçamento da UE, a estratégia propõe uma utilização mais coordenada dos fundos já existentes e uma abordagem mais imaginativa a partir de outras fontes de financiamento como o Banco Europeu de Investimento ou o Banco Nórdico de Investimento.

Permitam-me agora algumas palavras sobre o sistema de governação previsto, a aplicar durante a fase de execução operacional da estratégia. Trata-se de um aspecto que suscitou acesa discussão entre os Estados-Membros, mas a abordagem geral aponta no sentido de as orientações políticas serem tomadas pelo Conselho. O acompanhamento e elaboração de relatórios sobre a coordenação serão tarefa da Comissão, cabendo aos Estados-Membros ou a organizações da região do Mar Báltico a aplicação no terreno.

Para além disso, a Comissão propõe-se desempenhar o papel de facilitador caso surjam obstáculos. Gostaria, contudo, de salientar que a Comissão não tem capacidade nem pretende orientar a concretização do plano de acção.

A responsabilidade caberá aos Estados-Membros e a outras partes directamente envolvidas no terreno. Só assim conseguiremos garantir que os Estados-Membros e demais partes interessadas se apropriam da estratégia.

Quais são, então, os próximos passos? Quando o Conselho e o Conselho Europeu tiverem retirado conclusões avançaremos com a fase de execução da estratégia. Gostaríamos, nessa altura, de assistir a uma série de

reuniões de coordenação que lançassem os diversos domínios prioritários e projectos individuais incluídos no plano de acção.

As primeiras avaliações de progresso formais serão apresentadas na segunda metade de 2011, durante a Presidência polaca. Antes, porém, terá lugar o primeiro fórum anual da estratégia do Mar Báltico – já no próximo ano. Deste modo, todas as partes interessadas terão oportunidade de pensar na forma como decorreram os primeiros meses da estratégia e de retirar os devidos ensinamentos.

Para concluir, queria dizer que espero continuar a trabalhar de perto com o Parlamento em todas as vertentes da estratégia. A Comissão deseja sinceramente que o Parlamento se empenhe activamente em acontecimentos como o fórum anual. O vosso apoio é fundamental para manter uma visibilidade disseminada da estratégia, para manter apoio político de alto nível para a mesma e para exercer pressão sobre os Estados-Membros e os actores regionais, que não deixarão então de apresentar resultados.

**Tunne Kelam**, *em nome do Grupo PPE*. – (EN) Senhor Presidente, o Grupo PPE felicita a Presidência sueca pela sua iniciativa de lançar a Estratégia para a região do Mar Báltico, a qual reflecte uma mudança fundamental que ocorreu nessa região, cinco anos atrás. O Mar Báltico tornou-se, a partir de 2004, o mar interior da União Europeia, razão pela qual a União deve dispor de uma abordagem global, de forma a poder reagir de forma coordenada às oportunidades mas também aos desafios que a nova situação coloca.

Acresce que a Estratégia para a região do Mar Báltico é um exemplo de excelente cooperação entre as principais instituições da UE. Como saberão - e, aliás, já aqui foi dito - a estratégia em causa foi lançada pelo Parlamento há três anos, mais precisamente pelo Intergrupo Báltico Europa, sob a preciosa orientação de Christopher Beazley. Aproveitaria para manifestar a minha especial gratidão ao Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, cuja compreensão e apoio, desde 2007, foram essenciais para a preparação de uma versão prática da estratégia que resultou na comunicação da Comissão de Junho passado.

Sejam-me permitidas três observações. Primeira, era objectivo dos mentores da estratégia tornar a região do Mar Báltico uma das regiões da UE mais competitivas e em mais rápido desenvolvimento. Se utilizarmos ao máximo a estratégia para o Mar Báltico, a região poderá tornar-se uma história de sucesso daquilo a que agora se chama o Programa de Lisboa.

Segunda observação: agora, mais do que nunca, essa região exige melhor acesso a recursos energéticos e melhor segurança energética. A UE e os Estados-Membros têm de chegar a acordo quanto a canais alternativos para o fornecimento de energia, desde logo, criando um sistema energético comum em redor do Mar Báltico.

Por fim, o projecto "Nord Stream", projecto bilateral e, sobretudo, político, devia ser decidido respeitando os legítimos interesses de todos os Estados ribeirinhos e nunca antes de o Governo russo ter aderido à Convenção de Espoo.

**Constanze Angela Krehl**, *em nome do Grupo S&D*. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhoras e Senhores Deputados, congratulo-me por a Presidência sueca ter colocado a cooperação na região do Mar Báltico no topo da sua agenda. Não há nenhuma necessidade de discussão a este respeito: é preciso proteger os recursos e também nós necessitamos de ajudar a proteger o clima e a natureza. Por outro lado, também temos de centrar no desenvolvimento económico a cooperação na região do Mar Báltico, disso não pode haver dúvida. V. Exas. têm todo o nosso apoio nesta matéria.

No entanto, ainda se colocam algumas questões. V. Exa. acabou de referir que não existem fundos adicionais. Tal como discutimos em comissão, todos os fundos devem ser disponibilizados no âmbito da actual política de coesão. Para mim, este ponto levanta a questão de saber se tal quer dizer no âmbito de projectos existentes que já estão a ser financiados por recursos de coesão ou no âmbito de novos projectos. Se assim for, temos de perguntar quais os projectos de política de coesão já aprovados que perderão o seu financiamento.

Este é um ponto extremamente importante, pois já sei que as cidades, as autoridades locais e as regiões vêm ter comigo e perguntam-me o que devem fazer para participar na estratégia do Mar Báltico? Como podemos obter os recursos para executar este tipo de projecto? Se não lhes dermos uma boa resposta e se não conseguirmos indicar como essa cooperação deve ser organizada, a seguir, o entusiasmo dos cidadãos relativamente à cooperação no Mar Báltico dará talvez rapidamente lugar à frustração. Não é esse o objectivo que pretendemos atingir e em que estamos a trabalhar juntos e daí a necessidade de dialogarmos intensivamente sobre o modo de organizarmos esta cooperação.

Nesta perspectiva, solicito – e gostaria de pedir ao Senhor Comissário para ter isso em conta – que não só o Conselho e a Comissão participem na estratégia para a região do Mar Báltico, mas que também o Parlamento

seja devidamente envolvido nesta cooperação e no desenvolvimento desta estratégia, pois gostaríamos que outras regiões também beneficiassem, tal como é caso da política para o Mar Negro ou da cooperação entre os países situados na bacia hidrográfica do Danúbio. Este ponto seria extremamente importante para nós.

**Anneli Jäätteenmäki**, *em nome do Grupo ALDE*. – (FI) Senhor Presidente, o meu grupo congratula-se muito com o facto de a Comissão ter elaborado o primeiro Documento de Estratégia da UE para o Mar Báltico. Trata-se, igualmente, do primeiro documento de estratégia desta natureza para esta região, e esperamos que sirva, em particular, para acelerar o processo de saneamento do Mar Báltico, afectado pela eutrofização. A melhor maneira de solucionar os problemas da região será através da cooperação entre os seus povos, países, organizações e empresas. O meu grupo regozija-se, em especial, com a ênfase colocada pela Suécia no combate ao tráfico de seres humanos e à criminalidade. Desejo, em particular, agradecer à Senhora Ministra Cecilia Malmström esse facto, que considero ficar a dever-se ao seu esforço pessoal. Esta é uma importante questão, e é bastante estranho que, em 2009, tenhamos de falar da existência de tráfico de seres humanos na região do Mar Báltico. Precisamos hoje de um Plano de Acção para o Mar Báltico que permita pôr fim a este fenómeno.

**Satu Hassi**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (FI) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é excelente que a Comissão tenha elaborado uma proposta de Estratégia para o Mar Báltico e que a Suécia a tenha acrescentado à agenda da sua Presidência. Espero que a Suécia consiga resultados mais palpáveis nos seus esforços de protecção do ambiente marinho, sobretudo nas zonas afectadas pelas consequências da agricultura e da navegação. Bem vistas as coisas, o Mar Báltico é um dos mares mais poluídos do mundo, sendo que o seu maior problema ambiental é a eutrofização. O sector agrícola é o principal responsável por este fenómeno: consequências do nitrogénio e do fósforo trazidos dos campos da UE. O nitrogénio e o fósforo esgotam o oxigénio do leito marinho e alimentam as algas venenosas à superfície. A questão da despoluição ou não do Mar Báltico está em grande medida nas mãos da UE, facto que a Comissão reconhece na sua estratégia. Porém as propostas de medidas são vagas. Praticamente a única medida concreta é a proibição da utilização de fosfatos nos detergentes. Trata-se de uma medida necessária, contudo, são igualmente necessárias novas regras para a agricultura, para que possamos produzir alimentos sem, simultaneamente, sufocar o Mar Báltico.

**Marek Gróbarczyk**, *em nome do Grupo ECR*. – (PL) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção para o facto de, nas suas orientações, a estratégia da UE para a região do Mar Báltico pressupor a promoção de um programa abrangente para o desenvolvimento desta parte da Europa, *inter alia* estabelecendo as vias de transporte mais naturais e mais curtas a fim de equilibrar o desenvolvimento dos países da "velha" e da "nova" Europa. Razão por que me espanta a proposta da Comissão e do Conselho no sentido de mudar o traçado das vias de transporte na Europa central.

A ligação mais económica entre o Mar Adriático e o Mar Báltico é uma rota na Europa Central ao longo do rio Odra, cujo percurso continental termina no porto de Szczecin-Świnoujście. Proponho um memorando claro no sentido de reactivar a estratégia na sua forma original, que menciona uma rota na Europa central, um percurso que não apague dos planos de desenvolvimento da Europa grandes portos com o Szczecin-Świnoujście, que já está a ser afectado negativamente com a decisão da Comissão de liquidar a sua indústria de construção naval.

**Rolandas Paksas**, *em nome do Grupo EFD*. – (LT) Daqui a exactamente 2 564 horas, o reactor da central nuclear de Ignalina, na Lituânia - a última fonte de energia independente na Lituânia - será desligado. A Europa já investiu 200 milhões de euros na segurança da central. Para a encerrarem hoje, os Estados europeus terão de contribuir com mais 800 milhões de euros. Do ponto de vista jurídico, a Europa terá provavelmente razão: todos os países têm de respeitar os compromissos que assumiram. Mas terá realmente razão? Terá razão no que diz respeito aos cidadãos da Lituânia e de outros Estados? Não me parece. O dinheiro para o desmantelamento do reactor terá de ser retirado a pessoas atingidas pela crise económica. Será lógico ou correcto, quando há uma crise na Europa, quando o PIB lituano caiu 22%, quando o desemprego atingiu 15% e o Inverno está a chegar, encerrar uma central nuclear em funcionamento que é segura, repito segura? Não, isso está errado. Tendo dado a sua palavra, a Lituânia aplicará as condições do Tratado de Adesão, mas este será um sacrifício enorme. Em consequência deste sacrifício, será consideravelmente mais difícil para a Lituânia superar a crise económica. O desemprego no país vai crescer ainda mais e a pobreza aumentará.

Minhas Senhoras e meus Senhores, digam-me, por favor: a Europa precisa hoje de semelhante sacrifício? Não teremos actualmente melhor maneira de gastar 800 milhões de euros? Apelando à consciência, à lógica económica e ao bom senso de cada um de vós, peço-vos que acrescentem à estratégia que estamos a debater hoje uma disposição para que a central nuclear de Ignalina permaneça em funcionamento até 2012, ou seja,

até ao fim da sua duração prevista em segurança. Espero que, ao aprovar o programa político do Presidente J. Buzek na área da energia, isto é, a diversificação do abastecimento energético e o desenvolvimento da energia nuclear nos Estados-Membros, o Parlamento Europeu tome as necessárias medidas concretas. Minhas Senhoras e meus Senhores, temos apenas 2 563 horas e 58 minutos até que o reactor seja desligado.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em teoria, projectos como estes, sobre a promoção regional de cooperação transfronteiriça são bem-vindos e fazem todo o sentido. No entanto, as estratégias têm muitas vezes a desvantagem de, apesar de os objectivos serem estabelecidos e inclusive atingidos, a sustentabilidade ser ignorada, mesmo durante a execução. A sustentabilidade deve, portanto, ser incluída, logo desde a fase de planeamento.

Daí a importância de, aquando da concretização desta estratégia integrada para a região do Mar Báltico – um importantíssimo e emblemático projecto da UE –, as regiões e as organizações cooperarem em rede, pois estas organizações sabem melhor o que é importante para si nos vários sectores, tais como a natureza, a estrutura social e as infra-estruturas, dado serem elas que conhecem melhor o terreno. Trata-se de uma região com 100 milhões de habitantes e um orçamento de investimento de 50 mil milhões de euros. Neste ponto, precisamos de actuar de modo cauteloso, se quisermos garantir o êxito deste projecto-piloto. Tal como já foi referido, este projecto-piloto é também muito importante para outros projectos na região do Danúbio, para os países situados ao longo do Danúbio, na Europa Central e na Europa do Sudeste.

**Andrzej Grzyb (PPE).** – (PL) O que uma macro-região precisa é de uma política coordenada de desenvolvimento sustentável. Esta era a convicção do Parlamento Europeu e, depois, do Conselho em 2007, quando recomendou que a Comissão Europeia elaborasse uma Estratégia para o Mar Báltico, bem como um plano de acção. Neste aspecto, gostaria de sublinhar o papel da então Comissária, a senhora Danuta Hübner, na elaboração desta estratégia. Esta política está a ser continuada actualmente pelo Comissário Samecki, a quem gostaria muito sinceramente de felicitar.

Entre outras coisas, a estratégia responde aos principais desafios assinalados aqui, como por exemplo, a consecução de um nível de prosperidade numa região que regista um fraco desenvolvimento no domínio da inovação ou empresarial, ou o não reconhecimento do Báltico como um bem comum sem se garantir um ambiente sustentável ou a segurança na região, incluindo a segurança energética sem que se construam novas instalações de produção de energia e interconexões. O mesmo acontece com a segurança dos cidadãos e a acessibilidade da região graças à construção de vias de comunicação transeuropeias.

Gostaria de salientar o importante papel – e na verdade trata-se de uma vasta contribuição – desempenhado pelos líderes de opinião que foram consultados na elaboração desta estratégia, em particular organizações, governos locais e regionais, governos nacionais e organizações do Báltico. A participação activa destas organizações deverá ser de grande utilidade na concretização destas estratégias.

A Estratégia do Mar Báltico é um bom exemplo de como podemos utilizar os instrumentos de política comunitária para materializar a vontade política relativamente a uma área macro-regional da União Europeia.

**Diana Wallis (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, é extraordinário que a Comissão e, especialmente, a Presidência sueca tenham insuflado vida às ideias e ambições do Parlamento nesta tão frágil zona.

Todos conhecemos os problemas que pesam sobre o ambiente na zona do Mar Báltico, assim como as dificuldades económicas específicas da área. Este Parlamento mantém-se, apesar disso, ambicioso, e creio que quer sentir-se envolvido na sua resolução. Um dos mecanismos que aqui não foi mencionado é a possibilidade de elaborar regularmente um relatório, a dirigir a este Parlamento, de modo a que possamos desenvolver um debate como o de hoje para ver como está a situação a evoluir.

Pessoalmente, na qualidade de Vice-Presidente deste Parlamento, terei o grato prazer de participar na conferência que decorrerá na sexta-feira. Julgo que subsistem problemas relativos ao financiamento, que terão de ser resolvidos para que esta Assembleia possa ver os resultados da estratégia, resultados esses que lhe são devidos.

Uma estratégia económica macro-regional poderá ser a melhor forma de avançar de outras formas, noutros locais, na Europa. Esperemos que funcione em pleno.

**Isabella Lövin (Verts/ALE).** – (SV) Senhor Presidente, estou encantada com o facto de as questões ambientais constituírem uma grande prioridade da nova estratégia para a região do Mar Báltico. O Mar Báltico debate-se com dois problemas ambientais agudos de grandes dimensões. O primeiro – a sobrefertilização – já foi citado pela senhora deputada Hassi. O segundo problema é o da sobrepesca. Os investigadores são unânimes nesse

ponto. Dados relativamente recentes sugerem que a escassez de grandes predadores, i.e. de bacalhau, agravou a situação no que toca à proliferação de eflorescências de algas. O problema é que o Mar Báltico precisa de um ecossistema saudável. Seria, por isso, muito bom se se pudesse criar um projecto-piloto – um projecto especial – no âmbito da nova Estratégia para o Báltico que envolvesse a gestão da pesca na região. Seria necessário igualmente proibir a devolução de bacalhau ao mar e com efeitos imediatos. Neste preciso momento estão a ser lançados ao mar grandes volumes de juvenis dessa espécie recém-chegados ao Mar Báltico. Exorto a Presidência sueca a aceitar o meu repto e a tratar desse problema.

**Oldřich Vlasák (ECR).** – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, já foi acordado, durante a última legislatura, que a região do Mar Báltico seria apropriada para um projecto-piloto que vise a implementação de uma estratégia interna da UE para a macro-região. Considero apropriado que esta estratégia, baseada no objectivo de uma aplicação mais consistente da legislação comunitária e da utilização mais eficaz dos fundos da UE, não introduza novas leis ou instituições e não dependa de qualquer financiamento especial.

Vejo a possibilidade de poupanças interligando organismos locais e regionais. A aplicação prática da Estratégia para o Mar Báltico exige a reconfiguração das responsabilidades dos vários organismos administrativos no quadro do sistema de governação a vários níveis, para que as actividades dos vários organismos e organizações não se sobreponham. Seria também útil que os futuros debates sobre a futura política de coesão esclarecessem a forma como as várias estratégias macro-regionais e a principal corrente da política regional da UE irão coexistir. Também seria útil clarificar como a Estratégia para o Mar Báltico afectará a planeada aplicação de uma política de coesão territorial.

**Anna Rosbach (EFD).** – (DA) Senhor Presidente, estamos a discutir um gasoduto de 1 200 km que vai passar sob o Báltico desde Viburgo, na Rússia, até Greifswald, na Alemanha, através de um mar interior ecologicamente sensível e caracterizado por uma grande diferenciação nos níveis do leito marinho, e de uma zona em que são constantemente encontrados explosivos não detonados das duas guerras mundiais e químicos venenosos com origem na indústria do papel. Foram gastos cerca de 100 milhões de euros numa análise ambiental efectuada pela empresa encarregue da instalação do gasoduto, a Nord Stream, que resulta de um acordo de abastecimento de gás entre Gerhard Schröder e Vladimir Putin. Abster-me-ei de aludir às questões de segurança inerentes ao crescendo de influência da Rússia no Báltico que este projecto vai acarretar, quedando-me antes pelos problemas de natureza ambiental dele decorrentes. Infelizmente, a Finlândia já aprovou o projecto mas, em nome do senhor deputado Timo Soini, e de mim própria, gostaria agora de determinar o paradeiro da informação relativa ao projecto, a qual será necessária aos cidadãos de todos os países do Báltico antes de as obras de construção se iniciarem.

**Inese Vaidere (PPE).** – (LV) Senhora Ministra Malmström, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a formulação de uma estratégia para a região do Mar Báltico é uma conquista muito importante para o Parlamento, na qual os membros do Intergrupo Báltico desempenharam o papel principal. Esta estratégia é semelhante à estratégia para o Mediterrâneo que, a seu tempo, estimulou um rápido crescimento económico no Sul. Ela constituirá um bom instrumento para o desenvolvimento da região do Báltico e, por consequência, para o conjunto da União Europeia. No que se refere a prioridades, gostaria de mencionar em primeiro lugar o desenvolvimento de uma política energética comum para a União Europeia, incluindo um mercado energético competitivo no Báltico, o que envolve não só os aspectos da segurança do abastecimento energético e da eficiência energética, mas também, naturalmente, o desenvolvimento das energias renováveis.

A Letónia, a Lituânia e a Estónia devem ser integradas na rede energética regional comum, incluindo a NORDEL. A nossa segunda prioridade é o desenvolvimento de mais infra-estruturas. As estradas de alguns países da região do Mar Báltico, devido não só às condições climáticas mas também, por vezes, a políticas ineficazes, estão em muito más condições. A criação de corredores de trânsito e de redes de comunicações irá estimular as empresas e criar novos postos de trabalho. Para que possamos falar de desenvolvimento económico e de protecção ambiental efectivos, a terceira prioridade é uma economia inovadora, o que significa um crescimento equilibrado e baseado no conhecimento. Para executar a estratégia, é essencial financiamento adicional, que deve ser claramente previsto no próximo quadro financeiro da União Europeia.

Teremos agora de utilizar não só os 5 mil milhões de euros do programa energético, mas também o fundo de globalização e outros instrumentos financeiros. Igualmente importante é a existência de um mecanismo eficaz para aplicar e acompanhar a estratégia. Este mecanismo tem de ser simples, transparente e isento de burocracia desnecessária. São essenciais revisões periódicas da introdução da estratégia e relatórios intercalares. O primeiro relatório deverá ser elaborado já em 2010. Congratulo-me com o papel activo desempenhado pela Presidência sueca na dinamização da estratégia. Permitam-me que exprima a esperança de que seremos eficazes e flexíveis na realização deste plano de acção específico.

**Tomasz Piotr Poręba (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, há cinco anos, o Mar Báltico tornou-se efectivamente um mar interior da União Europeia. Hoje, debatemos um projecto de estratégia que nos permitirá fazer emergir o enorme potencial adormecido da região, um projecto da iniciativa do Parlamento Europeu. Porém, nem todas as recomendações desta Assembleia foram aceites pela Comissão. A mais significativa foi a ausência, e respectiva retirada, da criação de uma rubrica orçamental para a região do Mar Báltico. A Comissão garante que o financiamento provirá dos instrumentos existentes, principalmente dos fundos estruturais. Contudo, receio bem que sem um financiamento específico afectado especialmente para o fim em causa, não lograremos alcançar todos os nossos objectivos.

Os autores da estratégia mencionam a necessidade de uma estreita cooperação com a Rússia. Neste contexto, não deveremos esquecer a maior ameaça que se coloca no momento ao Mar Báltico, a saber a construção do gasoduto Nord Stream. No ano passado, o Parlamento Europeu assumiu uma posição não favorável neste aspecto. Espero que a nova Comissão, ao instituir o plano de acção associado à estratégia, tenha também presente esta resolução.

**Danuta Maria Hübner (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, estamos, sem dúvida, perante uma iniciativa de política regional europeia única, perante um projecto pioneiro. A prosperidade através da inovação, o ambiente, a acessibilidade em termos de conexões de transporte e energia e ainda a segurança constituem os quatro grandes domínios em que todos os parceiros envolvidos na preparação da estratégia irão trabalhar em conjunto: as três Instituições – Parlamento, Comissão e Conselho –, mas também os governos nacionais, as autoridades regionais e locais, as comunidades académicas e empresariais e organismos não governamentais. O processo de preparação da estratégia conduziu a uma verdadeira parceria entre todas essas instâncias.

Cada vez mais, os desafios do desenvolvimento não respeitam fronteiras administrativas ou políticas. A presente estratégia tornará possível substituir as respostas políticas, frequentemente fragmentadas e dispersas, por uma verdadeira resposta comum a problemas e oportunidades de desenvolvimento comuns.

A Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, que nesta Assembleia lidera o projecto, dar-lhe-á grande importância no seu trabalho. No dia 6 de Outubro teremos o debate com a Comissão e o Conselho; o relatório de iniciativa será elaborado nos próximos meses. Acompanharemos de perto a execução da estratégia e confio em que esta estratégia centrada na acção fortalecerá as oportunidades de a União construir economias verdes, modernas e competitivas.

**Liisa Jaakonsaari (S&D).** – (FI) Senhor Presidente, a União Europeia tomou consciência do estado em que se encontra o Mar Báltico já bastante tarde. O seu litoral é habitado por um total de 100 milhões de pessoas, e há que contar também com a Rússia, factor importante. Esta Estratégia terá uma forte dimensão ambiental, o que é absolutamente pertinente, posto que os problemas ambientais do Mar Báltico são de grande monta: eutrofização; perda de biodiversidade; o problema das águas residuais de São Petersburgo; os problemas de Kaliningrado, etc. Já aqui foi referido que tudo isso pressuporá igualmente uma alteração da Política de Coesão da União Europeia, o que considero bastante importante, esperando que esta questão venha ainda a merecer aqui mais comentários. A Senhora Ministra Cecilia Malmström alerta para a forma como estas alterações ocorrerão, pois as mudanças na Política de Coesão acarretarão, por exemplo, o perigo de, ao falarmos da Estratégia para o Danúbio e da Estratégia para o Mar Negro, uma parte da Europa, incluindo as regiões setentrionais, serem ignoradas, sendo que, com efeito, em todo o mundo, as regiões do Ártico são as que, actualmente, sofrem mais rapidamente as alterações em curso, o que é importante ter em conta.

**Riikka Manner (ALDE).** – (FI) Senhor Presidente, Senhora Ministra, Senhor Comissário, a região do Mar Báltico é, a diversos títulos, especial, razão por que me congratulo muito com o facto de a Suécia ter assumido a Estratégia para o Mar Báltico como uma das prioridades da sua Presidência. É importante que desenvolvamos e apliquemos esta Estratégia. O Mar Báltico não só possui uma forte dimensão ambiental como, penso, tem um grande impacto na política regional. Durante a sua Presidência, a Suécia integrou igualmente, de forma estreita, essas questões relativas à política regional na Estratégia para o Mar Báltico. A Estratégia é vista sobretudo como um documento que diz respeito aos países situados ao longo do seu litoral e das suas regiões costeiras, porém, possui, definitivamente, uma forte dimensão regional. A forma como procederemos à integração nesta Estratégia do conhecimento tecnológico em matéria ambiental, das questões relativas às águas interiores e o seu enorme impacto para política de transportes terá igualmente repercussões importantes para as zonas interiores. A Estratégia para o Mar Báltico deverá, por conseguinte, fazer parte da agenda comum europeia. Espero que a Estratégia mereça o forte apoio do Parlamento para que não seja apenas um conjunto de palavras vãs e para que possamos conseguir resultados tangíveis.

**Tatjana Ždanoka (Verts/ALE).** – (EN) Senhor Presidente, na qualidade de deputada europeia eleita pela Letónia saúdo o facto de o primeiro exemplo de estratégia para uma macro-região contemplar a zona do Mar Báltico. No entanto, a meu ver essa estratégia esquece alguns objectivos comunitários - por exemplo, um nível de protecção social elevado. Alguns Estados-Membros situados nessa região, como a Letónia, foram gravemente afectados pela crise económica. O nosso sector financeiro encontra-se interligado com o sector equivalente escandinavo, o que significa que os nossos problemas se reflectirão em toda essa área, pelo que a questão não é meramente nacional.

Recentemente a Letónia recebeu, da Comissão, assistência financeira de médio prazo para equilibrar os seus pagamentos. Lamentavelmente essa assistência não impõe condições de natureza social. Em consequência, o governo está a reduzir as pensões e prestações sociais e a Comissão nada tem a opor.

A minha segunda preocupação prende-se com os direitos fundamentais. Apátrida em massa e protecção das minorias continuam a constituir temas fulcrais em dois Estados-Membros da região, a Letónia e a Estónia. Na minha opinião a estratégia deveria ser mais ambiciosa e tentar atingir todos os objectivos da União Europeia.

**Ville Itälä (PPE).** – (FI) Senhor Presidente, gostaria de agradecer à Comissão e ao Governo sueco o papel extremamente activo que desempenharam. Entendo que a Estratégia para o Mar Báltico é positiva e importante. Porém, sem o financiamento adequado, o projecto não terá êxito. Nesse caso, tudo acabará após a aprovação da Estratégia. Há anos que o Parlamento tem vindo a estudar a forma de organização do financiamento, tendo aprovado por unanimidade, no ano passado, o seu orçamento, o qual contém uma rubrica orçamental própria dedicada à Estratégia para o Mar Báltico. É esse o meio, o instrumento, para reunir os numerosos projectos de que a Estratégia para o Mar Báltico hoje precisa, caso se pretenda que avance. Estou ciente de que a Comissão dos Orçamentos fez recentemente propostas para que se reservem algumas verbas ao abrigo dessa rubrica, e espero que o Conselho e a Comissão as apoiem, pois, caso contrário, o projecto simplesmente não terá êxito. Para além disso, se quisermos recuperar o ambiente do Mar Báltico é necessário que consigamos o empenhamento da Rússia neste projecto. Considero incompreensível que haja quem esteja preparado para concordar com a construção de um gasoduto através do Mar Báltico sem qualquer obrigação da parte da Rússia, nem mesmo um compromisso quanto às conclusões da Convenção de Espoo. É o mínimo que temos de fazer.

**Victor Boştinaru (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, saúdo a ideia de uma estratégia para a região do Mar Negro como projecto-piloto para as estratégias macro-regionais.

Iniciativas como esta permitem a coordenação dos instrumentos políticos da UE de forma a atingir-se um desenvolvimento coerente, estável e sustentável das regiões envolvidas.

No último Conselho alguém afirmou que a estratégia para a região do Mar Negro estaria pronta até ao final de 2009. Trata-se de uma importante iniciativa que poderá induzir desenvolvimento harmonizado e prosperidade nesta região que, se comparada com a região do Mar Negro, é muito mais complexa em termos das partes envolvidas e tem implicações para a segurança, a estabilidade, a energia e o ambiente.

Pergunto, assim, à Presidência sueca, quando estará pronta a estratégia para a região do Mar Negro e quando será o Parlamento informado e envolvido no assunto.

**Werner Kuhn (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhor Comissário Samecki, na qualidade de deputado recém-eleito pelo Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, dou todo o meu apoio ao desenvolvimento de uma estratégia para a região do Mar Báltico e ao respectivo plano de acção. O Senhor Comissário referiu anteriormente os projectos bandeira, num total de 80.

Os nossos objectivos comuns são, evidentemente, melhorar a competitividade da nossa economia na região do Mar Báltico, tendo especialmente em conta a promoção das pequenas e médias empresas e uma política energética comum, que também contempla as energias renováveis. Este aspecto levanta a questão de como lidamos com as instalações *offshore* no Báltico. Manter a qualidade da água, pois é nela que se baseia o projecto, além de ser o nosso recurso, desempenha um papel extremamente importante a este nível, tendo em conta a pesca e o turismo. É por isso que os investimentos em estações de tratamento precisam de ser promovidos.

Creio que um programa de planeamento comum deve ser acordado por todos os Estados-Membros da região do Mar Báltico, pois há que responder às seguintes perguntas: onde serão posicionadas as vias de comunicação no futuro? Onde serão construídas as instalações *offshore*? Como será abordada a questão da segurança no

mar? É por isso que também precisamos de ter ideias claras sobre a localização das rotas energéticas para o gasoduto "Nord Stream", para o fornecimento de electricidade, entre muitas outras questões.

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os senhores deputados o amplo apoio que têm dado ao nosso trabalho continuado na estratégia para a região do Mar Báltico. É um apoio perfeitamente natural, porque, na realidade, o Parlamento Europeu foi o Pai Fundador do conceito de uma estratégia para a região do Mar Báltico, e eu regozijo-me pelo facto de ele pretender assegurar-se também de que essa estratégia se transforma numa realidade. Ela só poderá ser um sucesso – só poderá tornar-se uma realidade e ir além das palavras bonitas e da retórica – se, efectivamente, todos os Estados-Membros a assumirem como sua e sentirem uma verdadeira responsabilidade pela concretização deste projecto.

O sucesso será assegurado pelo trabalho nestes projectos, pela definição de calendários claros para a sua realização e pela via da promoção de controlos regulares. Estou certa de que o Parlamento, como a Comissão, continuará a pressionar-nos no sentido de o convertermos em realidade.

Esta região é habitada por cem milhões de pessoas. O Mar Báltico tem um tráfego permanente da ordem dos 2 000 navios. É óbvio que temos enormes desafios pela frente, aqui. O processo de constituição foi muito completo e eu queria agradecer à Comissão – representada, primeiro pela Comissária Hübner e agora pelo Comissário Samecki – o trabalho que investiram nele. Este empreendimento conta com um grande apoio da parte da sociedade civil e entre os municípios da região do Báltico.

Alguns deputados, a senhora deputada Krehl e o senhor deputado Itälä, suscitaram a questão dos recursos. Não está prevista a afectação de quaisquer novos fundos a esta estratégia. No entanto, na região há muitos recursos que podemos utilizar. Do actual orçamento consta uma dotação de 55 milhões de euros destinada à região. Sabemos também que podemos alimentar esperanças de conseguir contribuições de instituições internacionais como o BEI, que mostrou grande interesse na região do Báltico. O objectivo é manter todos os custos administrativos ao nível mais baixo possível e trabalhar com os responsáveis nos planos local e nacional pelos diversos projectos emblemáticos que integram esta iniciativa.

Um deles diz respeito ao problema do tráfico – a que a senhora deputada Jäätteenmäki fez referência. Há um projecto que envolve o reforço da formação dos agentes aduaneiros e policiais na região, e que visa melhorar a identificação e a acção na questão do tráfico. As senhoras deputadas Hassi e Lövin citaram o problema do meio marinho, da agricultura e da pesca. Há uma porção de projectos nessas áreas e eu gostaria muito que surgissem mais. Acredito também que a estratégia pode proporcionar-nos uma melhor visão de conjunto dos nossos esforços ambientais e das nossas políticas da pesca e agrícola e permitir-nos certificarmo-nos de que uns e outras prosseguem os mesmos fins.

Há também outras parcerias na região do Báltico. Temos uma ampla parceria energética em fase de desenvolvimento, em cujo quadro pretendemos interconectar a infra-estrutura energética da região, reduzir a dependência e melhorar a eficiência. Naturalmente, esse é um domínio em que a União continuará a trabalhar. O processo da central de Ignalina nada tem que ver com a Estratégia para o Báltico. Essa é uma decisão antiga que remonta ao tempo das negociações de adesão da Lituânia. Nem o gasoduto Nord Stream, tão-pouco. Naturalmente, tem que ver com o Mar Báltico, mas não faz parte da estratégia. É um projecto comercial que foi analisado de acordo com as convenções ambientais internacionais e a legislação nacional aplicáveis.

A Estratégia para o Mar Báltico é uma estratégia interna da UE. Ela será aquilo que nós fizermos dela. Contudo, é importante também – como foi observado por vários dos senhores deputados que usaram da palavra – que envolva países terceiros. Tratámos de garantir o envolvimento de países como a Rússia e a Noruega e de os inteirar do nosso trabalho no quadro da estratégia, bem como de lhes fazer ver que gostaríamos de trabalhar em parceria com eles em projectos específicos de interesse comum.

Aguardamos com expectativa a conferência de amanhã e sexta-feira e regozijamo-nos com o facto de a Vice-Presidente Wallis vir a Estocolmo. Na conferência, debateremos a estratégia para a região do Mar Báltico, e esperamos concitar da parte dos países a que ela diz respeito um forte empenho em trabalhar para a sua concretização prática, bem como as macro-regiões em geral. As regiões do Danúbio e do Mar Morto foram citadas a este propósito. Penso que há muito que fazer aqui e muita coisa que nos pode servir de inspiração. Esperamos ser capazes de avançar na discussão desta questão, embora ainda seja um pouco cedo para se estabelecerem calendários concretos. Queria agradecer, uma vez mais, ao Parlamento o forte apoio que tem



dado à estratégia para o Mar Báltico e estou desejosa de voltar a debater futuramente esta matéria com os senhores deputados.

**Paweł Samecki, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, permita-me começar por agradecer aos deputados a este Parlamento os seus comentários e observações sobre os vários aspectos da estratégia. O nível de empenhamento dos intervenientes demonstra que a estratégia será motivo de interesse nos próximos anos, o que é positivo.

Não poderei responder a todas as perguntas e aspectos suscitados no debate ou nas intervenções, pelo que me limitarei a três grandes grupos de questões. Primeiro, a forma. Posso dizer que a estratégia foi concebida em consonância com os objectivos e intenções dos Estados-Membros. A Comissão não interferiu na escolha das prioridades. A Comissão não moldou as prioridades, sendo possível incluir determinados projectos ou modificar determinadas prioridades. No entanto, para que isso aconteça haverá que chegar a consenso quanto ao futuro trabalho relacionado com a execução da estratégia.

Posso garantir que a estratégia é uma espécie de organismo vivo e está, em grande medida, sujeita a futuras modificações, caso os Estados-Membros e as partes interessadas assim o queiram.

O segundo ponto refere-se à gestão e governação. Aproveitaria para salientar que se impõe uma clara divisão de tarefas, uma clara divisão de trabalho e responsabilidades. Não nos enganemos: Estados-Membros, Comissão e outras organizações envolvidas na gestão são, todos, responsáveis ao respectivo nível.

Posso também acrescentar, neste momento, que é nossa intenção envolver os governos locais no processo de execução da estratégia, assim como países terceiros, como afirmou já a Senhora Ministra.

Preveremos, obviamente, a elaboração de relatórios a apresentar ao Parlamento sobre os progressos na execução da estratégia.

Por fim, a questão do financiamento. Diversos deputados referiram a necessidade de financiamento adicional para novos projectos. Devo esclarecer que, logo no momento em que desenvolvemos a estratégia, ficou decidido o princípio de não recorrer a financiamentos adicionais.

De momento apresentam-se três opções: podemos regular a utilização dos financiamentos da UE já existentes, por exemplo alterando os critérios para selecção de novos projectos. A segunda possibilidade consiste em recorrer a outras fontes, como instituições financeiras internacionais e, por fim, embora mais difícil numa época de recessão económica, podemos sempre tentar utilizar recursos nacionais. A este propósito, aguardo com ansiedade a conferência a realizar em Estocolmo, pois aí se poderá moldar a futura estratégia dos Estados-Membros e da Comissão para a abordagem macro-regional, havendo ainda a possibilidade de incluir o financiamento e futuras estratégias potenciais. Sinto, portanto, que a reunião de Estocolmo a realizar proximamente será o momento certo para estudar a abordagem macro-regional geral.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**Eija-Riitta Korhola (PPE), por escrito.** – (FI) Senhor Presidente, gostaria de agradecer à Suécia, o país que detém a Presidência, por ter tido a coragem de transformar a sua região, a região do Mar Báltico, bem como as questões que lhe dizem respeito, num tema tão importante do programa da sua Presidência. É oportuno que a Estratégia para o Mar Báltico, que temos vindo a preparar há tanto tempo, esteja a ser abordada neste momento: não há tempo a perder. Os objectivos centrais da Estratégia e do Plano de Acção para o Mar Báltico, a saber, a melhoria do ambiente e da competitividade da região, têm de ser levados a sério no que toca ao respectivo financiamento e às medidas aplicadas. É preciso concretizar os objectivos: é preciso que a Estratégia não seja apenas uma bonita declaração. Esperamos, em particular, que a Estratégia acelere o processo de despoluição do Mar Báltico, que sofre de eutrofização, e ajude a encontrar soluções comuns para desafios transfronteiriços. É precisamente devido a esses objectivos que os olhares se concentram agora na Finlândia, onde, em breve, se decidirá autorizar, ou não, a construção do gasoduto Nord Stream nas suas águas territoriais. Ao abrigo da Estratégia para o Mar Báltico, o impacto ambiental de projectos como este deverá ser analisado por meio de um procedimento juridicamente vinculativo a nível internacional, de molde a que essa avaliação não possa, pura e simplesmente, ser evitada. Por conseguinte, é preciso que insistamos para que a Rússia ratifique a Convenção de Espoo relativa à Avaliação dos Impactos Ambientais num Contexto Transfronteiras, que assinou em 1991, sendo que o Governo finlandês deveria impor essa condição para dar seguimento ao processo de autorização da construção do referido gasoduto. A Rússia, que também beneficia da Estratégia para o Mar Báltico, apenas respeita o acordo quanto lhe convém. Essa situação não pode prolongar-se por

mais tempo: o que está em jogo é de monta, e é preciso que conheçamos os projectos que são prejudiciais para o Mar Báltico antes que seja demasiado tarde.

**György Schöpflin (PPE)**, *por escrito*. – (EN) A Estratégia para a região do Mar Báltico promovida pela Presidência sueca é muito bem-vinda. Poderá servir de modelo para outras macro-regiões europeias, como a da bacia do Danúbio. Um aspecto, porém, do desenvolvimento da região do Mar Báltico, a saber, o gasoduto no leito marinho do Mar Báltico entre a Rússia e a Alemanha, o projecto "Nord Stream", exige revisão urgente. Esse gasoduto não só suscita séria preocupação ambiental mas, o que é mais urgente, trata-se de um projecto já ultrapassado. O futuro não está em meios fixos de fornecimento de gás natural, através de gasodutos, mas no gás natural liquefeito. O "Nord Stream" tem toda a aparência de ser um elefante branco desnecessário e os seus protagonistas deviam reconsiderar o projecto antes de lhe vincular mais dinheiro, recursos, esforços e energia.

**Bogusław Sonik (PPE)**, *por escrito*. – (PL) A Estratégia para a região do Mar Báltico anunciada em Junho de 2009 visa a criação de uma região amiga do ambiente, próspera, de fácil acesso, atractiva e segura. Estes são aspectos particularmente importantes no quadro dos crescentes desafios que se deparam à região do Mar Báltico desde o alargamento da UE em 2004.

É importante tomar medidas com o objectivo de melhorar a situação ambiental da região, uma vez que se trata de uma das áreas marinhas mais poluídas do mundo actualmente. Milhares de toneladas de agentes tóxicos para fins bélicos jazem no fundo mar, encerrados em minas, balas, bombas, contentores e barris. As estimativas quanto às quantidades destes químicos variam entre as 30 000 e 60 000 toneladas, entre as quais só o gás Yprite se estima perfazer 13 000 toneladas. As armas químicas foram afundadas aqui após a Segunda Guerra Mundial, em finais dos anos quarenta. Foram capturadas nas zonas alemãs de ocupação e, como enterrá-las no subsolo era difícil, a decisão foi simplesmente atirá-las para o fundo do mar.

Mexer nas armas químicas que jazem no fundo do Báltico ao construir qualquer espécie de infra-estrutura poderá ter como resultado uma catástrofe ambiental e, concretamente, mexer em armas químicas da Segunda Guerra Mundial durante a construção do gasoduto do Báltico constitui uma das maiores ameaças ao ecossistema. Impõe-se pois uma avaliação dos efeitos da construção do gasoduto no ambiente natural da bacia do mar Báltico.

## PRESIDÊNCIA: BUZEK

*Presidente*

### 7. Período de votação

**Presidente.** - Vamos agora proceder à votação.

*(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)*

**Presidente.** - Procederemos hoje a uma votação especialmente importante, mas também simbólica. De cinco em cinco anos, o Parlamento Europeu decide quem irá liderar outra Instituição da União Europeia.

#### 7.1. Eleição do Presidente da Comissão (votação)

**Daniel Cohn-Bendit (Verts/ALE)**. - (FR) Senhor Presidente...

*(O orador é interrompido pelo burburinho proveniente das bancadas da direita)*

Estão malucos? Meus Senhores, a cabeça não está bem?

Como houve problemas com a votação de ontem, peço-lhe que proceda a uma verificação das máquinas de votar.

Não é assim tão má ideia, pois não, caros colegas?

**Presidente.** – Tal como proposto, estamos a levar a cabo uma votação de ensaio, i.e. uma votação para verificar se todos nós estamos na posse dos cartões, se estamos todos sentados nos lugares indicados e se o equipamento está a funcionar.

Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me que repita: de cinco em cinco anos o Parlamento Europeu decide quem presidirá a uma outra Instituição da União Europeia. A ordem de trabalhos hoje inclui a eleição do Presidente da Comissão Europeia. Esta eleição reforçará a natureza democrática da nossa Instituição. Somos nós, os representantes eleitos de todas as regiões europeias que o fazemos.

O Conselho Europeu nomeou José Manuel Barroso como Presidente da Comissão. De acordo com o n.º 2 do artigo 105.º do Regimento, o Parlamento pode aprovar ou rejeitar a designação proposta por maioria dos votos expressos. O escrutínio é secreto. Passemos agora à eleição do Presidente da Comissão de acordo com o Regimento. A votação terá lugar através do uso do sistema electrónico. Gostaria de voltar a dizer que podem votar a partir de qualquer sítio no hemiciclo desde que insiram o vosso cartão de voto no dispositivo de voto pessoal. Apenas lembro isto porque temos muitos deputados novos nesta Assembleia. Como é habitual, na votação os Senhores Deputados podem decidir a favor ou contra o candidato, ou ainda abster-se.

*(A votação tem lugar)*

Seguem-se os resultados da votação: presentes 718 deputados, 382 votos a favor, 219 contra e 117 abstenções.

*(Vivos aplausos)*

\*\*\*

**Presidente.** – De acordo com os resultados que veremos no painel – ainda não estão visíveis –, o candidato designado pelo Conselho, José Manuel Barroso, foi eleito Presidente da Comissão Europeia.

Gostaria de apresentar as minhas sinceras felicitações ao candidato eleito pela votação que o reconduziu à posição de Presidente da Comissão. Gostaria de dizer que temos muito trabalho pela frente. Teremos de enfrentar desafios e os nossos cidadãos contam com grande eficácia da nossa parte e que estejamos à altura das suas expectativas.

Senhor Presidente, sei que V. Exa está ciente das prioridades do Parlamento Europeu. Na sequência dos debates, que também realizámos no seio dos nossos grupos políticos, como ontem, o Senhor Presidente conhece as nossas expectativas. Por isso mesmo, esperamos sinceramente poder colaborar consigo ao longo destes próximos cinco anos. Esperamos, sobretudo, poder dar resposta às necessidades dos nossos cidadãos. As minhas felicitações mais uma vez; tem agora a palavra se desejar dizer-nos algumas palavras. Parabéns e felicidades!

*(Vivos aplausos)*

**José Manuel Barroso, Comissão.** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero, em primeiro lugar, exprimir-lhes os meus mais sinceros agradecimentos por esta tão ampla confiança assim manifestada. Tomo esta confiança com imensa honra, com muita emoção e com um grande sentido de responsabilidade. Tomo também a expressão desta confiança como um sinal de adesão deste Parlamento à agenda ambiciosa que apresento para a Europa nos próximos cinco anos.

Tal como disse durante as discussões antes do voto, gostava de trabalhar com todas as formações políticas que se inscrevem neste projecto de ambição por uma Europa de solidariedade, de liberdade. Não posso, contudo, deixar de exprimir um reconhecimento especial ao Partido Popular Europeu que, em Varsóvia, antes das eleições, tomou o risco de exprimir a sua adesão a este meu programa, assim procurando dar, desde o início, uma expressão maior à democracia parlamentar europeia.

Mas, como disse no plenário ontem e durante estes dias, como Presidente da Comissão o meu partido será a Europa e é com todos aqueles que quiserem vir nesta viagem exaltante que é a construção da Europa unida. É com todos esses que gostaria de formar o consenso necessário para reforçarmos o projecto europeu.

Permitam-me, também, nesta ocasião uma palavra para o meu país, para Portugal. Sem a iniciativa e o apoio do seu governo e do Primeiro-Ministro José Sócrates não poderia ter sido candidato. Quero agradecer o apoio de Portugal, que me foi expresso também pelo Presidente da República, o Professor Cavaco Silva. Quero agradecer o apoio de todos e de cada um daqueles que, como europeus convictos que são, acreditam neste projecto pela Europa.

Para terminar, Senhor Presidente, queria reiterar a Vossa Excelência, assim como a todos os deputados a esta Assembleia, a minha sincera determinação de trabalhar estreitamente convosco durante os próximos cinco anos, de forma a poderem construir uma democracia parlamentar europeia mais forte. Creio que o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, típicas instituições comunitárias, têm um dever especial perante os nossos

cidadãos. Foi isso exactamente que afirmei que vou fazer e é isso exactamente que farei - construir uma Europa mais forte para a liberdade e a solidariedade.

*(Aplausos)*

**Presidente.** – Tenho uma declaração oficial a fazer. Nos termos do n.º 3 do artigo 105.º do Regimento, cumpre-me informar o Conselho dos resultados obtidos há dez minutos, e gostaria de solicitar ao Conselho e ao Presidente da Comissão recém-eleito que propusessem em conjunto os candidatos para os cargos de Comissários. Tendo em vista a quantidade de trabalho que temos pela frente, devemos trabalhar com toda a celeridade possível.

Esta era a declaração oficial relacionada com a eleição de José Manuel Barroso como Presidente da Comissão Europeia.

## 7.2. Nomeações nas delegações interparlamentares (votação)

## 7.3. Incêndios florestais do Verão de 2009 (votação)

**PRESIDÊNCIA: ROUČEK**

*Vice-presidente*

## 8. Declarações de voto

*Declarações de voto orais*

### Eleição do Presidente da Comissão

**Charles Goerens (ALDE).** – *(FR)* Senhor Presidente, ontem, o Presidente insistiu, com razão, no respeito do método comunitário. Este método garante uma implicação de todos os Estados-Membros, bem como das instituições comunitárias, nos processos de decisão, desde o início.

A forma de abordar a crise bancária e financeira por parte do G4 em 2008 esteve no extremo oposto do respeito do referido método, para que o Senhor Presidente Barroso apelou ontem. Em 2008, esperámos em vão que o Senhor Presidente Barroso pusesse ordem na situação.

A União Europeia é, evidentemente, a França, o Reino Unido, a República Federal da Alemanha, a Itália, todos os membros do G4, mas também a Áustria, a Bélgica, a Estónia, a Letónia, a Roménia, a Polónia, a Hungria, o Luxemburgo, etc., que foram afastados de uma fase importante do processo de decisão em 2008.

V. Exa. devia ter imposto em 2008, Senhor Presidente José Manuel Barroso, o respeito do método comunitário, da mesma forma como se exprimiu hoje. Eis a razão por que não posso apoiar a sua candidatura.

Senhor Presidente, permita-me uma observação. É de facto muito difícil falar com esta barulheira geral quando um orador toma a palavra aqui.

**Crescenzo Rivellini (PPE).** – *(IT)* Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no final da minha intervenção direi algumas palavras em napolitano (*Parte não transcrita neste documento, em virtude de o napolitano não ser uma língua oficial*). Fá-lo-ei, não por razões de cor local, mas para chamar a atenção dos políticos e dos meios de comunicação social para os nossos problemas: os problemas da Itália meridional. Votei a favor do Presidente Durão Barroso, até porque espero que será o Presidente de toda a Europa, incluindo da Itália meridional.

Situado no centro do Mediterrâneo, o Sul é a porta de entrada na Europa e um elo de ligação entre mundos diferentes. Pela sua história, posição geográfica e cultura de hospitalidade, pode desempenhar um papel importante para o velho continente na sua globalidade. A Itália meridional deveria ser tratada com a mesma dignidade de outros lugares da Europa e, agora que está a atravessar dificuldades, a Europa deve intervir tão energicamente como quando regularizou 150 milhões de cidadãos provenientes do Leste, que se tornaram cidadãos da UE. Essa operação teve um preço, e se, hoje, um cidadão de Gdańsk ganha 28 vezes mais do que ganhava antes, isso deve-se também ao esforço económico da Itália no seu conjunto, e também da Itália meridional.

*(O orador prossegue em napolitano)*

**Daniel Hannan (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, o tempo habituou-nos, quem sabe, à inutilidade do ritual que acabamos de cumprir. Tão familiarizados estamos com as estruturas da UE que deixámos de ver quão anómalo, quão insultuoso é o nosso poder executivo e legislativo estar entregue a uma burocracia que não tem de prestar contas e não é eleita. Grande parte da legislação dos Estados-Membros é proveniente de uma Comissão Europeia em quem ninguém vota e que ninguém pode demitir. A única parte que se assemelha a alguma autoridade democrática é o ritual levado a cabo neste Hemiciclo e que, não posso deixar de o dizer, me faz sentir numa das raras reuniões da Assembleia Popular dos velhos tempos do Comecon, quando todos nos levantamos e felicitamos por termos carimbado a decisão.

Pessoalmente, nada tenho contra José Manuel Barroso. Se vamos ter um Presidente federalista da Comissão – e vejo que é essa a vontade do Parlamento – tanto pode ser ele como outro qualquer. Parece um tipo simpático – e, como todos os políticos britânicos, sou profundamente lusófilo e estou ciente da relação que estabelecemos com o nosso mais antigo aliado – mas é um tanto ridículo fingirmos que há alguma coisa de democrático num sistema que deposita o monopólio do direito à iniciativa legislativa nas mãos de pessoas em quem não podemos votar e que não podemos mandar embora.

**Syed Kamall (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, tal como o colega que tomou a palavra antes de mim, também eu tenho reservas à reeleição de José Manuel Barroso como Presidente da Comissão.

Afinal de contas, mais do que qualquer outra pessoa, o actual Presidente defende maior integração europeia, frequentemente contra a vontade dos povos da Europa. Veio, porém, à reunião do nosso grupo, a reunião do Grupo ECR, e explicou ser a favor da "smart regulation" (regulação inteligente).

Obviamente, subsistem dúvidas quanto ao significado de "smart regulation". Muitos pensam que "smart regulation" significa má regulação, ou que alguma regulação não é uma regulação muito inteligente.

Mas eu pediria a José Manuel Barroso, se realmente está a favor da "smart regulation", que assegure que, em cada directiva, a Comissão elabora uma verdadeira avaliação de impacto económico. No próximo ano este Parlamento deverá debruçar-se sobre a Directiva sobre Gestão de Fundos de Investimento Alternativos. Até agora, a Comissão não produziu qualquer verdadeira avaliação de impacto económico – afirma, aliás, que é impossível fazê-lo.

Nestas circunstâncias, como poderemos ter alguma "smart regulation"? Peço a José Manuel Barroso que reconsidere.

#### **- Proposta de resolução comum: Incêndios florestais do Verão de 2009 (RC-B7-0039/2009)**

**Andrew Henry William Brons (NI).** – (EN) Senhor Presidente, opus-me à proposta de resolução conjunta sobre o tema dos incêndios florestais, embora concorde com a cooperação voluntária, por parte dos Estados-Membros, na prevenção, combate e reparação dos terríveis danos causados pelos incêndios.

Acontece que sou contra a criação de organismos europeus que detenham poderes dentro dos Estados-Membros em domínios mais abrangentes do que o necessário para lidar com o problema em causa, e chamo a atenção para os n.ºs 3, 7 e 8 da proposta de resolução conjunta.

A presente proposta explora respostas humanitárias admiráveis às terríveis tragédias a que assistimos para avançar na criação de uma força europeia de protecção civil chamada "Europe Aid", como proposto no relatório Barnier.

**Philip Claeys (NI).** – (NL) Senhor Presidente, absteve-me na votação final desta resolução, embora o tenha feito com alguma reserva e algumas dúvidas, pois é incontestável que este texto contém muitos elementos positivos, questões a que ninguém pode realmente opor-se. Estou a pensar, por exemplo, no apoio ao reforço das medidas de protecção civil dos Estados-Membros através do intercâmbio de especialistas e de métodos de trabalho. No Verão passado vimos, mais uma vez, alguns incêndios florestais assumirem uma escala tal que torna necessária a cooperação, mas essa cooperação entre os Estados-Membros já existe. Claro está que ela pode ser aprofundada, mas a vantagem, por exemplo, de termos uma força de reacção da UE separada é questionável. Isso serve apenas para retirar recursos aos Estados-Membros, cria mais um organismo da UE com o seu próprio pessoal e gera ainda mais burocracia.

*Declarações de voto escritas*

## Eleição do Presidente da Comissão

**Maria da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. – O Presidente Barroso colocou a Europa na liderança mundial da luta contra as alterações climáticas. A UE é o único bloco a nível internacional com uma posição negocial clara e coerente para a Conferência de Copenhaga. As orientações políticas para a próxima Comissão apresentadas pelo Presidente Barroso apresentam uma visão ambiciosa e moderna para a Europa, em que a luta contra as alterações climáticas e as áreas do triângulo do conhecimento ocupam um lugar central.

Os desafios com que nos deparamos são complexos e as respostas deverão ser necessariamente holísticas. Assim, o Presidente Barroso propõe para o período pós-2010 uma abordagem coordenada e convergente da Estratégia de Lisboa, da política da energia e do clima e da política social. São propostas novas fontes de crescimento e de coesão social assentes numa nova estratégia industrial para a Europa, num sector de serviços moderno e numa economia rural dinâmica.

O Presidente Barroso dá, assim, prioridade à economia real e à sua modernização baseada na investigação científica, no desenvolvimento tecnológico, na inovação e nos princípios da sustentabilidade. A Comissão liderada pelo Presidente Barroso, em parceria com o Parlamento Europeu e o Conselho, irá contribuir para uma União Europeia próspera, sustentável e socialmente avançada.

**Françoise Castex (S&D)**, *por escrito*. - (FR) Por coerência política e por respeito para com os nossos eleitores, votei contra a reeleição do Presidente Barroso. Durante os cinco anos do seu mandato, José Manuel Barroso, organizador do apoio de certos países da UE à guerra no Iraque de G. W. Bush, nunca foi capaz de relançar a União Europeia nem de a reforçar face aos egoísmos nacionais. Não esteve à altura dos desafios quando rebentou a crise financeira, económica e social.

Durante estes 5 anos, limitou-se a acompanhar os desvios do capitalismo financeiro em vez de propor as novas regulações de que a Europa precisa neste século XXI. É necessária uma reorientação da política da Comissão Europeia. José Manuel Barroso não é homem para a situação! O seu programa não responde minimamente à amplitude da actual crise: ausência de plano europeu de retoma, de pacto para o emprego, de regulamentação e de supervisão eficazes dos mercados financeiros ou ainda de instrumentos mais sólidos e rápidos para corrigir os actuais desequilíbrios. Precisamos de uma directiva sobre os serviços públicos e de uma reorientação da Comissão em matéria salarial. Se queremos salvar o nosso modelo social europeu, precisamos de uma agenda social muito mais ambiciosa.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – É com gosto que, enquanto português e deputado ao Parlamento Europeu, votei favoravelmente a reeleição de José Manuel Durão Barroso para Presidente da Comissão Europeia. Considero que a sua actuação no decurso do anterior mandato, que tantas dificuldades políticas, financeiras e sociais conheceu, e a experiência adquirida nessas funções, justificaram a aposta dos governos e a renovação da confiança por parte desta câmara.

Deploro as múltiplas tentativas - nem todas claras, nem sérias -, para impedir o sucesso desta candidatura e verifico que as mesmas não só se goraram por falta de alternativa credível mas, também, por insipiência dos argumentos que as sustentavam. Lamento que colegas do meu próprio país não tenham resistido a esta via tão fácil quanto inconsequente.

Faço votos para que a segunda Comissão Barroso possa aliar à competência técnica o “golpe de asa” e, no respeito e exercício efectivos do princípio da subsidiariedade, opte pela segurança e firmeza dos pequenos passos preconizada por Jean Monnet em detrimento dos ritmos acelerados que, de tão proclamatórios, pouco têm contribuído para o real progresso do sonho e do projecto europeus. Por mais que se rume ao horizonte, é pé ante pé que lá se chega. Vamos no bom caminho.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – Congratulo-me com esta votação que reconduz o Dr. José Manuel Durão Barroso na Presidência da Comissão Europeia. Para Portugal é um orgulho ter um português, com competência e qualidade reconhecida como o caso do Dr. José Manuel Durão Barroso, à frente da Comissão Europeia. É um orgulho maior constatar o mérito do seu trabalho durante o primeiro mandato, de 2004 a 2009. Esse mérito foi, aliás, reconhecido pelo Parlamento Europeu nesta votação. Na verdade, a maioria alcançada é fortemente expressiva e superior à exigida pelo Tratado de Lisboa.

Nos passados cinco anos, o Dr. José Manuel Durão Barroso revelou uma liderança forte e global. O dossier energia-clima, a directiva dos serviços, o regulamento sobre as substâncias químicas são apenas alguns exemplos de sucesso e liderança. Foi também líder na procura de soluções e nas propostas concretas para a resolução da crise económica que ainda nos afecta. O Parlamento Europeu acaba de dar um sinal de que a

Europa está forte, tem um líder forte e por isso avançar com confiança e esperança rumo a uma Europa mais próspera e mais solidária.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – As orientações políticas para o próximo mandato da Comissão, agora apresentadas, são elucidativas quanto ao intento do seu Presidente de prosseguir os eixos essenciais das orientações levadas a cabo no mandato que agora cessa. Orientações que estão na raiz da profunda crise económica e social que atravessamos e cujas dramáticas consequências - desemprego, desigualdade, pobreza e exclusão - se abateram impiedosamente sobre os trabalhadores e os povos europeus.

Em Portugal, as consequências da implementação das políticas viabilizadas por essas orientações foram a destruição ou franca debilitação de sectores produtivos essenciais - agricultura, pescas e indústria; o ataque aos direitos dos trabalhadores, a desvalorização dos salários e o correlativo aumento do desemprego e do trabalho precário; a desigualdade na repartição dos rendimentos, a divergência face à média da UE é hoje evidente; a falência das políticas de desregulamentação, liberalização e privatização de sectores fundamentais, desmantelando serviços públicos e mercantilizando aspectos essenciais da nossa existência colectiva. Insistir nestas orientações é insistir na concentração de riqueza, na divergência em lugar da convergência, é antecipar novas e pesadas erupções de uma crise sistémica latente, num futuro mais próximo que longínquo.

**Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D)**, *por escrito*. – (PL) Todos nós gostaríamos de ver uma Europa mais forte e que os cidadãos tivessem melhores condições de vida! Também V. Exa., a avaliar pelas "Orientações políticas para a próxima Comissão" que apresentou ao Parlamento. No entanto, espera-se mais de um candidato à futura presidência da Comissão: espera-se que a pessoa designada nos comunique como tenciona alcançar estes objectivos, e não se limite a apresentar uma lista de desafios.

Na verdade, as metas são tão abrangentes que existe o perigo de umas excluírem outras e, definitivamente, chegará um tempo em que terá de se optar e decidir quais as prioridades "mais importantes", digamos assim. Por exemplo, que escolheria se o objectivo da competitividade económica europeia colidisse com o objectivo de chegar a taxas elevadas de emprego? O texto que nos enviou não é muito claro nestas questões.

Fiquei com a impressão de que o seu documento é muito simplesmente uma lista das aspirações que não foram concretizadas no mandato anterior. A questão é: porque não?

Gostaria no entanto de falar sobre a questão da Internet que figura no seu programa. V. Exa. mencionou a importância da Internet para o desenvolvimento económico e a coesão social da Europa e chegou mesmo a prometer que a nova Comissão desenvolverá uma "Agenda Digital Europeia". O que gostaria de saber é como tenciona implementar esta ideia na prática, e qual o contributo da Agenda que será novo comparativamente a outras iniciativas anteriores?

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) Faço parte, tal como os meus amigos que representam os movimentos nacionais na Europa, dos 219 deputados que votaram contra José Manuel Barroso. É um homem simpático e culto, mas é sobretudo o símbolo do fracasso da União Europeia. Não foi capaz de preservar as nossas economias e os nossos empregos da concorrência mundial desleal; de ajudar os países europeus a sair da crise; de reformar o sistema financeiro para acabar com a especulação a todos os níveis; de garantir a democracia; de assegurar a independência alimentar; nem de travar a desindustrialização acelerada dos nossos países.

Numa palavra, não conseguiu demonstrar que a Europa de Bruxelas é mais do que uma máquina de triturar as nações e os povos, de os empobrecer e de os dominar. Se virmos bem, a eleição de José Manuel Barroso é, ela própria, um símbolo: o símbolo da forma como a Europa funciona. A confusão que seria se, em vez de Presidente da Comissão, que vai influenciar, com as suas políticas, a vida de 500 milhões de Europeus, fosse um Chefe de Estado que, embora candidato único, tivesse sido eleito com pouco mais de metade dos sufrágios!

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Votei hoje contra a candidatura de José Manuel Barroso por três razões essenciais. Em primeiro lugar, pelo seu balanço pessoal durante os últimos cinco anos: uma presidência fraca, conservadora e liberal, imóvel face à crise, incapaz de estimular uma retoma coordenada, exclusivamente atenta aos desejos dos Chefes de Estado ou de Governo. José Manuel Barroso não serviu seguramente uma Europa forte. Em seguida, a insuficiência da sua resposta às condições colocadas pelo Grupo S&D: falta de um verdadeiro plano de relançamento, de um pacto para o emprego, de regulamentação, de supervisão ou de instrumentos eficazes para corrigir os desequilíbrios dos mercados financeiros, nenhum compromisso numa directiva-quadro que proteja os serviços públicos. Por fim, as mensagens transmitidas pelos eleitores

durante as eleições europeias, que nos mostraram que não querem continuar a ter uma Europa enfraquecida, incompreensível, onde o compromisso é considerado uma virtude superior às orientações políticas.

**Jacky Hénin (GUE/NGL)**, *por escrito*. - (FR) A eleição do Presidente da Comissão Europeia é um acto de primeira importância e os cidadãos da União têm o direito de conhecer a escolha dos seus representantes.

A título pessoal, lamento e denuncio o processo de votação secreta, que não conduz a qualquer responsabilização.

Além disso, uma vez que não possuo nenhum ponto em comum com a política proposta por José Manuel Barroso, manifesto a minha escolha negativa quanto à sua candidatura à presidência da Comissão.

**Cătălin Sorin Ivan (S&D)**, *por escrito*. - (RO) No final do mandato de cinco anos (2004-2009), a avaliação das actividades da Comissão Europeia não é muito favorável ao Presidente Barroso. Daí considerarmos que devemos abster-nos na votação, em particular num momento em que um voto negativo constituiria uma decisão política imprudente, em virtude de não haver qualquer alternativa, enquanto um voto positivo equivaleria a exprimir uma confiança incondicional e injustificada relativamente a um programa insatisfatório.

Penso que o apoio dado o Presidente Barroso pelos Estados-Membros constitui uma prova irrefutável de que ele não se revelou um presidente forte, tendo antes atribuído prioridade aos interesses nacionais, o que significa que foram os líderes nacionais que estabeleceram as orientações para o seu mandato. A Comissão Europeia precisa de um presidente que apoie o desenvolvimento das políticas comunitárias, que se debata permanentemente pela integração e que promova o conceito de uma Europa unida. Não deve, sob hipótese alguma, ser um defensor dos interesses nacionais. De uma perspectiva social-democrática, o Presidente Barroso não cumpriu um número significativo dos compromissos assumidos no início do seu mandato em 2004. A Comissão não demonstrou um grande interesse por muitos destes compromissos, incluindo a consolidação de uma Europa social. Consequentemente, optei por não votar pela reeleição do Presidente Barroso.

**Astrid Lulling (PPE)**, *por escrito*. - (FR) Votei favoravelmente a investidura de José Manuel Barroso como Presidente da Comissão Europeia.

Tomei esta decisão por quatro motivos.

O Conselho Europeu propôs a candidatura de José Manuel Barroso por unanimidade.

Na minha concepção da democracia, os vencedores das eleições podem reivindicar para si o direito de designar um dos seus.

Só existe a opção de José Manuel Barroso, não tendo sido seriamente prevista nenhuma alternativa.

As críticas dirigidas ao Presidente cessante ignoram um facto essencial, a saber, que a Comissão apenas tem poder de proposta, cabendo aos Estados-Membros dispor.

O meu apoio é também acompanhado de um certo número de expectativas.

O Senhor Presidente Barroso deve manifestar, durante o seu segundo mandato, um pouco mais de independência de espírito, nomeadamente face aos grandes Estados-Membros, e inscrever a sua acção no objectivo único de servir o interesse geral comunitário.

Lamento que a Comissão tenha tendência para evoluir para um conglomerado de Comissários, livres de agirem segundo as suas conveniências. Apelo ao Senhor Presidente Barroso para que contrarie essa evolução.

Gostaria que a Instituição "guardiã dos Tratados" recuperasse a sua força original, a saber, a sua capacidade de mostrar o caminho em torno de projectos mobilizadores.

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - (ES) O Senhor José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, é responsável pela actual situação de crise financeira, económica, alimentar e ambiental em que a Europa se encontra mergulhada. Até à data ninguém reconheceu o seu erro, e a culpa foi atribuída aos Estados Unidos. Até agora, a Comissão Europeia tem tentado construir a Europa com base em políticas de privatização e no desmantelamento do Estado social.

A Comissão adoptou a Estratégia de Lisboa, que previa um crescimento económico de 3% e a criação de 20 milhões de postos de trabalho até 2010. O fracasso desta estratégia é evidente. Apesar disso, a Comissão propõe-se renovar esta estratégia e continuar com estas políticas, que são a causa da crise. Esta crise não é



uma pandemia, mas o resultado de uma aposta numa política específica: a política prosseguida pela Comissão Europeia. O seu programa de política externa não inclui qualquer referência ao Sara ou à Palestina. Para além de estas questões não fazerem parte das suas prioridades, a UE tenciona mesmo conceder um estatuto avançado ao Reino de Marrocos e intensificar as relações com o Estado de Israel.

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. – O trabalho levado a cabo pelo Presidente Durão Barroso ao longo dos últimos cinco anos pautou-se por um grande pragmatismo, seriedade e firmeza na condução dos interesses superiores da Europa.

A liderança, a nível mundial, no combate às alterações climáticas, o sentido de oportunidade na aproximação dos europeus aos oceanos através do lançamento da nova Política Marítima Europeia e a capacidade de gerar consensos em torno das Perspectivas Financeiras numa Europa a 27 são alguns dos exemplos que justificam a sua continuidade à frente da Comissão Europeia.

O crescimento económico, a aposta na inovação e na qualificação das pessoas, e o combate ao desemprego são pilares fundamentais para que o processo de construção europeia possa continuar, e são também as prioridades de Durão Barroso para o futuro.

Numa altura em que a conjuntura económica e financeira a nível mundial não é a melhor, a Europa precisa de um líder forte capaz de dar vida ao projecto europeu.

Considero, pelo que foi atrás referido e muito mais, que Durão Barroso é o Presidente ideal para conduzir os destinos da UE no próximo mandato.

**Frédérique Ries (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) Tal como 381 dos meus colegas, apoiei a candidatura de José Manuel Barroso à liderança da Comissão. Por múltiplas razões, não sendo seguramente a menor o facto de haver quem faça uma avaliação particularmente injusta do candidato. Ouço uns e outros sonharem com um novo Delors, esquecendo que mudámos de mundo... e de Europa. A dos 12, de Kohl e Mitterrand, já não existe nem existirá sem dúvida.

Como primeiro Presidente de uma Comissão a 25, e depois a 27, José Manuel Barroso teve a delicada tarefa de gerir o alargamento de 2004. Um mandato de consolidação. O segundo será o da ambição. É isso que desejo, e acredito nele. E recuso-me a desempenhar o papel de aprendiz de feiticeiro, a esperar, não por Godot, mas por um hipotético outro candidato que o Conselho não tem a mais pequena intenção de propor. Esperar, enfraquecer as nossas instituições e o crédito de que ainda goza a Europa junto dos Europeus. Então sim, esperamos que ele cumpra as suas promessas, como lutar contra as alterações climáticas e contra as discriminações, e pela imperiosa reacção concertada face à crise económica e social. Adiar mais uma vez esta votação seria enganarmo-nos no alvo. Esperar por uma candidatura fantasma seria um erro.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – Uma Presidência da Comissão Europeia forte e ambiciosa é essencial para que a Europa reconquiste o seu posicionamento de liderança mundial procurando um equilíbrio entre objectivos económicos e políticos e a coesão social e territorial. Há que definir prioridades de forma pragmática, sem descuidar os valores que estão na génese do projecto europeu.

Temos vários desafios pela frente, como a reforma do orçamento comunitário, que a Europa deve enfrentar demonstrando ser capaz de definir a agenda mundial em vários temas como a luta contra as mudanças climáticas e a regulamentação dos mercados financeiros. Num momento em que o desemprego grassa em vários Estados-Membros, há que procurar uma saída sustentável da actual crise económica e social. Este objectivo deve unir os Estados-Membros com base no princípio da solidariedade e no fortalecimento do mercado único europeu.

Por acreditar que José Manuel Durão Barroso reúne as qualidades que lhe permitirão continuar a concretizar, com sucesso, as expectativas que nele depositamos, por considerar um orgulho para Portugal o facto de desempenhar o cargo e por entender que constitui uma vantagem para uma região pequena, isolada, distante e ultraperiférica como a Madeira, ter na Comissão alguém que conhece aprofundadamente a sua realidade, apoio a sua recandidatura ao cargo de Presidente da Comissão Europeia.

**Frank Vanhecke (NI)**, *por escrito*. – (NL) Votei contra a recondução do Sr. José Manuel Barroso como Presidente da Comissão Europeia, pois ao longo dos últimos cinco anos ele foi o verdadeiro símbolo de uma Comissão que optou por menosprezar a rejeição democrática do Tratado de Lisboa, e fê-lo desdenhosamente e de uma forma arrogante. O Sr. José Manuel Barroso defendeu também reiteradamente uma nova onda de imigração em massa e desvalorizou constantemente os problemas inerentes à possível adesão da Turquia à UE. É significativo, também, o facto de o Sr. José Manuel Barroso se ter ontem recusado a responder à

justificada pergunta de um colega britânico sobre as suas intenções no que respeita a um Comissário europeu para os direitos humanos – isto é, um Comissário interno no seio da UE. A Europa do *Big Brother* continua a avançar firmeza, mas aparentemente ninguém pode sabê-lo, incluindo os membros do Parlamento Europeu.

**Derek Vaughan (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Embora não esteja nos meus hábitos abster-me, entendi que hoje, na votação sobre a eleição do Presidente da Comissão, era a escolha correcta. Reconheço que José Manuel Barroso fez algumas concessões, por exemplo, quanto às avaliações de impacto social. No entanto, o actual Presidente não demonstrou empenhamento em apresentar propostas relevantes para o Grupo S&D – por exemplo, o reforço da directiva relativa a trabalhadores destacados, de importância vital para a protecção dos trabalhadores galeses. Falta também maior empenhamento na questão das pastas atribuídas a novos Comissários e uma explicação cabal de José Manuel Barroso sobre a organização do próximo colégio. Não creio que a promessa de José Manuel Barroso de combater o dumping social na Europa tenha um alcance suficientemente longo, razão que, somada às já aduzidas, me levou a tomar a decisão de me abster nesta votação.

**Bernadette Vergnaud (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Votei contra a candidatura de José Manuel Barroso antes de mais nada porque acredito numa verdadeira Europa política, que não pode contentar-se com uma Comissão enfeudada dos desígnios das grandes capitais. Penso igualmente que não podemos fazer campanha exigindo uma outra liderança europeia para em seguida passar um cheque em branco a um símbolo do liberalismo cujo programa é cruelmente omisso de ambição e de valores. Um homem que se abrigou atrás do conceito de “legislar melhor” para “legislar menos” sobre tudo o que eu defendo enquanto socialista: defesa dos serviços públicos, protecção social dos trabalhadores, respeito dos sistemas de saúde, regulação da economia financeira, protecção dos consumidores e do ambiente face ao poder dos grupos industriais. Por respeito pelas minhas convicções e pelos meus eleitores, penso que esses valores não podem ser postos em causa por cálculos e jogos dúbios visando obter concessões irrisórias da parte de conservadores que controlam a maioria dos Estados-Membros, o Parlamento e a Comissão, e que não deixarão de seguir a sua política desreguladora.

**Dominique Vlasto (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Embora a eleição do Presidente da Comissão Europeia seja secreta, quero manifestar publicamente o meu apoio ao candidato da nossa família política, José Manuel Barroso, a quem felicito calorosamente pela sua reeleição. Era normal que, após as eleições europeias vencidas pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), o Presidente da futura Comissão Europeia viesse das nossas fileiras. Assim, apesar da agitação estéril da esquerda desunida e dos Verdes, que, no entanto, não tinham ninguém para apresentar, José Manuel Barroso foi confortavelmente eleito. Congratulo-me também com o seu compromisso reafirmado de trabalhar em estreita colaboração com a nossa Assembleia, no seio da qual poderá contar com a nossa determinação e o nosso apoio sempre que as propostas do nosso projecto europeu forem votadas. O Parlamento e a Comissão vão agora poder pôr-se ao trabalho sem demora, o que era o mais importante neste difícil período em que inúmeros desafios têm de ser enfrentados rapidamente para o bem de todos os Europeus. Além disso, neste momento em que a Europa está empenhada nas negociações do G20 e do clima, tem de estar unida e pronta a funcionar: o voto claro e inequívoco de hoje também a reforça face às restantes potências mundiais.

#### **- Proposta de resolução comum: Incêndios florestais do Verão de 2009 (RC-B7-0039/2009)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei favoravelmente a resolução do Parlamento Europeu de 16 de Setembro de 2009 sobre os incêndios florestais do Verão de 2009. Essa resolução dá seguimento a muitas outras que realçam a frequência, a gravidade, a complexidade e a incidência das catástrofes naturais e de origem humana na Europa, as quais aumentaram rapidamente nestes últimos anos. O fenómeno dos incêndios florestais é agravado pelo êxodo rural, pelo abandono progressivo das actividades tradicionais, pela insuficiente manutenção das florestas, pela existência de vastas extensões de floresta plantadas com uma única espécie, pela plantação de espécies de árvores não adaptadas, pela ausência de uma política de prevenção eficaz e pela leveza das sanções previstas em caso de incêndio voluntário, assim como pela aplicação defeituosa das leis que proíbem a construção ilegal e garantem a reforestação. Lamento o facto de a Comissão, apesar dos pedidos do Parlamento, não ter iniciado acções destinadas a criar uma força europeia de protecção civil, e saúdo a acção do meu amigo Michel Barnier, que propôs esse dispositivo há muito tempo. Por fim, e neste momento em que as companhias de seguros privadas não oferecem a garantia de incêndio para as florestas, torna-se urgente, perante a falha do sector privado, estudar um instrumento colectivo público-privado para segurar as florestas contra as tempestades e os incêndios.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – Infelizmente, as situações de seca extrema e de incêndios florestais têm aumentado, quer em termos de frequência, quer em termos de amplitude, no Sul da Europa. São enormes os danos causados, quer em termos de perda de vidas humanas (só este Verão morreram 11 pessoas), quer

de redução da actividade económica e de degradação ambiental, nomeadamente ao contribuir para acelerar a desertificação, em que na última década têm vindo a desaparecer cerca de 400 000 hectares de floresta europeia, por ano.

As alterações climáticas contribuem para o aumento de catástrofes naturais, mas muitos casos continuam a ser imprevisíveis ou têm origem criminosos. Daí a necessidade de se desenvolver a investigação científica de forma a melhorar os mecanismos de avaliação dos riscos, os sistemas de prevenção e os meios de combate a esse fenómeno, bem como disponibilizar os recursos financeiros necessários.

Precisamos de uma estratégia europeia de combate a catástrofes naturais, e de maior interoperabilidade e coordenação entre os vários instrumentos comunitários. Os Estados-Membros deverão reforçar a cooperação e coordenação de forma a assegurar uma solidariedade e disponibilidade de recursos adicionais de rápida mobilização no combate a estas catástrofes.

Recomendo à Presidência do Conselho que tome, urgentemente, uma decisão relativamente ao Regulamento para o novo Fundo de Solidariedade, de forma a aumentar a transparência e flexibilizar a sua mobilização em caso de emergência.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – O Sul da Europa vem sendo vitimado por catástrofes (seca e incêndios) que têm posto em causa vidas humanas, economias e ecossistemas locais e vêm contribuindo para a progressiva desertificação de áreas extensas, outrora povoadas, trabalhadas e cuidadas. Mais do que um problema deste ou daquele país, esta questão e as suas consequências graves assumiram já um carácter transfronteiriço, sendo evidente que merecem uma resposta à escala europeia.

Conforme tive ocasião de dizer anteriormente, a União Europeia ganhará se se mantiver unida também na adversidade e se for capaz de mobilizar meios como o Fundo de Solidariedade, sistemas e métodos passíveis de obstar às causas e de minorar as consequências destes flagelos e de lhes dar uma resposta flexível, pronta e adequada.

Para além da Comissão Europeia - que deverá assumir um papel liderante na busca de soluções e na aplicação das melhores práticas -, toda a fileira florestal deve ser convocada para partilhar conhecimentos, definir soluções e apontar caminhos que possam contribuir para uma diversificação das actividades relacionadas com a floresta.

Diz uma música infantil portuguesa que uma árvore é um amigo. A União Europeia deve retribuir essa amizade e, assim, defender o futuro do mundo rural.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – A razão do nosso voto favorável liga-se à necessidade de uma solidariedade efectiva e da mobilização imediata de meios financeiros que permitam acorrer, com a urgência necessária, à situação dramática que, do ponto de vista social e ambiental, se abateu sobre as áreas afectadas pelos incêndios deste Verão e respectivas populações.

Todavia, entendemos que a resolução deveria dar maior ênfase aos efeitos de algumas das políticas comunitárias, em particular da política agrícola comum, que promovem o abandono do território e de sistemas produtivos, e a actividades que contribuam para uma abordagem preventiva do problema dos incêndios.

As consequências da PAC, em particular em países como Portugal, encontram-se hoje entre as causas subjacentes aos incêndios que, anos após ano, devastam vastas áreas do território. Por outro lado, consideramos que a possível e desejável cooperação entre Estados-Membros no combate aos incêndios florestais não deve ser utilizada para abrir caminho à subtracção de elementos importantes da soberania de cada Estado, nomeadamente no que diz respeito à protecção civil e a medidas de controlo e de intervenção no território.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. - (FR) Mais uma vez este Verão os incêndios florestais devastaram o Sul da França. À imagem de outros vizinhos europeus, os nossos concidadãos tiveram de enfrentar as chamas; essas catástrofes traduziram-se em danos, não só materiais, mas também humanos. Eis a razão por que me pronunciei a favor da criação de uma força de reacção europeia independente e permanente, cuja tarefa seria a de ajudar os Estados-Membros e as regiões afectadas pelos incêndios e outras catástrofes. Precisamos também - outro apelo que lançámos à Comissão - de uma estratégia que permita preservar os ecossistemas de que se conhece a riqueza nos nossos parques naturais - Bauges, Ardèche ou Lubéron -, tudo isto com base num financiamento destinado às acções de prevenção e de restabelecimento do ecossistema destruído. O recurso à PAC poderia justificar-se na prevenção da extensão de incêndios florestais, demasiadas vezes

consequência de mato presente em abundância em certos sectores. Por fim, pronunciei-me igualmente a favor da mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia, Fundo esse bloqueado actualmente pelo Conselho quando persistem necessidades gritantes.

**Eija-Riitta Korhola (PPE)**, *por escrito*. – (FI) Senhor Presidente, no debate de segunda-feira sobre os incêndios florestais durante o Verão de 2009, afirmei que as condições naturais se modificarão com as alterações climáticas. Esse é um facto que não pode ser negado. Contudo, não explica os desastres ambientais, especialmente quando os mesmos fenómenos se repetem de tantos em tantos anos. Podemos e devemos estar mais bem preparados. Razão pela qual votei, hoje, contra a posição defendida pelo meu grupo no que respeita à alteração 5, posição que, para ser totalmente honesta, me deixa muito perplexa. É efectivamente tempo de os Estados-Membros da União se olharem no espelho. É absolutamente correcto afirmar que a destruição provocada pelos incêndios florestais poderia ter sido evitada se determinados Estados-Membros tivessem desenvolvido e aplicado mais medidas preventivas e trabalhado com maior afinco para pôr fim à actividade criminosa que visa a aquisição de mais terrenos para construção.

O nosso ambiente político não pode ser caracterizado por uma atitude de demissão diante dos factos. Essa atitude não traz benefícios a ninguém, especialmente quando está em causa a enorme tragédia humana que resulta dos incêndios florestais. Tem vindo a sugerir-se que as alterações climáticas são uma das causas do aumento do número de incêndios florestais, e é verdade que a Europa terá de estar preparada para uma extensão das épocas de incêndio, que deixarão de durar apenas de Junho a Setembro, como por norma tem acontecido até hoje. Os Verões estão a começar mais cedo e são mais quentes e secos, especialmente no Sul, pelo que o risco de incêndios é crescente. No entanto, o problema dos incêndios, em si mesmo, não reside na alteração progressiva das condições naturais, mas sim noutras causas. Uma coisa é a nossa adaptação a um ambiente em mutação; outra completamente diferente é aceitar as más práticas enraizadas e persistir na falta de preparação.

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (NL) Na Grécia, os incêndios destruíram 1 30 000 oliveiras e numerosos hectares de vinha, assim como gado, explorações apícolas, armazéns, estábulos e um grande número de estufas e de casas. Em Espanha arderam 95 750 hectares devido aos incêndios florestais, que causaram 11 mortes e prejuízos estimados em 395 milhões de euros.

Os danos sociais, económicos e ambientais causados pelos incêndios às economias locais, à actividade produtiva e ao turismo são enormes, pelo que se torna necessário apoiar os cidadãos afectados e repor as condições ambientais anteriores por via de uma intervenção nacional e comunitária imediata.

Instamos a Comissão a mobilizar sem demora o actual Fundo de Solidariedade da UE a fim de libertar os recursos necessários para apoiar os planos de reabilitação das zonas afectadas, o restabelecimento do seu potencial produtivo e a reflorestação das zonas queimadas.

A desflorestação deve-se, em parte, à construção de estradas ou de ferrovias. A Comissão tem de propor medidas tendentes a garantir que, nas obras públicas financiadas com fundos da UE, uma parte do investimento público seja dedicado ao melhoramento, à manutenção e ao incremento das zonas florestais públicas.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Infelizmente, o Verão de 2009 foi marcado por devastadores incêndios florestais no sul da Europa, tendo causado enormes danos materiais e ecológicos. Ficou claro, neste contexto, que os incendiários, que lucram com a destruição das florestas, são incentivados pela insuficiência ou pela falta de cadastros florestais, ou pelo uso mal definido da terra. Nesta perspectiva, foi importante que esta proposta de resolução exortasse os Estados-Membros a rever ou alterar esses cadastros.

É necessário que, além da reflorestação, exista cooperação entre peritos, bombeiros e outros grupos operacionais, quer para acudir a situações de emergência, quer para prevenção. Esta proposta de resolução contém propostas lógicas, tais como a forma de os Estados-Membros poderem ser apoiados de acordo com o princípio da solidariedade, em caso de desastre. Daí eu ter votado a favor da proposta de resolução comum sobre os incêndios florestais do Verão de 2009.

**Frédérique Ries (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) Diga-se à partida que a prevenção das catástrofes naturais e a adaptação às alterações climáticas não é coisa fácil. Embora a União Europeia faça melhor do que outras regiões do mundo, com a criação de um mecanismo de protecção civil reforçado e o apoio financeiro que representa o Fundo de Solidariedade, não deixam de ser destruídos todos os anos pelo menos 600 000 hectares.

E não estou a falar dos incêndios florestais na bacia mediterrânica, com a apoteose dos deste Verão de 2009 perto de Atenas. Duas propostas parecem-me indispensáveis para melhorar a situação. Em primeiro lugar, há que aplicar a totalidade do relatório de Michel Barnier de 2006 sobre a força de protecção civil europeia. Continuamos à espera da criação dos capacetes verdes europeus para dar corpo a uma política europeia da protecção civil já plebiscitada pelos cidadãos. Em segundo lugar, é importante a Comissão poder participar como observadora naquilo que se passa a nível local. Seria no mínimo espantoso o pagamento de subsídios europeus nos casos de certos incêndios florestais provavelmente de origem criminosa com o objectivo de tornar os terrenos edificáveis.

**Joanna Senyszyn (S&D)**, *por escrito*. – (PL) Votei a favor da resolução sobre os incêndios florestais ocorridos no Verão de 2009. Até à data, este ano, mais de 200 000 hectares de floresta na União Europeia foram destruídos pelo fogo. Isto corresponde a uma área superior à afectada durante todo o ano de 2008! Na Polónia, o coeficiente da ameaça dos incêndios florestais é um dos mais elevados na Europa. Em Abril de 2009, o número de incêndios foi o mais elevado em cinco anos.

Impõe-se tomar medidas urgentes e eficazes para combater as alterações climáticas, uma das causas dos incêndios. Uma outra questão importante na resolução aprovada prende-se com a coordenação de mecanismos da UE para a prevenção das alterações climáticas e, em particular, a utilização eficaz do Fundo de Solidariedade para limitar as consequências dos incêndios.

Precisamos de criar uma força de reacção europeia capaz de actuar com celeridade em caso de catástrofes naturais. Esta seria o resultado a nível financeiro e organizacional das acções levadas a cabo nos Estados-Membros. Espero que a resolução do Parlamento sobre o combate aos efeitos dos incêndios seja devidamente considerada pela Comissão Europeia e utilizada para intensificar as suas próprias acções neste domínio.

**Catherine Stihler (S&D)**, *por escrito*. – (EN) O debate de hoje sobre incêndios florestais é bem-vindo. A devastação causada a tantos locais que nos oferecem a sua beleza natural é uma perda para todos. Devemos demonstrar solidariedade para com os nossos colegas e ajudar os países afectados.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – Em resultado da reflorestação promovida pelo governo regional, a par de iniciativas de associações de protecção da natureza, segundo estudos recentes, a floresta madeirense cresceu quase cinco mil hectares nos últimos 36 anos, facto ainda mais assinalável por contrariar a tendência nacional. Este património de valor inestimável deve ser protegido e, se é certo que devemos estar preparados para responder a incêndios, parece-me essencial uma afectação equilibrada de recursos entre meios de prevenção, detecção e combate a fogos. Votei a favor desta resolução por considerar que esta política pode ser promovida a nível europeu através de uma estratégia de solidariedade que procure a coordenação da resposta a incêndios, bem como a prevenção eficaz de comportamentos de risco.

Com especial enfoque nas regiões ultraperiféricas, esta abordagem deve envolver tanto autoridades públicas como proprietários de terrenos florestais e apostar na limpeza das matas, na plantação de espécies autóctones e no repovoamento rural. Os comportamentos criminosos devem ser igualmente punidos adequadamente a nível nacional. A flexibilização dos procedimentos associados à utilização dos fundos estruturais já existentes ou de novos, como o Fundo de Solidariedade da UE, permitirá uma resposta mais célere à população afectada pela perda de terrenos agrícolas, habitações e animais no seguimento de incêndios e de outras catástrofes.

**Frank Vanhecke (NI)**, *por escrito*. – (NL) Abstive-me na votação final da resolução de compromisso sobre o rescaldo dos incêndios florestais ocorridos em 2009, pois constato que a maioria deste Parlamento entende que o combate aos incêndios florestais a nível europeu não deve limitar-se ao apoio e à coordenação, mas que na realidade deve ser criada uma espécie de uma força europeia especificamente vocacionada para o combate aos incêndios, mais um organismo europeu que custaria rios de dinheiro a fim duplicar uma tarefa que já é realizada por outros.

Isto ilustra, para todos os efeitos, o facto de os eurofederalistas estarem menos preocupados com a gestão eficiente e adequada do nosso continente, e mais preocupados em produzir uma declaração, nomeadamente a de que tudo deve ser regulado a nível europeu – a despeito do princípio da subsidiariedade que tantas vezes ouvimos aclamar.

(A sessão, suspensa às 12H50, é reiniciada às 15H00)

## 9. Correções e intenções de voto: ver Acta

### PRESIDÊNCIA: BUZEK

*Presidente*

## 10. Serviços financeiros (Assinatura dos actos)

**Presidente.** – Ao abrigo do processo de co-decisão, os actos legislativos são assinados pelo Presidente do Parlamento Europeu e a actual Presidência que representa o Conselho. Antes de se reiniciar a sessão, será assinado um pacote legislativo para passar a ser efectivo. Cecilia Malmström, a Ministra para os Assuntos Europeus, assinará em nome do Conselho. É um prazer ter também entre nós a Senhora Comissária Benita Ferrero-Waldner.

Gostaria de dizer algumas palavras sobre a legislação que estamos prestes a assinar. Hoje, véspera da Cimeira extraordinária da União Europeia para preparação da Cimeira do G20 em Pittsburgh, é uma boa ocasião para reforçar o papel do Parlamento Europeu como co-legislador. Fui convidado a estar presente, em representação do Parlamento Europeu, no jantar de Chefes de Estado ou de Governo. Nós, a União Europeia, preparemos a nossa participação na Cimeira do G20 em Pittsburgh.

Temos agora um pacote importante de quatro actos legislativos diferentes, aprovados por nós ao abrigo do processo de co-decisão, em resposta à crise financeira. Qual o conteúdo deste pacote? Uma directiva relativa aos requisitos de fundos próprios, um regulamento relativo às agências de notação de risco, um novo regulamento relativo aos pagamentos transfronteiras e uma decisão que institui um programa comunitário de apoio a actividades específicas no domínio dos serviços financeiros, da informação financeira e da auditoria.

A directiva e os regulamentos têm como objectivo proteger os investidores da UE e o sistema financeiro da União Europeia, bem como reforçar as garantias dos direitos dos consumidores e assegurar uma melhor supervisão. Estes actos visam estabilizar os mercados financeiros. Por conseguinte, estamos a cumprir o previsto, muito embora a legislação que hoje assinamos tenha sido elaborada pelo Parlamento da legislatura anterior. A senhora Ministra Malmström gostaria de usar da palavra antes de assinar os actos legislativos?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhor Presidente, seguidamente vamos assinar uma série de instrumentos que são absolutamente fulcrais no plano da resposta da UE à crise financeira e económica que tem atingido e continuará a atingir severamente a Europa. Gostaria de aproveitar o ensejo para agradecer à Presidência checa, que trabalhou arduamente para que estes actos pudessem ser adoptados num curto espaço de tempo. É ao esforço dela que se fica a dever o facto de termos conseguido entabular prontamente uma cooperação tão bem sucedida entre o Conselho e o Parlamento, bem como acordos rápidos e eficazes.

Como já disse, estamos moderadamente optimistas quanto à evolução da situação económica, mas também sabemos que o desemprego vai atingir duramente muitos países nos próximos tempos. Continua, por isso, a haver necessidade de uma cooperação estreita entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão. Estou ansiosa por participar nesse processo e orgulhosa por poder assinar estes actos com V. Exa., Senhor Presidente.

**Presidente.** – Gostaria de lembrar que o que estamos a fazer aqui é uma expressão da continuidade das funções do Conselho, Parlamento e Comissão. Realizaram-se entretanto eleições para o Parlamento Europeu, o que não foi, de forma alguma, impeditivo de prosseguir as nossas actividades ou o nosso trabalho.

Gostaria agora de solicitar à Senhora Ministra Malmström que procedesse à assinatura conjunta, que será feita nesta mesa. Quero convidar a Senhora Comissária Ferrero-Waldner, bem como as senhoras deputadas Berès e Sharon Bowles – a anterior e a actual presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários –, e ainda os relatores, os senhores deputados Karas e Gauzès, a dirigirem-se até aqui, ao centro. Estarão todos presentes no acto da assinatura; a Senhora Ministra e eu assinaremos.

Gostaria também de lembrar que a Sra. Margarita Starkevičiūtė e o Sr. Karsten Hoppenstedt são antigos relatores, não se encontrando já no Parlamento Europeu, uma vez que foram deputados durante a anterior legislatura.

Procedamos pois à assinatura dos actos.

**PRESIDÊNCIA: ROTH-BEHRENDT***Vice-presidente***11. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta****12. Composição das delegações interparlamentares: ver Acta****13. Acordo de parceria e de cooperação CE-Tajiquistão (debate)**

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta sobre:

- as declarações do Conselho e da Comissão sobre o acordo de parceria e de cooperação CE-Tajiquistão
- o relatório (A7-0007/2009) do deputado Alojz Peterle, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre uma proposta de decisão do Conselho e da Comissão relativa à celebração de um Acordo de Parceria e de Cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Tajiquistão, por outro

(12475/2004 - 11803/2004 - C6-0118/2005 - 2004/0176(AVC)).

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Comissária, Senhor Deputado Peterle, é um prazer para mim ter oportunidade, esta tarde, de debater os laços que ligam a UE ao Tajiquistão e, em particular, a importância que atribuímos ao processo de refundação das nossas relações com esse país, mediante a celebração de um acordo de parceria e de cooperação.

Sei que o Parlamento se interessa muito por esta questão. Já em Fevereiro de 2008, na sua resolução sobre uma estratégia da UE para a Ásia Central, os senhores deputados instavam os Estados-Membros a ratificar rapidamente o acordo de parceria e de cooperação – confirmando desse modo a intenção do Parlamento de o aprovar num futuro próximo.

Agora o acordo já foi ratificado e há um forte desejo de dar os passos que faltam o mais rapidamente possível, para que o acordo de parceria e de cooperação entre em vigor quanto antes, até ao fim do ano se tudo correr bem. Se assim for, isso constituirá um sinal claro de que estamos a inaugurar um novo capítulo nas relações entre a União Europeia e o Tajiquistão.

O Tajiquistão é uma peça importante da nossa estratégia global para a Ásia Central. Este país quase inacessível é um dos mais pobres do mundo. Tem uma fronteira muito descurada com o Afeganistão, o que faz dele uma grande rota do tráfico de droga e uma porta de acesso à região para os islamistas radicais. Consequentemente, temos muito interesse em apoiar o Tajiquistão, tanto por ele próprio como para resolver os nossos problemas comuns. Já estamos a fazê-lo através de uma série de contactos. A Presidência sueca enviou um grupo de alto nível à região em Julho, e ontem realizou-se em Bruxelas uma conferência ministerial com a região da Ásia Central.

No entanto, o Tajiquistão pertence ao número muito reduzido dos países da fronteira oriental da UE com que ainda não concluímos um acordo global após o fim da "Guerra Fria". Se desejamos verdadeiramente atacar as questões que citei, temos de criar um quadro adequado para o desenvolvimento futuro das nossas relações. Os mecanismos de diálogo político e cooperação prática com o Tajiquistão têm de ser aperfeiçoados para reflectirem melhor os desafios comuns que a região enfrenta. Um acordo de parceria e de cooperação propiciar-nos-á um modo mais estruturado de discutir as matérias do nosso interesse comum: os direitos humanos, o primado do direito, o tráfico de droga e o crime organizado, bem como o terrorismo e a organização religiosa.

Ao mesmo tempo, precisamos de fazer progressos nas questões ligadas à democracia, à boa gestão dos assuntos sociais e aos direitos humanos na região. Estamos bem cientes de que não se trata de uma tarefa fácil. Como tal, vemos com muito bons olhos o diálogo estruturado com o Tajiquistão em matéria de direitos humanos, que nos permite abordar essas questões de forma adequada. A segunda ronda deste diálogo terá lugar em Duchambé em 23 de Setembro.

Temos de continuar a encorajar o Tajiquistão a adoptar um programa de reformas. Os desenvolvimentos são amiúde preocupantes. Gostaríamos de ver o país seguir uma abordagem mais democrática no que toca

a liberdade de associação, liberdade religiosa, liberdade de imprensa e desenvolvimento da sociedade civil. Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para persuadir o Tajiquistão de que o combate às actividades ilícitas, ao tráfico de droga e ao terrorismo se tem de pautar pelo respeito do primado do direito. Temos de frisar que o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais é essencial para prevenir a eclosão de conflitos étnicos ou culturais.

Estamos muito preocupados também com a enorme dimensão do fenómeno da corrupção no país. Ele é um entrave não apenas ao desenvolvimento do Tajiquistão, como também a uma captação eficaz de contribuições de doadores. Devemos utilizar todos os canais disponíveis para instar as autoridades tadjiques a atacarem este problema o mais rapidamente possível. Não podemos ignorar o facto de todas as rotas de tráfico de droga – ou um grande número delas, pelo menos – passarem pelo Tajiquistão. O país é vulnerável a movimentos radicais e ao crime organizado internacional. Temos de reforçar o nosso apoio ao Tajiquistão para contrariar essa actividade, proporcionando-lhe ao mesmo tempo fontes de receita alternativas. Esta estratégia está em consonância com o nosso empenhamento e com o nosso trabalho de estabilização do Afeganistão. Saudamos o interesse do Tajiquistão na cooperação e apoiamos os seus esforços.

O Tajiquistão tem demonstrado uma atitude construtiva e de abertura a discussões sobre os nossos desafios comuns. Isso é positivo. Esse diálogo é um elemento importante do nosso apoio ao Tajiquistão na sua acção de promoção da cooperação com os seus vizinhos e de resolução de problemas regionais urgentes e complexos, como é o caso das alterações climáticas, da água e dos controlos fronteiriços. Atendendo a que temos um forte interesse em que muitos desses problemas sejam tratados de forma mais eficiente e eficaz, vejo com bons olhos este ensejo de fundarmos as nossas relações com o Tajiquistão em novas bases. O Acordo de Parceira e de Cooperação propicia-nos um quadro para o aprofundamento das nossas relações bilaterais, permitindo-nos contribuir, desse modo, para a consecução dos objectivos de conjunto da nossa estratégia global para a Ásia Central. Assim, exorto este Parlamento a votar a favor do Acordo, para que ele possa entrar em vigor o mais depressa possível.

**Benita Ferrero-Waldner**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao senhor deputado Peterle o seu excelente relatório e também a resolução, que apresenta uma excelente análise da situação no Tajiquistão e faz recomendações a que dou o meu apoio.

Desde que foi adoptada, em Junho de 2007, a Estratégia da UE para a Ásia Central, aprofundaram-se as nossas relações com todos os países da Ásia Central com benefícios para ambas as partes. Intensificou-se o ritmo dos contactos entre nós e neste momento existe uma compreensão partilhada dos benefícios de uma maior cooperação em matéria de segurança, gestão e controlos de fronteiras, educação, governação e diversificação no domínio da energia. A estratégia está a conseguir criar um novo tipo de parceria com as cinco repúblicas da Ásia Central.

É, no entanto, evidente que esta estratégia geral é apoiada por relações bilaterais individuais e diferenciadas que reflectem as diferentes aspirações e orientações dos países em questão. Como é do conhecimento de todos, a nossa cooperação com o Tajiquistão ainda se rege neste momento pelo acordo de comércio e cooperação celebrado com a URSS em 1989 e apoiado pelo Tajiquistão em 1994. Esse acordo já não reflecte cabalmente as nossas ambições no âmbito da Estratégia para a Ásia Central, nem serve para apoiar o tipo de relação que agora procuramos manter com o Tajiquistão.

O vosso parecer favorável ao novo Acordo de Parceria e de Cooperação entre a UE e o Tajiquistão, que hoje têm na vossa frente para debate, representará, por isso, um importante passo em frente que nos permitirá alargar e aprofundar a nossa cooperação com este país.

O Tajiquistão enfrenta hoje em dia, como já foi dito, grandes desafios económicos e sociais. É importante – e do próprio interesse dos Europeus – que o Tajiquistão consiga resolver as suas dificuldades. Este é um país que tem quase 1 500 quilómetros de fronteira comum com o Afeganistão e que se situa perto do Vale de Swat, no Paquistão. É um território vulnerável aos efeitos externos provenientes destas zonas de conflito e à infiltração de militantes islâmicos.

O Tajiquistão também é fundamental para os esforços envidados para travar o fluxo de drogas ilegais que entram na Europa vindas do Afeganistão, pelo que uma maior cooperação com a União Europeia pode desempenhar um papel importante no contributo para impedir a disseminação da instabilidade.

A frágil economia do Tajiquistão é um elemento fundamental nas vulnerabilidades deste país, a mais pobre das repúblicas da Ásia Central, que foi profundamente afectada por uma descida considerável dos preços do alumínio e do algodão devido à contracção económica global. Esta descida, juntamente com uma queda de



34% das remessas de fundos na primeira metade de 2009, suscita a preocupação de que os níveis de pobreza possam eventualmente estar a aumentar e de que uma situação socioeconómica precária possa provocar agitação social.

Estou convencida de que neste momento estamos no bom caminho relativamente ao Tajiquistão, apoiando e incentivando reformas indispensáveis. Foi também este o principal objectivo das frequentes deslocações do Representante Especial da UE, Pierre Morel, e da minha própria deslocação na Primavera de 2008. Registaram-se progressos, mas é manifestamente necessário fazer mais. O governo deixou claro que, para além de intensificar o comércio e a cooperação, está disposto a aplicar medidas que melhorem a assistência social, a saúde, a educação, combatam a corrupção e melhorem a situação dos direitos humanos.

É de saudar a criação, pelo Presidente Rahmon, do cargo de Provedor de Justiça. O Provedor de Justiça será um importante interlocutor para nós na próxima ronda do diálogo sobre direitos humanos já aqui referido entre a UE e o Tajiquistão, em 23 de Setembro. A reforma do poder judicial continua a avançar lentamente, mas temos esperança de que as recomendações de um recente seminário da sociedade civil sobre direitos humanos, em Dushanbe, sejam levadas em consideração pelo governo, particularmente na reforma da profissão forense e no novo código do processo penal no Tajiquistão.

Como é óbvio, estou bem ciente das vossas preocupações no que respeita à democracia e aos direitos humanos no Tajiquistão e por isso posso garantir-vos que a Comissão levará plenamente em conta essas preocupações nos nossos diálogos com este país.

No que respeita às reformas económicas, vemos progressos, por exemplo, na elaboração de um mecanismo de resolução da dívida do algodão, que, segundo se espera, preparará o caminho para reformas mais amplas no sector agrícola e para a implementação da "Liberdade para Cultivar", crucial para tratar da questão da pobreza no país.

O parecer favorável do Parlamento Europeu, hoje, ao APC contribuirá para que prossigamos o nosso trabalho com o Tajiquistão em toda uma diversidade de reformas políticas e económicas, com especial incidência nos domínios da democracia e dos direitos humanos, e também para que possamos garantir a completa implementação das mesmas. O esforço de reforma já conta com o apoio de um montante relativamente avultado proveniente da Comissão a título de assistência bilateral. De facto, trata-se de uma verba de 66 milhões de euros para o período de 2007 a 2010, a qual se elevará mesmo aos 70 milhões de euros ao longo dos três anos que vão de 2011 a 2013.

A nossa ajuda incidirá sobre o apoio sectorial à protecção social e à saúde, à reforma da gestão das finanças públicas e à assistência técnica ao desenvolvimento do sector privado. Este processo será apoiado pela nossa delegação em Dushanbe. É minha intenção que, antes do fim do corrente ano, os nossos serviços regionalizados naquela cidade se convertam numa delegação de pleno direito que incentive o processo de reformas e promova a plena implementação do APC. Espero, nomeadamente, que contribua para mantermos uma meticulosa avaliação dos progressos registados nos domínios fundamentais que referi e que mediremos depois em comparação com parâmetros de referência claros.

**Alojz Peterle, relator.** – (SL) A decisão de celebrar um acordo de parceria e cooperação entre as Comunidades Europeias, os seus Estados-Membros e o Tajiquistão está em conformidade com a estratégia do Conselho Europeu para uma nova parceria com a Ásia Central e a vontade clara por parte do Tajiquistão de desenvolver uma ampla cooperação com a União Europeia, não só nas trocas comerciais mas também em muitos outros domínios.

Estou satisfeito por ver que todos os Estados-Membros ratificaram este acordo e espero que sejamos capazes de dar o nosso parecer favorável ao acordo com o Tajiquistão, tal como fizemos anteriormente com os acordos com o Cazaquistão, o Quirguistão e o Uzbequistão. Este acordo marcará o fim do Acordo de Comércio e Cooperação entre a União Europeia e a antiga União Soviética.

Agindo com base nos seus valores e princípios fundamentais, a União Europeia manifesta com este acordo o seu interesse estratégico na cooperação com o Tajiquistão, que considera um parceiro muito importante nesta região do mundo. A UE pretende também aprofundar as suas relações com o Tajiquistão, contribuindo assim para a segurança, a estabilidade e o progresso económico deste país e para o desenvolvimento e a consolidação das suas instituições democráticas, bem como para a defesa dos direitos humanos e do primado do direito.

Os objectivos mais específicos da política europeia em relação ao Tajiquistão referem-se sobretudo ao apoio à luta contra a pobreza, ao apoio à boa governação e às reformas, bem como a uma luta eficaz contra o

tráfico de droga e o crime organizado. Este relatório assume uma posição crítica em relação ao estado da democracia neste país, exprimindo preocupação com a corrupção e o estado da sociedade civil, mas, simultaneamente, exorta o governo tajique a enfrentar a situação problemática no domínio da educação e da formação, o mais rapidamente possível.

O relatório manifesta também justificada preocupação com as violações dos direitos humanos, em particular, os direitos das mulheres, a liberdade religiosa, a independência judicial e as condições que regem o trabalho das organizações da sociedade civil. Dito isto, o relatório saúda igualmente o início do diálogo sobre direitos humanos, cujo progresso é essencial para o desenvolvimento de relações bilaterais.

Este acordo reflecte a nossa convicção de que o Tajiquistão tem potencial para criar um Estado moderno e operacional que seja capaz de desempenhar com sucesso o seu papel regional, em particular, na luta contra o extremismo que alastra a partir do Afeganistão e de outros locais da região. Entre outras coisas, o relatório lembra também a importância da energia e da água, uma vez que estas questões envolvem relações entre os Estados da Ásia Central e exigem uma abordagem conjunta.

Para concluir, permitam-me que felicite os meus colegas pela sua colaboração construtiva e a Comissão pela sua preciosa ajuda. Acima de tudo, gostaria de agradecer à Embaixada da República do Tajiquistão pela sua cooperação.

Acredito firmemente que, com este acordo, a União Europeia será capaz de desenvolver e aprofundar a cooperação que tem tido até à data com o Tajiquistão e espero que seja este o espírito com que o acordo será aplicado no futuro próximo. Recomendo vivamente a adopção do acordo com o Tajiquistão.

**Filip Kaczmarek**, em nome do Grupo PPE – (PL) Gostaria de felicitar o relator, o senhor deputado Alojz Peterle, pelo seu relatório extremamente factual e – quero mesmo sublinhar – muito equilibrado sobre o Acordo de Parceria e de Cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Tajiquistão, por outro.

A República do Tajiquistão foi alvo de muitas críticas pela sua falta de democracia. O que mais frequentemente desaprovamos é a falta de liberdade de imprensa, de liberdade religiosa e a corrupção. Não pretendo discutir essas acusações aqui. Todavia, precisamos de ter em conta o facto de a República do Tajiquistão ter recentemente dado nota de progressos, quer no combate à corrupção, quer na melhoria da situação dos direitos humanos, bem como em várias outras áreas sensíveis. Para além disso, trata-se de um país relativamente estável, o que é importante, considerando a sua localização estratégica. No entanto, tudo isto já foi aqui referido hoje.

Como país vizinho do Afeganistão, e tendo em conta os problemas associados à produção e venda em larga escala de droga, ao terrorismo e ao crescente extremismo, a juntar ao seu cada vez mais instável país vizinho, o Paquistão, a República do Tajiquistão poderá ser um verdadeiro aliado da União Europeia. Por conseguinte, é do interesse da União Europeia continuar a apoiar processos democráticos nesse país e a reforçar o seu potencial político, económico e social.

Lembre-mos de que o Tajiquistão é o mais pobre das antigas repúblicas soviéticas. Esteve precisamente entre os 12 países que figuraram, no ano transacto, na lista da ONU dos países mais afectados pela crise mundial alimentar. A este respeito, regozijo-me com o facto de o relatório também mencionar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Lembremos também ao Tajiquistão estes objectivos.

A União Europeia é o principal parceiro comercial do Tajiquistão. Compete a ambas as partes envidar esforços para implementar o acordo tão rapidamente quanto possível, apoiando assim o desenvolvimento do país e estabilizando a sua situação económica. Tecer críticas contra o Tajiquistão não alcançará estes objectivos. Importa pois enviar um sinal positivo que dê mostras do nosso interesse em desenvolver contactos com este país e, na minha opinião, o relatório do senhor Peterle, em conjunto com todo este Parlamento, acabou de enviar esse sinal.

**Niccolò Rinaldi**, em nome do Grupo ALDE. – (IT) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, a palavra "Tajiquistão" ocorre muitas vezes nesta Assembleia, e por isso nós – estou a usar da palavra em nome do Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas para a Europa, e também na qualidade de membro da Comissão do Comércio Internacional da Delegação para as Relações com a Ásia Central – apoiamos este acordo. Congratulo-me também com a decisão de tomar medidas urgentes com vista à promoção dos nossos gabinetes de representação na região, como acaba de ser anunciado pela Senhora Comissária.

Além disso, o Tajiquistão, que é um país que nos pode surpreender, mas que é muitas vezes referido como um posto avançado da Europa, não está situado na periferia do mundo – como não o estão também os outros países da Ásia Central, a começar pelo Afeganistão. É neste país que estão a ser travadas batalhas muito importantes no domínio do tráfico de drogas, da luta contra o autoritarismo e o fundamentalismo e da afirmação do Estado de direito e da democracia, que são ainda, infelizmente, muito frágeis.

Com este instrumento legislativo, poderemos fazer progressos, não só na perspectiva do comércio, mas também, como espero, na perspectiva política e cultural.

**Heidi Hautala**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FI) Senhora Presidente, as condições para a celebração de um Acordo de Parceira e Cooperação com o Tajiquistão são muito mais favoráveis do que, por exemplo, com o Uzbequistão ou o Turquemenistão, sendo os regimes vigentes nestes últimos países perfeitas ditaduras. No entanto, o caminho que o Tajiquistão tem vindo a trilhar é bastante mais positivo, e este Acordo permitirá à União Europeia exercer alguma influência na situação no país. Foi positivo ouvir da parte do Conselho e da Comissão que o Acordo de Cooperação se centrará nos direitos humanos e na democracia e tentará promover o desenvolvimento do Estado de direito. Foi igualmente com satisfação que tomámos conhecimento da criação de uma provedoria de justiça no Tajiquistão. Em muitos países, este é um instrumento muito importante, e a União Europeia deverá dar o seu total apoio a esta nova instituição.

Gostaria de levantar outra questão que se prende com o problema dos recursos hídricos. Esta região é rica em recursos hídricos, e a União Europeia poderia ajudar o Tajiquistão a explorar esses recursos de forma racional e democrática, tendo em conta também o interesse dos países e territórios que ficam a jusante e que poderão, eventualmente, sofrer os efeitos da construção de grandes centrais hidroeléctricas. Seja como for, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia gostaria de salientar a importância da cooperação regional para que a economia local na Ásia Central possa recuperar.

**Charles Tannock**, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhora Presidente, o Tajiquistão não tem a sorte de possuir os recursos energéticos e minerais de outros países da Ásia Central. No entanto, isso não é desculpa para marginalizar o Tajiquistão relativamente aos seus vizinhos mais ricos e maiores.

A Ásia Central é uma região vital para a segurança política e energética da UE. Em termos do reforço das relações com a UE, alguns países da região avançarão mais depressa do que outros. Isso é inevitável. Mas temos de manter um sentido de participação colectiva à medida que vamos melhorando os laços com aquela que foi, até há pouco tempo, uma região diplomaticamente isolada e largamente ignorada, em especial pela União Europeia. Favorecer alguns países da Ásia Central relativamente a outros é correr o risco de gerar discórdia e divisão na região. Os terroristas islâmicos da região, nomeadamente, têm demonstrado a sua determinação de explorar a pobreza e a governação inadequada para radicalizar as pessoas e disseminar a sua mensagem de ódio.

O Governo do Tajiquistão rejeitou o extremismo e, com a ajuda da comunidade internacional, procura agora consolidar a democracia na sua nação. O Tajiquistão conserva ainda as cicatrizes de uma guerra civil brutal entra forças seculares e forças da Jihad, que rebentou depois do colapso da União Soviética no princípio da década de 1990. O povo do Tajiquistão não deseja o regresso do derramamento de sangue, e foi por isso que apoiou corajosamente as operações da NATO contra os Talibãs no Afeganistão. A missão da ISAF, a Força Internacional de Assistência à Segurança, no Afeganistão é vital para o futuro do Tajiquistão a longo prazo e para o seu desejo de encontrar uma âncora de segurança a ocidente.

É justo que se diga que o historial do Tajiquistão em termos de democratização e direitos humanos é imperfeito, mas estou convencido de que o diálogo e a participação da UE servirão de incentivo para uma modificação positiva naquele país. Essa parece ser, sem dúvida, a opinião da União Europeia relativamente à Bielorrússia e ao Uzbequistão, por isso o Tajiquistão merece ser tratado do mesmo modo. O Grupo ECR apoia, portanto, uma parceria estratégica política e económica mais profunda com o Tajiquistão, assente num empenhamento em avançar na via da abertura, da democracia e de padrões mais elevados no domínio dos direitos humanos.

**Sabine Lösing**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhora Presidente, muito obrigada pelo relatório. Na qualidade de membro da Comissão dos Assuntos Externos, num debate sobre o papel deste acordo no quadro da gestão comunitária da imigração, questioneei o representante da Comissão responsável por esta matéria. Foi por este afirmado claramente que, quando entrasse em vigor, este acordo abriria caminho para a cooperação com a agência de segurança das fronteiras externas (Frontex) e para inúmeros regulamentos sobre imigração, nomeadamente no âmbito dos acordos de readmissão e de segurança de fronteiras com o Afeganistão. A fronteira entre o Tajiquistão e o Afeganistão, com os seus 1 200 km de comprimento, já foi

aqui abordada. Neste caso, teremos aqui mais um alvo da política repressiva da UE para impedir a entrada de refugiados.

Deste modo, a União Europeia quer isolar-se fora do alcance dos refugiados muito para além das suas fronteiras externas. Mais uma vez, vemos que esta é uma componente fundamental da política externa da UE. Como resultado de tais acordos de parceria, os refugiados são internados em campos, nos quais, como todos sabemos, predominam condições desumanas, como é o caso da Ucrânia. O problema já aqui foi abordado em termos gerais. Esta forma da denominada gestão da imigração internacional envolve grave violação da Convenção de Genebra relativa aos direitos dos refugiados e dos direitos humanos internacionais.

Assim sendo, exorto a UE no sentido de começar a combater a causa da fuga, em vez de combater os refugiados. A política europeia de vizinhança é um meio de tornar a "Europa fortaleza" ainda mais impenetrável, razão pela qual é olhada com muito cepticismo sob a nossa óptica, o ponto de vista do grupo GUE/NGL.

**Bastiaan Belder**, em nome do Grupo EFD. – (NL) Senhora Presidente, com toda a franqueza, esta resolução provoca em mim uma mistura de sentimentos. Por um lado, saúdo o facto de a resolução do senhor deputado Peterle assinalar claramente as múltiplas áreas problemáticas que existem na economia e na sociedade tadjiques. Por outro lado, acho incompreensível que, em momentos cruciais, o Tadjiquistão seja descrito como um país relativamente estável. Acabei de o ouvir de novo num debate, e não consigo de todo perceber de onde vem tal ideia. Mas enfim, a União Europeia dá a entender que este acordo tem de ser efectivado, dê lá para onde der. Isto terá consequências incontestáveis para a credibilidade das muitas críticas que ainda vão ser tecidas depois.

O que leio no n.º 2 sobre a desilusão do Governo tadjique deixa-me totalmente atónito. Nós temos de falar, Senhoras e Senhores Deputados, sobre a desilusão, por exemplo, da minoria protestante ou dos muçulmanos que são confrontados com uma lei sobre religião que interfere profundamente na sua vida religiosa. Em vez desta desilusão totalmente descabida, o Governo tadjique deveria antes preocupar-se com a enorme quantidade de trabalho que tem de levar a cabo a nível interno. Espero, Senhora Comissária, que também esta questão seja acompanhada com a devida atenção.

**Pino Arlacchi** (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, sou sinceramente a favor deste acordo. Considero que constitui um grande passo em frente no domínio da cooperação entre a União Europeia e o Tadjiquistão, que, por várias razões, é um país de grande importância.

Desejo referir apenas uma contribuição para a estabilidade e a segurança do nosso continente, da UE. O Tadjiquistão situa-se na encruzilhada do tráfico de droga proveniente do Afeganistão e que se dirige para a Europa e para a Rússia. Pelo menos 30% da heroína produzida no Afeganistão vem para a Europa e para a Rússia através do Tadjiquistão. Há dez anos, a comunidade internacional deu início a uma operação de grande envergadura no Tadjiquistão, reforçando todo o aparelho de controlo da droga, e é com grande satisfação que vejo, passados dez anos, que essa operação funciona e avança de forma muito satisfatória. Este acordo é um contributo directo para a estabilidade e a segurança da Europa.

Vejo que há ainda muitas limitações e houve colegas que sublinharam os problemas existentes no Tadjiquistão em termos de direitos humanos, pobreza e outros, mas estou convencido de que este acordo representa a Europa no que ela tem de melhor e sou-lhe sinceramente favorável.

**Pier Antonio Panzeri** (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu considero efectivamente muito positivo este acordo de cooperação com o Tadjiquistão e penso que pode contribuir para a consecução de objectivos que são, quanto a mim, importantes e precisos.

O primeiro objectivo respeita à posição estratégica daquele país, que pode, efectivamente, ser útil para a promoção de uma zona de paz, segurança e estabilidade. O segundo objectivo, quanto a mim, é e deve ser a promoção do crescimento daquele país do ponto de vista económico e social, pois sabemos que é um dos países mais pobres da região.

Finalmente, temos de garantir que a liberdade, a democracia e os direitos sejam os elementos fundamentais a orientar a aplicação deste acordo. Para além de quaisquer condicionalismos que possam encontrar-se, considero que devemos apoiar o relatório submetido à votação desta Assembleia.

**Jelko Kacin** (ALDE). – (SL) Gostaria de felicitar o senhor deputado Peterle pelo seu excelente relatório. O sufixo "-stão" significa Estado e Tadjiquistão é o último dos países cujos nomes terminam em "-stão" a ser reconhecido por nós como Estado. Até agora, sempre o descurámos, o que foi uma grande injustiça.

No entanto, a estabilidade da Ásia Central é do interesse da própria região, do nosso interesse, e do interesse estratégico do mundo no seu conjunto. Todos os países do mundo estão interligados como vasos comunicantes, e é por essa razão que temos também de demonstrar a nossa maturidade, garantindo que todos os países desta região recebem igual atenção, independentemente do seu tamanho, da sua fase de desenvolvimento ou da riqueza energética que possuem.

Parece-me que corrigimos agora este erro e compensámos o tempo perdido. Por esta razão, gostaria de felicitar não só o relator mas também a Comissão, assim como a Senhora Comissária Ferrero-Waldner e a Presidência sueca, por terem, finalmente, ultrapassado este atraso. De agora em diante, as coisas irão correr melhor.

**Janusz Władysław Zemke (S&D).** – (PL) Gostaria de manifestar os meus maiores agradecimentos por me permitir fazer uma pergunta. Considero que a conclusão deste acordo será uma boa ideia, já que é um passo na direcção certa.

Porém, pergunto a mim próprio, e gostaria também de perguntar à Senhora Ministra Malmström, o seguinte: entre as muitas actividades que a União Europeia previu, não seria desejável colocar maior ênfase em ajudar a República do Tajiquistão a formar os responsáveis pela segurança das fronteiras com o Afeganistão? Sabemos perfeitamente que esta é uma questão absolutamente crucial. A fronteira estende-se ao longo de 1 500 quilómetros. A República do Tajiquistão tem grandes problemas em proteger as suas fronteiras, em particular porque há uma grande minoria de Tajiques no lado afegão. Assim sendo, creio que entre as várias iniciativas levadas a cabo pela União Europeia, cumpre-nos também ajudar a formar as pessoas e as forças do Tajiquistão responsáveis por manter a fronteira em segurança.

**Bernd Posselt (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, também eu gostaria de referir que o senhor deputado Peterle produziu um excelente relatório. Há um aspecto que deve ficar claro: as pessoas da Ásia Central que amam a liberdade contam-se entre os nossos mais importantes parceiros. Esta região tem sido frequentemente dominada por potências estrangeiras. Pela primeira vez em muito tempo – desde há séculos – é novamente livre. Devemos aproveitar esta oportunidade para estabelecer uma verdadeira parceria de povos livres.

Alguém falou anteriormente em crime. Naturalmente, temos de trabalhar juntos para combater a criminalidade, mas primeiro devemos atentar na cultura desses países e entender que se trata de antigas nações comerciais. Estes países não negociam apenas em drogas, fazem comércio de bens que sempre foram importantes para a Europa e para o mundo. Estamos a falar de parceria, não de paternalismo.

**Athanasios Plevris (EFD).** – (EL) Senhora Presidente, também eu gostaria de aflorar a questão da criminalidade, que já foi aqui levantada, e a questão da imigração ilegal. É um facto que o Tajiquistão está num ponto nevrálgico, numa posição geopolítica, e a Europa devia estudar uma maneira de conseguirmos reduzir não só a criminalidade associada às drogas provenientes do Afeganistão, mas também – e acima de tudo – os fluxos migratórios.

É um facto que a Europa já não consegue deter essa corrente migratória que vem do Afeganistão e de outros países, através do Tajiquistão, e que sobretudo os países mediterrânicos, nomeadamente Malta, Chipre, Grécia e Itália, estão já a pagar as suas consequências, mas de certeza que daqui a uns tempos, com uma precisão matemática, todos os países do norte da Europa vão ter de as pagar também.

É óbvio que devemos respeitar os direitos de todas as pessoas que vêm desses países mas haverá uma altura em que a Europa também terá de ser proteger e em que nos daremos conta de que não podemos sustentar esses fluxos migratórios que vêm da Ásia.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhora Presidente, como afirma o senhor deputado Peterle no seu excelente relatório, o Acordo de Parceria e de Cooperação insere-se numa estratégia mais ampla para o reforço da estabilidade regional na Ásia Central. Este passo significativo é perfeitamente adequado, pois existe uma pletora de problemas de enormes proporções e que afectam numerosos países, dos quais o Afeganistão e o Paquistão não são os menos atingidos, mas cada qual tem problemas específicos. No seu relatório, o senhor deputado Peterle aborda todas essas questões de uma forma muito sistemática.

Folgo que o Parlamento Europeu continue a empunhar bem alto o estandarte dos direitos humanos. Os direitos humanos constituem um problema no Tajiquistão. Ainda há muito que fazer no país em matéria de democracia, direitos humanos e primado do direito. É por isso que este diálogo sobre direitos humanos é tão útil, como observou a Senhora Comissária. Estou certa de que, na reunião da semana que vem, a

Comissão vai ser muito clara quanto aos valores europeus e às expectativas que temos em relação ao Tajiquistão.

Este Verão, a UE apoiou a realização de uma conferência que versou precisamente a questão do reforço do primado da lei no Tajiquistão e em que participaram representantes do mundo da investigação, da sociedade civil, de organizações não governamentais e peritos estrangeiros, bem como muitos representantes das próprias autoridades do Tajiquistão. Trata-se de incrementar a independência das autoridades constituídas e consolidar o Estado de direito.

A senhora deputada Hautala levantou a questão da água. Esse é um problema de grande relevância na região. A UE vai apoiar uma série de projectos de desenvolvimento sustentável no domínio da energia hídrica. Esses projectos têm de se basear em estudos científicos, obedecer a uma lógica regional e ter em consideração as necessidades específicas existentes.

O senhor deputado Zemke mencionou a gestão das fronteiras. Essa é uma questão de grande importância. A UE concederá à região apoios da ordem dos 66 milhões de euros até 2010 e de 70 milhões no triénio subsequente. Isto permitirá certamente reforçar não apenas a gestão das fronteiras, mas também a formação dos agentes aduaneiros e policiais. Estou segura de que a Comissão voltará a abordar esta matéria.

Em suma, o Tajiquistão e toda a região debatem-se com um grande número de problemas difíceis e complexos. Há uma luz ao fundo do túnel, mas não devemos subestimar os problemas. Estou muito satisfeita pelo facto de haver unanimidade na Câmara a respeito da importância do presente acordo de parceira e de cooperação. Com ele dispostemos de um melhor instrumento para desenvolvermos o trabalho de reforço da estabilidade e resolução desses problemas e mantermos um diálogo activo sobre os direitos humanos e a democracia com o país. É um importante passo em frente e vem preencher uma lacuna que existia até aqui na nossa estratégia regional.

**Benita Ferrero-Waldner**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, há muito que acreditamos firmemente que a Estratégia da UE para a Ásia Central tem uma importância vital e terá um efeito positivo na segurança, estabilidade e prosperidade nos países da Ásia Central. Como muito bem disse o senhor deputado Tannock, não devemos marginalizar o Tajiquistão. Pelo contrário, devemos manter uma relação com este país, o mais pobre da Ásia Central.

Dito isto, acrescento que temos, como é evidente, inteiro conhecimento de que este país enfrenta enormes desafios. Penso que foi o senhor deputado Arlacchi que referiu que o Afeganistão continua a ser o primeiro país produtor de ópio e heroína do mundo e, como é evidente, todo o trânsito se efectua através do Tajiquistão e de outros países da Ásia Central. O ópio e a heroína do Afeganistão são traficados fora do país, sobretudo através do Irão e do Paquistão nas rotas meridionais e através do Turquemenistão, do Uzbequistão, do Tajiquistão e do Cazaquistão nas rotas setentrionais. Portanto, sabemos que esta é uma questão extremamente importante, mas constatamos também que a produção de droga diminuiu no Afeganistão e agora trata-se efectivamente de trabalharmos em conjunto para conseguir que ela diminua ainda mais.

Para tal, instaurámos o programa de gestão das fronteiras BOMKA. É excelente, porque actua contra o contrabando. Ajuda esses países a desenvolverem actividades comerciais legais, mas, em especial, funciona também contra a produção de droga. Eu própria visitei essas instituições e posso dizer-vos que funcionam muito bem. Estamos também a organizar formação; a formação faz parte dos programas da União Europeia.

Permitam-me que diga também alguma coisa sobre a questão dos direitos humanos. O novo acordo de parceria e cooperação fornecer-nos-á um instrumento para aprofundar o nosso diálogo com o Tajiquistão neste domínio, e há a cláusula relativa aos direitos humanos. Esta cláusula dar-nos-á a oportunidade e os meios para discutir com as autoridades tadjiques todas as questões conexas, tais como o trabalho infantil, os direitos das mulheres, a liberdade de reunião e a liberdade religiosa – é absolutamente verdade, senhor deputado Belder, porque ainda existem alguns problemas.

Também se falou da água. Há muitos, muitos anos que sei da existência destes problemas. Tentámos ajudar os Tadjiques e agora desempenhamos o papel de facilitador entre países da Ásia Central. Estamos convencidos de que os problemas têm de ser tratados a nível regional, tendo em consideração os interesses e as necessidades dos países – tanto a montante, o que significa o Tajiquistão e o Curdistão, como a jusante, o que significa o Uzbequistão, o Turquemenistão e o Cazaquistão. Penso que só neste contexto é possível encontrar uma solução permanente. Por isso estamos a trabalhar com todos os países e, neste contexto, está agendado para 2010 – o próximo ano – um diálogo a nível nacional sobre a água no qual se vai tratar de todas estas questões, e nessa altura, é claro, tentaremos chegar a um consenso.

Eis as minhas observações finais: esta é a altura certa para apoiar a fase final do processo de ratificação para o acordo de parceria e cooperação. Uma cooperação mais intensa com o Tajiquistão, apoiada por vós, pelo Parlamento, é do interesse dos nossos cidadãos. Um voto positivo enviará ao Tajiquistão um sinal forte de que a União Europeia honra os seus compromissos no âmbito da nossa Estratégia para a Ásia Central. Esse voto abrirá o caminho para uma parceria que é essencial para a nossa segurança e ajudar-nos-á a incentivar uma maior cooperação regional, que é deveras vital para a estabilidade da Ásia Central.

**Alojz Peterle**, *relator*. – (SL) Gostaria de agradecer a todos as vossas palavras atenciosas e as vossas novas perspectivas e ênfases. Sinto-me satisfeito por ver que o Parlamento está unido, mais uma vez, neste debate e que se mostra decidido a estabelecer uma parceria mais forte e mais estreita com o Tajiquistão. Congratulo-me também por termos compreendido a identidade do Tajiquistão e o seu papel especial nesta região.

Quanto a mim, ficaria muito satisfeito se dedicássemos uma atenção semelhante ao acompanhamento da execução do presente acordo, e em breve teremos a oportunidade de fazer exactamente isso. No entanto, permitam-me recordar a importância do papel do Parlamento nesta cooperação, um dos veículos da qual será a nossa delegação aos países da Ásia Central.

Acredito firmemente que seremos capazes de concluir este acordo amanhã com uma grande maioria. Quando ele entrar em vigor, a União Europeia e o Tajiquistão terão oportunidade de colaborar a nível regional, bilateral e global. Muito obrigado pela vossa ajuda e cooperação.

**Presidente**. - Nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento, declaro que recebi uma proposta de resolução<sup>(1)</sup> da Comissão dos Assuntos Externos para encerrar o debate.

Está encerrada a discussão conjunta.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 17 de Setembro de 2009.

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Jiří Maštálka (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (CS) Congratulo-me com todos os acordos entre a Comunidade Europeia e os países da antiga União Soviética, desde que tais acordos se baseiem em direitos iguais e em benefícios mútuos. Se o relatório apresentado hoje à sessão plenária do Parlamento Europeu afirma que o acordo proposto ajudará a reforçar e consolidar a União no Tajiquistão e na Ásia Central do ponto de vista político, económico e comercial, então eu gostaria de chamar urgentemente a vossa atenção para as seguintes considerações, que partilho com muitas outras pessoas. O acordo não deve, de maneira alguma, ser visto como uma plataforma para uma presença militar da UE na região em causa. É absolutamente essencial desenvolver a União Europeia como um projecto de paz, sem ambições de superpotência e de cariz militar. A proclamada guerra contra o terrorismo não pode ser conduzida na região em causa sem a cooperação da Rússia e de outros Estados vizinhos. Por último, mas não menos importante, gostaria de chamar a atenção para o facto de termos de abordar a extracção e utilização de matérias-primas num espírito de absoluta igualdade e interesse mútuo.

#### **PRESIDÊNCIA: ANGELILLI**

*Vice-presidente*

### **14. Nova regulamentação relativa aos vistos para os países dos Balcãs Ocidentais (antiga República jugoslava da Macedónia, Montenegro, Sérvia) (debate)**

**Presidente**. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a nova regulamentação relativa aos vistos para os países dos Balcãs Ocidentais (antiga República jugoslava da Macedónia, Montenegro, Sérvia).

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, passemos rapidamente a outra região, que também abordo com muita satisfação: as perspectivas de liberalização em matéria de vistos para determinados países da região dos Balcãs. É excelente que o Parlamento Europeu aborde esta matéria numa fase tão inicial da legislatura. Isso mostra a importância que todos atribuímos à necessidade de aproximar

---

(1) Ver Acta.

da União Europeia os povos dos Balcãs Ocidentais. Essa é, indubitavelmente, a questão mais momentosa para os cidadãos da região no que aos seus actuais laços com a UE concerne.

A liberalização em matéria de vistos permitirá às pessoas, em primeiro lugar, circular mais livremente por toda a Europa e induzirá um processo de abertura das sociedades. Na região, há muita gente – em particular, jovens – que nunca esteve na Europa Ocidental e, naturalmente, a liberalização nessa matéria gerará uma série de oportunidades de contactos e intercâmbios. É aí que reside o verdadeiro benefício desta iniciativa.

Em 2007, a UE encetou um processo tendente à abolição da exigência de vistos para os países dos Balcãs Ocidentais. Esse processo comporta duas vertentes: esses países obrigam-se a fazer progressos significativos nos planos da fiabilidade da documentação, da melhoria da legislação relativa à migração, do reforço dos direitos das minorias e, não menos relevante, do combate contra a corrupção e o crime organizado. Em troca, a UE oferece-lhes o regime de isenção de vistos. Em Janeiro de 2008, foi introduzido o regime de facilitação da concessão de vistos, vinculado a compromissos nas áreas a abordar. Contudo, a eliminação das barreiras económicas e burocráticas só se dará com a concretização de uma genuína liberalização da circulação.

A liberalização em matéria de vistos para os cidadãos dos Balcãs Ocidentais é uma importante medida que reforçará os laços que ligam esta região à União Europeia. Podemos confiar em que ela estimule uma atitude pró-europeia tanto entre os governos como entre os povos da região, porque mostra que o processo de integração europeia tem vantagens reais. O isolamento continuado, por outro lado, engendraria um sentimento de exclusão e obstaria ao intercâmbio de pontos de vista e, no pior cenário, poderia fomentar um nacionalismo tacanho.

Obviamente, o nosso objectivo é o oposto: abrir a UE, franquear o acesso aos programas comunitários aos países em causa, facilitar o estabelecimento de contactos interpessoais e promover o desenvolvimento e as trocas, quer entre os países dos Balcãs Ocidentais quer entre estes e a UE. Dado não menos relevante, a liberalização criará novas oportunidades nos domínios do comércio, da indústria e da transferência de conhecimentos. Isso é um factor importante no plano da mitigação dos efeitos da crise económica.

Assim, a proposta que a Comissão apresentou em 15 de Julho é francamente de saudar. Preconiza, num primeiro tempo, a eliminação da exigência de visto para os cidadãos da Antiga República Jugoslava da Macedónia, do Montenegro e da Sérvia, que dispõem de passaportes biométricos. A intenção é abolir a exigência de visto para esses cidadãos em 1 de Janeiro de 2010, e mais tarde estender o regime de isenção a outros países, logo que eles satisfaçam os requisitos estabelecidos. Na avaliação que levou a cabo, a Comissão concluiu que havia três países – Sérvia, Montenegro e Antiga República Jugoslava da Macedónia – que, em termos gerais, já preenchiam as condições estabelecidas para a liberalização dos vistos. O processo de avaliação da Sérvia e do Montenegro não está ainda concluído e esperamos receber ao longo deste Outono a confirmação da Comissão de que todos os requisitos se encontram reunidos, para podermos dar o passo seguinte.

Devo salientar que muitas das condições que estipulámos para a liberalização, como a reforma do sistema policial e o combate à corrupção, beneficiarão esses países também no plano da preparação para a sua adesão à UE e serão, desse modo, vantajosas para todas as partes, no que à harmonização das normas diz respeito. Trata-se igualmente de um bom exemplo de aplicação do princípio de condicionalidade nos Balcãs Ocidentais.

A Albânia e a Bósnia-Herzegovina não serão contempladas na primeira decisão em matéria de isenção de vistos, mas não vão ser abandonadas à sua sorte. Eu sei que elas preocupam muita gente nesta Assembleia. É apenas uma questão de tempo, o cumprimento dos requisitos necessários do roteiro da Comissão por esses países. Para que o processo possa ficar concluído o mais depressa possível, continuaremos a apoiar e a encorajar vigorosamente a Albânia e Bósnia-Herzegovina a fazerem mais progressos no sentido da consecução das restantes metas, e espero que elas venham também a poder beneficiar do regime de isenção de vistos a breve trecho.

A UE fará tudo o que puder para auxiliar e apoiar esses dois países nos seus esforços com vista a atingirem os seus objectivos, particularmente no que se refere ao primado do direito.

No que toca ao Kosovo, a proposta da Comissão não implica qualquer alteração. Aí, a exigência de visto deverá manter-se por agora. De futuro, teremos de ponderar o melhor modo de alargarmos estas medidas ao Kosovo para assegurar aos respectivos cidadãos os mesmos direitos que aos restantes habitantes da região. Nesse ponto, estamos a aguardar uma comunicação que a Comissão apresentará em Outubro com um conjunto de ideias destinadas a encorajar o aprofundamento da cooperação e dos laços que nos ligam ao Kosovo.



O Conselho está ainda a começar a discussão sobre a proposta da Comissão, mas a Presidência empenhar-se-á a fundo na tentativa de alcançar um consenso quanto antes. Saudamos o grande interesse que o Parlamento Europeu demonstrou por esta proposta e o facto de as primeiras discussões nas comissões parlamentares estarem já em curso. Dado o incrível alcance político desta proposta, estou certa de que estamos de acordo quanto ao objectivo, que é concluir este processo o mais rapidamente possível com resultados satisfatórios, para que a isenção de visto possa tornar-se realidade o mais depressa possível.

**Jacques Barrot**, *Vice-Presidente da Comissão*. - (FR) Senhora Presidente, agradeço à Senhora Ministra Cecilia Malmström tudo o que disse e que eu vou tentar confirmar por parte da Comissão.

A Comissão propôs, em 15 de Julho, a supressão dos vistos de curta duração para os cidadãos da antiga República jugoslava da Macedónia, do Montenegro e da Sérvia. Como salientou, Senhora Ministra, trata-se evidentemente de uma etapa histórica nas nossas relações com os Balcãs Ocidentais.

Esta proposta de eliminação dos vistos baseia-se nos progressos realizados nestes últimos seis anos nos domínios da justiça e dos assuntos internos, nos termos dos compromissos assumidos em Salónica em 2003.

A proposta da Comissão foi apresentada ao Conselho. Os Estados-Membros apoiam a abordagem proposta pela Comissão e confirmam a sua intenção de trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento Europeu com vista a garantir a adopção formal do texto durante a sua Presidência, Senhora Ministra, a Presidência sueca.

Agradeço ao Parlamento Europeu ter designado os relatores no seio da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e também ter estabelecido um calendário indicativo prevendo a apresentação do relatório no final de Setembro, seguida das votações em comissão e, depois, em plenário, em Outubro e Novembro respectivamente. O objectivo é, com efeito, o de obter a isenção de visto para os cidadãos da Macedónia, da Sérvia e do Montenegro em 1 de Janeiro de 2010.

A proposta da Comissão baseia-se nos resultados do diálogo desencadeado no primeiro semestre de 2008 com os cinco países dos Balcãs Ocidentais. Foram estabelecidos roteiros, os quais definem critérios cuja concretização implica a adopção de reformas estruturais nos domínios chave em matéria de justiça, liberdade e segurança. Este método revelou-se um incentivo extremamente importante para os países da região avançarem para as reformas, nomeadamente a segurança dos documentos, com a introdução de passaportes e bilhetes de identidade biométricos para a gestão das fronteiras e as políticas globais em matéria de migração, e também as políticas de ordem pública e segurança: luta contra a criminalidade organizada, a corrupção, o tráfico de seres humanos e, por fim, evidentemente, os direitos fundamentais, incluindo as questões de cidadania.

Após análise desses relatórios, podemos afirmar que a antiga República jugoslava da Macedónia cumpre todos os critérios do roteiro.

O Montenegro e a Sérvia realizaram progressos muito importantes. Todavia, a Sérvia ainda tem de cumprir algumas condições, ligadas nomeadamente à verificação dos documentos de identidade apresentados pelos residentes no Kosovo e pelos nacionais do Kosovo residentes no estrangeiro quando requerem um passaporte biométrico sérvio.

Segunda condição para a Sérvia: gestão das fronteiras com o Kosovo e cooperação com a missão EULEX. Por fim, terceira condição: elaboração de uma estratégia nacional em matéria de migração.

Quanto ao Montenegro, há que definir uma solução duradoura para as pessoas deslocadas. Há ainda que tomar algumas medidas destinadas a aplicar efectivamente a lei dos estrangeiros, assim como medidas de reforço da capacidade administrativa e destinadas a lutar mais eficazmente contra a corrupção e a criminalidade organizada.

Eis a situação no que respeita a estes três países.

Apesar dos progressos muito significativos realizados durante estes últimos meses, a Bósnia e a Albânia ainda não conseguiram completar as reformas necessárias exigidas pelo roteiro, como, por exemplo, a supressão dos vistos. Com base nesta análise, a Comissão, dando resposta ao convite formulado pelo Conselho Assuntos Gerais de Junho de 2009, propôs portanto a supressão dos vistos para os cidadãos da Macedónia, do Montenegro e da Sérvia. Relativamente à Sérvia, serão excluídas da liberalização e sujeitas à obrigação de visto as pessoas que residam no Kosovo ou as pessoas originárias do Kosovo residentes no estrangeiro, detentoras de um passaporte sérvio emitido por uma autoridade central em Belgrado. Com efeito, desde

1999 a Sérvia não consegue garantir a verificação dos documentos de identidade das pessoas do Kosovo. A Comissão tomou em consideração o risco de segurança que essa categoria de pessoas representa para a Comunidade, assim como o facto de ainda não ter sido iniciado nenhum diálogo com o Kosovo em matéria de liberalização dos vistos.

Assim, a decisão de incluir certos países nessa liberalização da obrigação de visto baseia-se nos méritos de cada país individualmente.

Relativamente à Sérvia e ao Montenegro, vamos acompanhar atentamente as medidas tomadas por aqueles dois países destinadas a completar a execução da totalidade dos critérios. Relativamente aos progressos já realizados pela Albânia e pela Bósnia e Herzegovina, a Comissão está convencida que aqueles dois países estarão aptos a cumprir o conjunto dos critérios num futuro próximo. Em Outubro, as suas autoridades enviarão à Comissão informações suplementares sobre os progressos realizados durante os últimos meses. Com base nessas informações, serão organizadas missões de avaliação no início do próximo ano e, em seguida, a Comissão elaborará novos relatórios de avaliação que serão discutidos com os Estados-Membros. Seguidamente, a Comissão espera estar apta a propor o levantamento da obrigação de visto em 2010.

Nos termos dos procedimentos em vigor, a proposta será discutida no Conselho e será objecto de um parecer do Parlamento Europeu. A adopção formal do texto pela maioria dos países Schengen está portanto prevista durante a Presidência sueca, o que permitirá a entrada em vigor efectiva dessa supressão dos vistos para os cidadãos destes três países a partir de Janeiro de 2010. Como disse e muito bem, Senhora Ministra, tudo isto significa, com efeito, nomeadamente para a geração mais jovem dos países dos Balcãs, a possibilidade de se inserirem muito mais na vida europeia, de nela se integrarem, e nós pensamos que tudo isso pode ser extremamente benéfico tanto para esses países como para a nossa Europa.

E pronto. Queria esclarecer estes aspectos após as excelentes observações proferidas pela Presidência.

**Manfred Weber**, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, os países dos Balcãs Ocidentais precisam da Europa e os Europeus precisam de estabilidade nos Balcãs Ocidentais. Os Balcãs Ocidentais são uma parte central da Europa e devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para trazer este importante elemento de volta à Europa. Assim sendo, estas propostas são correctas e positivas.

A realidade da vida nesta região foi descrita; as filas longas e opressivas nos centros de emissão de vistos, os jovens sem perspectivas de poder requerer autorização para deixar o país e poder saborear a vida na Europa. Muitas pessoas sentem esta região como uma prisão, onde não têm contacto com o mundo exterior. Todos nós queremos acabar com esta situação e, no meu grupo, as senhoras deputadas Pack e Bildt e o senhor deputado Posselt estão a desenvolver esforços neste sentido, trabalhando com grande dedicação. Também nós defendemos que assim seja.

O que nos preocupa é que, como resultado da diferença de tratamento dos Estados nesta região, haverá movimentos separatistas e serão criadas diferentes classes de cidadãos na região dos Balcãs Ocidentais, o que poderá certamente causar problemas. No entanto, os cidadãos da União Europeia, esperam igualmente que haja segurança. Significa isto que as normas aqui enunciadas hoje pelo Comissário Barrot, ou seja, as normas de segurança para a cooperação policial na luta contra a imigração ilegal e a migração económica e os dados biométricos, constituem os padrões mínimos acordados, que representam as regras do jogo. Os cidadãos esperam que essas regras do jogo sejam respeitadas.

Esta questão leva-me ao meu segundo ponto: não pode haver concessões de política externa sobre a questão da isenção de visto. Não podemos dar rédea solta a estes Estados. As regras do jogo são claras e quem as cumprir tem todas as possibilidades de obter isenção de visto. Não deve abrandar a pressão sobre os Estados que não conseguiram melhorar os seus padrões até agora, apesar da ajuda da UE.

Estes são os dois flancos que nós, no Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), consideramos serem correctos. Temos confiança na avaliação que a Comissão Europeia levou a cabo e, nesta perspectiva, podemos, portanto, dar a nossa aprovação ao presente passo.

**Kristian Vigenin**, em nome do Grupo S&D. – (BG) Senhora Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, naturalmente, as propostas da Comissão têm o nosso apoio, porquanto representam um passo bastante importante para os três países da região em causa, que passarão a ser abrangidos por um regime de isenção de vistos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Eu próprio pertenço a um país e a uma geração que acolheram com grande entusiasmo a supressão do regime de vistos antes da adesão do nosso país à União Europeia. Gostaria também de dizer que este é o primeiro e mais importante sinal de que as coisas estão a evoluir na direcção certa e que, um dia, entrarão, enfim, na União Europeia.

Ao mesmo tempo, não posso deixar de me confessar algo surpreendido com a abordagem excessivamente administrativa que a Comissão adoptou nesta matéria. Embora, por um lado, as questões técnicas sejam importantes, no sentido de a conformidade ser necessária e de os países terem de preencher as condições necessárias para fazerem parte da União Europeia, e, com isso, lhes ser concedida esta facilidade de viajar com isenção de vistos, a decisão da Comissão de excluir a Albânia e a Bósnia-Herzegovina do processo é, de certa forma, incompreensível. Esta decisão da Comissão Europeia não reflecte a natureza delicada da questão na região e subestima a influência que pode vir a ter no desenvolvimento futuro das relações entre os países da região, bem como a atitude dos cidadãos comuns dos mesmos para com ela.

Por estes motivos, consideramos que a decisão da Comissão Europeia deve ser revista no sentido da inclusão da Albânia e da Bósnia-Herzegovina, definindo um calendário preciso que indique quando é que estes países poderão ser abrangidos pelo regime de isenção de vistos, desde que cumpram as condições específicas para o efeito.

Esta é uma matéria particularmente delicada no que respeita ao Kosovo. Coloca-se a questão de saber quando é que a Comissão Europeia pretende começar a dialogar com o Kosovo sobre os vistos e se ponderou as consequências possíveis, quanto à estabilidade do Kosovo, caso este diálogo não arranque o mais depressa possível?

**Sarah Ludford**, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, o Grupo ALDE apoia de forma firme e coerente o objectivo da adesão à UE para todos os países dos Balcãs Ocidentais. Pretendemos equipar os cidadãos desses países para aderirem a um espaço integrado de livre circulação com um mercado único e valores comuns.

A liberdade de realizar viagens de curta duração é uma parte vital da preparação para isso. A Comissão e o Conselho partilham, como é óbvio, desse objectivo; assim sendo, como é que se percebe que a Comissão tenha conseguido apresentar uma proposta tão irreflectida e geradora de atritos?

O Grupo Liberal não pretende decerto minar a pressão exercida no sentido de haver normas rigorosas relativas a passaportes e segurança nas fronteiras nem o primado do direito em sentido mais geral, mas este exercício tem de ser justo, coerente e eficaz. Não quer dizer que não haja anomalias no presente. Por exemplo, a Sérvia e o Montenegro foram incluídos na proposta de Julho: embora não satisfizessem os critérios de avaliação à data da proposta, espera-se que o façam no futuro. Há depois o requisito de passaportes biométricos, que a Bósnia, a propósito, já emitiu em número de 40 000; mas os Croatas, que já há algum tempo beneficiam da possibilidade de viajar sem necessidade de vistos, não necessitam desses passaportes.

Dizemos que o acordo de estabilização e de associação com a Sérvia não pode avançar enquanto Mladić permanecer escondido, visto isso demonstrar que há falta de controlo sobre os serviços de segurança. Mas no que respeita à isenção de visto, considera-se que cumprem os requisitos do Bloco 3: Ordem pública e segurança – há aqui uma certa contradição.

A maneira de levar a Bósnia e a Albânia a cumprirem os critérios seria inclui-las no alcance jurídico desta proposta de resolução, mas condicionar a verdadeira aplicação da isenção de visto a uma declaração de cumprimento feita pela Comissão – de facto semelhante à que a Comissão necessita de fazer neste Outono relativamente à Sérvia e ao Montenegro. O processo seria exactamente o mesmo, embora um pouco posterior.

Qualquer demora prolongada para a Bósnia e a Albânia e a completa exclusão do Kosovo terão consequências geradoras de atritos e prejudiciais, que incentivarão a procura de passaportes croatas, sérvios ou, no caso dos Kosovares, de passaportes macedónios, e fragilizarão a integridade e a governação da Bósnia e do Kosovo, em especial. Não acredito que a Comissão e o Conselho tencionem enveredar por este caminho prejudicial.

**Marije Cornelissen**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhora Presidente, sou a favor da liberalização dos vistos e sou também a favor de que se anexem determinados critérios à liberalização dos vistos, mas sou sobretudo a favor da paz e da estabilidade nos Balcãs Ocidentais.

Quais pensam que serão as consequências para os muçulmanos da Bósnia, em especial para os jovens, de verem os seus pares croatas e sérvios da Bósnia, titulares de duplo passaporte, poderem entrar e sair facilmente na UE e da UE para lá ir passar o fim-de-semana? Será que queremos mesmo correr o risco de fomentar

sentimentos nacionalistas e aprofundar as divisões num país onde a estabilidade é ainda tão frágil? E para quê? A Bósnia e a Herzegovina não estão de facto assim tão atrás da Sérvia no que respeita ao cumprimento dos critérios. Já estão a emitir passaportes biométricos e progrediram mais ou menos na mesma proporção no que se refere aos outros critérios.

Por isso solicito insistentemente que a Bósnia e a Herzegovina sejam incluídas na presente proposta, no interesse das pessoas que lá vivem e trabalham esforçadamente para terem um futuro melhor – com as recordações da guerra ainda demasiado frescas no seu espírito.

**Ryszard Czarnecki**, em nome do Grupo ECR. – (PL) Foi com grande prazer que ouvi a nossa colega, recentemente Ministra Cecilia Malmström, falar em nome do Conselho. Esta Assembleia ficou mais pobre com a sua ausência, mas a Presidência sueca beneficiou certamente com este seu novo cargo. Gostaria de dizer em sueco "tack" – ou "obrigado" – pelo seu discurso, que na minha língua, o polaco, significa "sim" – o que é de facto uma palavra adequada, na medida em que estou absolutamente de acordo com o que nos transmitiu em nome do Conselho hoje, ainda que tenha algumas pequenas, embora importantes, observações a fazer.

Em primeiro lugar, na realidade não quero que esta salutar iniciativa do Conselho, apoiada pela Comissão, seja – pondo as coisas muito claramente – uma espécie de alternativa à rápida adesão da Sérvia, Macedónia e Montenegro à União Europeia. Essa é a expectativa das sociedades desses países e é o que merecem. Não creio que devamos substituir a perspectiva de uma adesão acelerada à União Europeia por parte destes países pela isenção de requisitos de visto.

Em segundo lugar, creio que as populações da Bósnia e Herzegovina, Albânia e Kosovo também merecem, o mais rapidamente possível, a isenção de visto para viajar. A este respeito, devemos apresentar-lhes perspectivas europeias definidas e consequentes.

**Nikolaos Chountis**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (EL) Senhora Presidente, em nome do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Nórdica Verde, consideramos que a proposta da Comissão relativa à isenção de vistos para os cidadãos da Sérvia, Montenegro e ARJM titulares de passaportes biométricos constitui um passo na direcção certa e a concretização do compromisso assumido pela União Europeia para com as pessoas dessa região, que assim poderão planear as suas deslocações e viajar para o resto da Europa sem precisarem de visto.

Devo salientar que, no que toca aos Balcãs Ocidentais, estamos a falar de uma região traumatizada que passou recentemente pela experiência da guerra e do conflito civil de que são responsáveis a União Europeia e alguns dos seus Estados-Membros. As feridas dessa região estão a sarar lentamente. Por isso, consideramos que o processo de isenção de vistos para os cidadãos de todos esses países é um passo muito importante e que estamos a dar-lhes a oportunidade de comunicarem com os povos do resto da Europa.

Não posso, contudo, deixar de salientar as condições e exigências que, se não me engano, suscitam alguma incerteza quanto à possibilidade de o Conselho aprovar em Outubro a isenção de vistos para o Montenegro e a Sérvia.

Em primeiro lugar, no que respeita ao Kosovo que, se não me engano, está sujeito à Resolução 1244 do Conselho de Segurança, e em especial no que respeita à minoria sérvia, que vive num estado de prisão rural, encarcerada em prisões geográficas, estamos basicamente a negar-lhes a livre comunicação. Estamos a infligir um duplo golpe: não permitimos que eles viagem dentro do seu próprio país e também não permitimos que viagem para os países da União Europeia.

Em segundo lugar, tenho muitas dúvidas de que alguns destes pré-requisitos que estamos a impor à Sérvia e ao Montenegro estejam relacionadas com esta questão específica e não sirvam outros objectivos políticos. Por isso considero que em Outubro deverão tentar isentar de vistos os habitantes do Montenegro e da Sérvia e dos restantes países dos Balcãs Ocidentais.

**Athanasios Plevris**, em nome do Grupo EFD. – (EL) Senhora Presidente, em primeiro lugar, a paz e a estabilidade nos Balcãs Ocidentais são seguramente do interesse de toda a Europa e, como é óbvio, sendo eu natural da Grécia, é lógico que seja ainda mais do nosso interesse, uma vez que temos fronteiras com alguns desses Estados. Como tal, consideramos que a direcção que os senhores estão a tomar é a direcção certa.

Quero, contudo, fazer uma referência especial à ARJM. O Governo de Skopje está a cultivar um nacionalismo extremo em relação a um Estado-Membro da União Europeia, nomeadamente a Grécia, fazendo circular mapas que mostram uma parte da Grécia, a Macedónia, e Salónica e muitas outras cidades, como estando

sob ocupação, cultivando assim basicamente a ideia de que essas terras, que supostamente estarão ocupadas pela Grécia, devem ser libertadas.

Não quero focalizar-me na questão da denominação, à qual os senhores poderão ser indiferentes, embora os Gregos sejam muito sensíveis a um nome que está a ser desviado. No entanto, deverão compreender certamente que não podemos regressar ao nacionalismo, ao fomento do nacionalismo, nesses países, especialmente em prejuízo de outros Estados-Membros da União Europeia.

**Andreas Mölzer (NI).** – (DE) Senhora Presidente, o facto de a obrigatoriedade de vistos para a Sérvia, a Macedónia e o Montenegro vir a ser abolida demonstra que os esforços de reforma nestes países estão claramente a dar frutos. Contudo, dez anos depois do fim do conflito, as crateras ainda são profundas e o mal-estar ainda crepita à superfície. É evidente que esta situação tem a ver com o facto de a Albânia, o Kosovo e a Bósnia, que não foram incluídos nesta acção, se estarem a sentir em desvantagem. Trata-se claramente de entidades que preferem cultivar velhos antagonismos em vez de se questionarem sobre o que esses países vizinhos terão feito melhor e sobre como podem alcançar progressos com vista a obter a isenção de visto. Em todo o caso, a Sérvia deverá em breve adquirir o estatuto de país candidato, dado estar a avançar para a adesão a uma série de níveis.

No entanto, as feridas estão longe de estar curadas e todas as medidas da parte da UE estão a ser avaliadas nessa perspectiva. É por isso que precisamos, por um lado, de comunicar melhor os motivos das nossas decisões e, por outro lado, de deixar claro perante a Albânia, o Kosovo e a Bósnia que ainda precisam de desenvolver um enorme esforço para poderem avançar no sentido da adesão. De qualquer modo, a paz nos Balcãs, às portas da UE, tornou-se muito mais importante do que a adesão da Turquia, que vem sendo tão ferozmente advogada em muitos quadrantes.

**Anna Maria Corazza Bildt (PPE).** – (EN) Senhora Presidente, hoje em dia, nós, no PPE, dizemos o seguinte aos cidadãos da Bósnia, da Albânia e da Sérvia: vocês não estão esquecidos; não os abandonámos. Em especial às pessoas de Sarajevo, dizemos: compreendemos a vossa frustração. Ao mesmo tempo, porém, dizemos aos cidadãos da União Europeia que não vamos abrir excepções nos parâmetros estabelecidos. As regras têm de ser as mesmas para toda a gente. A vossa segurança é importante para nós.

Às autoridades da Bósnia e da Herzegovina dizemos principalmente o seguinte: assumam as vossas responsabilidades; ponham a casa em ordem; preparem-se para o futuro. Nós apreciamos os progressos recentemente realizados. Vamos pedir à Comissão que continue a apoiar-vos, mas se alguma coisa aprendi nos meus seis anos de guerras e de paz nos Balcãs – e acreditem no que vos digo, esta é uma questão que me toca profundamente – foi que a vitimização, o jogo da atribuição de culpas e de encontrar bodes expiatórios pertencem ao passado.

Esta é uma questão de integração europeia. Temos de olhar para ela de uma perspectiva europeia e, como afirmou a Senhora Ministra Cecilia Malmström, a melhor maneira de iniciar a inversão do sentido de marcha necessária para sair da situação de dependência e de vitimização é os cidadãos assumirem o controlo do seu próprio país e darem início às reformas em matéria de vistos que são prementes e, em qualquer caso, necessárias.

Faço votos de que possamos chegar a acordo sobre uma mensagem clara a enviar às autoridades da região, dizendo-lhes que as apoiaremos, mas não faremos cedências no que respeita à segurança dos nossos cidadãos – elas têm de assumir as suas responsabilidades.

Penso que devemos apoiar a proposta da Comissão e, àqueles que pensam que isso poderá ser destabilizador, gostaria de dizer que a estabilidade virá com a integração europeia. É deveras lamentável que sejam emitidos passaportes em Zagreb e em Belgrado, e devemos, sem dúvida, tentar reduzir isso ao máximo, mas não podemos estabelecer regras diferentes para os cidadãos bósnios. Não é do seu interesse.

O que podemos fazer é desempenhar o nosso papel neste Parlamento para acelerar o processo e tomar uma decisão, definir a nossa política para que o Conselho possa tomar uma decisão ainda este ano.

**Tanja Fajon (S&D).** – (SL) Como provavelmente saberão, eu sou a relatora da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos para a liberalização de vistos para os países dos Balcãs Ocidentais.

Em Julho, a Comissão Europeia enviou-nos uma proposta que recomenda a supressão de vistos para os cidadãos da Sérvia, da Macedónia e do Montenegro. A Macedónia já cumpriu todas as suas obrigações, enquanto o Montenegro e a Sérvia terão de cumprir as restantes condições, o mais rapidamente possível.

Embora muito me congratule com a proposta da Comissão e esteja consciente da exigente natureza deste trabalho, estou decepcionada com o facto de este documento ter omitido por completo os restantes países, sem sequer lhes apresentar qualquer tipo de calendário.

A Bósnia e Herzegovina e a Albânia estão a usar um roteiro claro para a supressão de vistos e estão cientes de todas as condições que têm de ser cumpridas antes que isso possa acontecer. A avaliar pelos relatórios de organizações independentes, a Bósnia e Herzegovina, em particular, obteve grandes progressos a este respeito durante o Verão.

A decisão de omitir a Bósnia e Herzegovina e a Albânia da lista é sobretudo uma questão técnica. Estamos todos bem cientes de que mesmo as melhores decisões técnicas podem ter importantes consequências políticas e o facto é que é os Bósnios foram omitidos do processo de liberalização de vistos.

Todos teremos de assumir uma parcela de responsabilidade política na execução deste processo, que será uma condição prévia para a paz e a estabilidade nos Balcãs Ocidentais. Precisamos também urgentemente de considerar o início do diálogo sobre vistos com o Kosovo, já que isso irá ajudar a promover as reformas estruturais.

Minhas Senhoras e meus Senhores, não podemos colocar-nos em posição de travar o processo de isenção de vistos para todos os países dos Balcãs Ocidentais que têm uma clara perspectiva europeia. A liberalização de vistos nos Balcãs Ocidentais não é um puzzle com o qual nos possamos querer divertir. Estamos aqui a lidar com pessoas, com a sua qualidade de vida e a sua mobilidade, e a tentar facilitar uma cooperação o mais estreita possível, em que a vertente económica é também importante.

**Jelko Kacin (ALDE).** – (SL) Felicito a Macedónia e espero que o Montenegro e a Sérvia cheguem também à mesma fase. Isso seria bom para todos os três países e para os Balcãs Ocidentais no seu conjunto.

É, no entanto, lamentável que a Bósnia tenha sido omitida deste pacote. Os esforços desenvolvidos em relação à Bósnia foram inadequados e tiveram pouco sucesso, e incluo aqui tanto os nossos esforços como os deles. Na Bósnia, o principal obstáculo a qualquer progresso é o estado de espírito, o sentimento de impotência que paralisa as pessoas e as instituições deste país. Os Bósnios são as únicas pessoas na Bósnia que não foram autorizadas a circular livremente por toda a Europa. Eles não têm um segundo Estado a quem recorrer e, por essa razão, foram colocados num gueto. São os únicos que não podem acalentar sonhos de dupla cidadania, o que é humilhante. Sentem-se ignorados, desvalorizados e punidos pela União Europeia.

Temos de prestar assistência política ao Estado da Bósnia e Herzegovina, para lhe permitir ajudar-se e ajudar os seus cidadãos. A União Europeia partilha a responsabilidade pela situação na Bósnia e pela estabilidade da região. Esta responsabilidade cabe ao Conselho, à Comissão e ao Parlamento.

A Bósnia está perto de obter a isenção de vistos. O único problema que resta está na cabeça das pessoas – nas deles e nas nossas. Há um muro a crescer entre nós e eles, um muro mais alto do que o Muro de Berlim. Temos de deitar abaixo esse muro e ajudar a Bósnia a obter a isenção de vistos agora, o mais rapidamente possível, no mesmo pacote que os outros três países da região.

**Ulrike Lunacek (Verts/ALE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhor Comissário, nós, os Verdes, congratulamo-nos com a liberalização dos vistos para o Montenegro, a Macedónia e a Sérvia, como é óbvio. Trata-se de algo em que me empenhei fortemente nos últimos anos, quando ainda era membro da Assembleia Nacional Austríaca. Trata-se de um passo importante na direcção do cumprimento do sonho de uma Europa unida e pacífica.

No entanto, o caminho por vós iniciado tem uma série de empecilhos. Resultará, sobretudo, num sentimento de discriminação por parte dos cidadãos muçulmanos da Bósnia, como já aconteceu quando os senhores anunciaram simplesmente que haveria liberalização para os outros Estados. Argumentam referindo-se às condições técnicas que a Bósnia e Herzegovina ainda não cumpriu, mas, ao que parece, ignoram o facto de continuarem a existir problemas noutros Estados para os quais há, agora, liberalização. A Bósnia já emitiu 40 000 passaportes biométricos e já aprovou um regulamento para pessoas deslocadas, coisa que ainda não existe noutros Estados, e criou uma agência anti-corrupção, que a Sérvia, por exemplo, ainda não possui.

Tenho a sensação de que também existe aqui discriminação política e considero isto muito perigoso para a paz na região e para uma Bósnia e Herzegovina multi-étnica. Portanto, para voltar a chamar este perigo pelo nome: existe o perigo de que também aqui se formalizem linhas de separação étnicas. Por isso, peço-vos que concluam um pacote comum com a Bósnia e a Albânia e iniciem conversações sobre vistos com o Kosovo.

**Fiorello Provera (EFD).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, actualmente, certas áreas dos Balcãs continuam instáveis e são vias de comunicação para o tráfico ilegal controlado por redes de criminalidade organizada. Particularmente grave é o tráfico de seres humanos, que frequentemente envolve exploração sob a forma de trabalho ilegal ou de prostituição.

A liberalização dos vistos deve, por isso, ser acompanhada da rigorosa aplicação de normas de segurança, uma das quais é a introdução de passaportes biométricos. Tanto quanto sabemos, a Albânia e a Bósnia e Herzegovina ainda não puseram totalmente em prática estas medidas técnicas. Por isso é fundamental que, relativamente a estes dois países, não haja liberalização de vistos enquanto não houver uma plena colaboração por parte dos seus governos e não tiverem sido tomadas as medidas técnicas que garantam a identificação das pessoas em causa. Considero que ter em conta a falta de cumprimento dos requisitos não significa discriminação.

**George Becali (NI).** – (RO) Congratulo-me por debatermos hoje a isenção de visto para alguns países dos Balcãs e devo dizer-lhes porquê: os meus avós nasceram na Macedónia, o meu pai na Albânia, a minha avó na Grécia e a minha mãe na Bulgária, e eu nasci na Roménia. Estou hoje aqui, graças a Deus, para poder perguntar ao Comissário Olli Rehn: é possível aplicar a isenção de visto aos cidadãos da Albânia até meados de 2010, como foi prometido? Gostaria de obter resposta a esta pergunta, porque é importante para mim em termos emocionais, para as minhas relações, para a minha família e para as minhas raízes, que se encontram praticamente espalhadas por todos os Balcãs. Peço a Deus que assim seja.

**Doris Pack (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, todos nós nos congratulámos com a proposta de liberalização de vistos. Há muito que lutámos por isso neste Parlamento e, agora, iniciou-se o processo. Isto não basta para nós. Penso que, em Junho, foi escolhido o texto errado. Hoje – como ouvimos – continuam a existir problemas na Sérvia e no Montenegro. Portanto, por que não incluímos a Albânia e a Bósnia neste texto e não dizemos que também aqui existem problemas que precisam de ser ultrapassados? Tal não teria causado muitos danos.

É, obviamente, um facto que os políticos na Bósnia e Herzegovina têm pouco interesse em melhorar aquilo que é, de todos os pontos de vista, a situação incómoda dos seus compatriotas. Por que razão haveriam de tê-lo? Eles têm emprego, podem viajar, perdem o seu tempo com conflitos nacionalistas inúteis, em vez, por exemplo, de trabalhar em prol de um bom sistema escolar, de boas infra-estruturas, de um bom sistema de saúde. Eles também não garantiram a existência de pontos de referência para a liberalização de vistos. A liberalização de vistos traria, finalmente, um sopro de ar fresco para este fedor nacionalista na Bósnia e Herzegovina e ofereceria, finalmente, esperança à nova geração.

No entanto, desde o anúncio da avaliação da Comissão, foram tomadas medidas para combater a corrupção na Bósnia e Herzegovina e foi criada uma série de leis importantes, de modo que as condições prévias de carácter técnico podem ser cumpridas no Outono. Contudo, não se trata apenas de uma questão de condições prévias de carácter técnico; também está em causa o aspecto político destas questões. Existe o problema dos passaportes biométricos; sei que ainda não foram emitidos muitos e gostaria de pedir sinceramente à Comissão e a alguns Estados-Membros que ajudem a emitir estes passaportes biométricos. A ajuda técnica é muito importante.

O Conselho, a Comissão e os políticos locais têm realmente de fazer todos os esforços para impedir o agravamento da divisão étnica neste país. A recusa da liberalização de vistos para a Bósnia e Herzegovina criaria aos muçulmanos uma situação de gueto, visto que os Croatas e os Sérvios têm uma forma de sair deste país. O passaporte bósnio – normalmente, um passaporte constitui prova inequívoca de uma nação – será inútil aos olhos dos seus titulares se não abrir a porta para a UE.

Gostaria de pedir à Comissão e ao Conselho que ajudem estes países. A Albânia conseguirá resolver o assunto. Têm um novo governo; vão consegui-lo, mas o Kosovo só vai consegui-lo com a ajuda de todos vós. Têm o nosso apoio. Não precisam de fechar os olhos, mas têm de estabelecer padrões políticos e não só padrões policiais.

**Monika Flašíková Beňová (S&D).** – (SK) A liberalização da política de vistos nos Balcãs Ocidentais é uma questão sensível tanto em termos políticos, como humanos para os habitantes destes Estados e desta região. Estamos actualmente a falar sobre o Montenegro, a Macedónia e a Sérvia, o que é muito importante num contexto histórico, mas não devemos introduzir um sistema de duas velocidades nos Balcãs Ocidentais a longo prazo e temos de incluir a Bósnia e Herzegovina, em particular, neste processo tão rapidamente quanto possível e, obviamente, também a Albânia.

Os Balcãs Ocidentais possuem estreitos laços geográficos, culturais e históricos com a União Europeia e com os nossos Estados-Membros e, apesar dos acontecimentos extremamente turbulentos ocorridos no passado recente, é necessário dizer que tanto as reformas, como as nossas expectativas, estão a ser cumpridas gradualmente e que os líderes políticos nestes Estados estão realmente a fazer grandes esforços para cumprir as nossas expectativas.

Por isso, talvez gostasse de pedir, na minha intervenção, não só ao Conselho e à Comissão, mas também a todos os presentes no Parlamento Europeu que apoiem os esforços dos líderes dos diversos Estados e lhes proporcionem ajuda no que diz respeito àquelas questões que ainda não foram resolvidas. Também não nos podemos esquecer de que os países dos Balcãs Ocidentais se revestem de uma grande importância geopolítica para nós, por várias razões.

Tanto a Sérvia como o Montenegro estão a enfrentar agora desafios domésticos importantes e todos nós esperamos que consigam superá-los. Gostaria de voltar a sublinhar que seria muito apropriado fixar, tão rapidamente quanto possível, uma data para os países que foram excluídos do processo, nomeadamente a Bósnia e Herzegovina e a Albânia.

**Gerard Batten (EFD).** – (EN) Senhora Presidente, estas medidas permitem o acesso sem necessidade de visto aos Estados-Membros da UE pertencentes ao grupo de Schengen para quem vem da Sérvia, do Montenegro e da Macedónia, a partir de Janeiro de 2010. A Comissão prevê a concessão de acesso sem necessidade de visto à Albânia e à Bósnia e Herzegovina possivelmente até meados de 2010. Portanto, dentro de 12 meses, poderemos ver mais 20,7 milhões de pessoas com acesso livre à União Europeia.

Em sentido restrito, isso não deveria afectar o Reino Unido, que não é membro do grupo de Schengen, mas na realidade vai afectar. O acesso à UE para mais milhões de pessoas vindas de alguns dos países mais pobres e mais corruptos da Europa permitir-lhes-á transpor a primeira barreira para conseguir entrar ilegalmente na Grã-Bretanha. Em qualquer caso, esses países acabarão por se tornar membros de pleno direito da UE, com pleno acesso legal à União. Estas medidas são ainda mais uma maneira de minar a capacidade da Grã-Bretanha de controlar as suas fronteiras e ainda mais um motivo pelo qual a Grã-Bretanha deverá sair da União Europeia.

**Dimitar Stoyanov (NI).** – (BG) Senhora Presidente, estamos todos bem cientes das vantagens e desvantagens da livre circulação, mas permita-nos encarar a questão de uma outra perspectiva. Estão os três países em causa realmente a cumprir os critérios fundamentais exigidos para lhes serem concedidos os privilégios decorrentes da isenção de vistos?

Na Sérvia, a minoria búlgara é, desde há praticamente um século, totalmente ignorada e discriminada. Quanto à Macedónia, desde a sua fundação que este país segue uma constante e consistente política anti-búlgara.

O último acto deste tipo cometido pela Macedónia foi a detenção da cidadã búlgara Spaska Mitrova, depois sentenciada a uma pena excepcionalmente dura. Mitrova é membro da associação búlgara "Ratko". Esta associação foi proibida pela Macedónia, interdição que valeu a este país a imposição de uma coima por violação dos direitos do Homem.

A opinião pública búlgara considera inaceitável que sejam dadas concessões a países que violam os direitos dos cidadãos búlgaros, por outras palavras, de cidadãos da União Europeia.

**Kinga Gál (PPE).** – (HU) Considero importante podermos, finalmente, debater devidamente a questão da isenção de vistos em relação aos países dos Balcãs Ocidentais. É gratificante verificar que estes países, que cumpriram os compromissos assumidos até à data, podem ser também determinantes para tornar o processo de passagem das fronteiras o mais simples possível.

Enquanto eurodeputado húngaro, não posso deixar de apoiar estes esforços, porque eles vão possibilitar que os húngaros que vivem, por exemplo, na Voivodina, na Sérvia, estabeleçam uma ligação mais directa com o seu país natal. Os cidadãos que vivem de cada lado dessas fronteiras e que falam a mesma língua e mantêm laços familiares e culturais próximos não terão palavras para exprimir a importância de poderem atravessar fronteiras sem qualquer barreira ou visto. Em relação a este ponto, e embora não tendo uma ligação directa com a isenção de vistos, foram também tomadas certas decisões avisadas, como a lei recentemente aprovada na Sérvia que rege o funcionamento dos conselhos nacionais das minorias. Estas decisões constituem um grande progresso em termos da protecção institucional dos direitos das minorias.

Facilitar a isenção de vistos não pode ser simplesmente considerado como uma questão técnica – trata-se de uma questão política muito clara. É dado um contributo essencial para a estabilidade política destes países,



clarificando-se quais são os direitos que lhes são concedidos através de um passaporte dos seus próprios Estados e em que medida esse passaporte é reconhecido pela União Europeia. Seria inaceitável que a diferenciação negativa entre os Estados da região se mantivesse a longo prazo.

É por isso que eu apelo à responsabilidade fundamental da Comissão e do Conselho nesta matéria. A União Europeia tem a responsabilidade política de oferecer aos países dos Balcãs Ocidentais a perspectiva de adesão à União Europeia. Deve ajudar estes países a recuperarem o seu atraso e incentivar a criação e o reforço das suas instituições democráticas, o que inclui também os direitos das minorias.

**Kinga Göncz (S&D).** – (HU) Muito obrigada, Senhora Presidente. Também eu gostaria de saudar a Senhora Ministra Cecilia Malmström e o Senhor Comissário Barrot. Congratulo-me também com esta proposta que foi apresentada. Enquanto ex-ministra dos Negócios Estrangeiros da Hungria, tenho trabalhado arduamente, em conjunto com outras pessoas, para aproximar os países dos Balcãs Ocidentais da União Europeia e permitir-lhes dar o próximo passo no caminho para a adesão. Sabemos também que, nesta perspectiva, a isenção de vistos é talvez o factor que as pessoas mais intensamente compreendem e sentem. Essa isenção prepara agora o caminho para que essas pessoas possam gozar de liberdade de circulação e estabelecer relações humanas mais estreitas. Ela irá talvez também ajudar naquilo que me parece que todos nós consideramos importante, que é manter a motivação desses países durante o árduo processo de adesão.

Sabemos que alguns passos muito importantes têm de ser dados. Muitas vezes, é preciso ultrapassar certas tradições que nós sabemos não ser fácil ultrapassar. É muito importante que os três países tenham agora isenção de vistos. Gostaria também de chamar a vossa atenção para uma ideia que foi aqui manifestada hoje por diversas vezes, nomeadamente, que o equilíbrio nos países dos Balcãs Ocidentais é muito delicado. Já antes da guerra havia tensões étnicas, e elas permaneceram após a guerra. Por consequência, todas as medidas têm de ser avaliadas na perspectiva de saber se vão aumentar ou diminuir essas tensões.

No caso da Bósnia, como já foi mencionado várias vezes hoje, esta decisão é benéfica e importante não só porque a Bósnia foi agora deixada de fora, mas também porque um grande número de cidadãos bósnios que têm passaporte croata ou sérvio irão desfrutar de isenção de vistos, enquanto outros não. A mesma situação aplica-se também aos cidadãos do Kosovo, de modo que qualquer pessoa que consiga obter o seu passaporte na Sérvia irá beneficiar da isenção de vistos.

É importante salientar, mais uma vez, que deve ser tomada uma decisão política e não apenas uma decisão técnica. Por isso, é nossa responsabilidade ajudar estes países a alcançar a isenção de vistos o mais rapidamente possível, dentro de um prazo muito específico.

**Bernd Posselt (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, eu, que passei dez anos na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, também partilho as preocupações do senhor deputado Weber no que diz respeito à segurança. Este tema possui uma dimensão profundamente relacionada com a política externa.

Sou de uma geração que cresceu com centenas de milhares dos chamados trabalhadores estrangeiros iugoslavos. Durante a ditadura comunista, as pessoas do Sudeste europeu que viviam dentro das fronteiras da Jugoslávia tinham liberdade para viajar, apesar da ditadura comunista. Hoje, falamos de europeização, enviamos para lá tropas e funcionários, gastamos muito dinheiro e, ao mesmo tempo, estamos a fechar os jovens nestes países. É por isso que a liberalização deste regime de vistos é necessária e premente.

No entanto, também gostaria de fazer uma série de críticas: em primeiro lugar, congratulo-me com o facto de a Macedónia estar incluída. A Macedónia é exemplar no cumprimento dos critérios, mas não deveríamos apresentar isto à Macedónia como compensação pelo seu desejo justificado de ter, finalmente, uma data fixada para as negociações de adesão.

Em segundo lugar, o Kosovo: foi dito que o país tem de cumprir as regras do jogo, mas um jogador só pode cumprir as regras do jogo se lhe for permitido entrar no campo onde o jogo se desenrola. O Kosovo ainda não foi admitido no campo. Intervimos militarmente, para libertar os kosovares da opressão. Agora, o país dos antigos opressores está prestes a desfrutar da isenção de vistos – e eu congratulo-me com este facto, porque não existe culpa colectiva – e o Kosovo não pode ter esta aspiração. Mesmo que haja insuficiências naquele país, nós é que temos de fazer *mea culpa*, porque, no fundo, somos nós que o administramos. Por outras palavras, temos de dar todas as oportunidades ao Kosovo, porque, se a Sérvia acabar por desfrutar da isenção de vistos e o Kosovo estiver completamente excluído, haverá distorções inaceitáveis.

Em terceiro lugar, a Bósnia e Herzegovina: eu – como numerosos colegas deputados – assinei o protesto contra a exclusão da Bósnia e Herzegovina. É necessário dar, finalmente, a este país de três nações – mal concebido no âmbito do Acordo de Dayton, que tem de ser revisto com extrema urgência – com uma administração internacional, igualmente culpada de ineficiência, a oportunidade de iniciar o caminho para a Europa, sem que se desintegre. A desintegração do Kosovo ou da Bósnia representaria um risco maior para a nossa segurança do que quaisquer pormenores técnicos.

**Maria Eleni Koppa (S&D).** – (EL) Senhora Presidente, temos de reconhecer que a proposta da Comissão relativa à isenção de vistos para a Sérvia, a Antiga República Jugoslava da Macedónia e o Montenegro representa um importante passo para a integração europeia dos Balcãs Ocidentais.

Todavia, a isenção deve aplicar-se a todos os povos dos Balcãs Ocidentais, evitando a criação de novas linhas divisórias na região. Naturalmente, ninguém tem motivos para afirmar que a Comissão Europeia é preconceituosa em relação aos cidadãos muçulmanos da Bósnia e Herzegovina. Por outro lado, não devemos esquecer o estatuto peculiar do Kosovo, cuja independência não é reconhecida por todos os Estados-Membros da União Europeia.

Queremos que os habitantes do Kosovo beneficiem da isenção de vistos, mas, qualquer que seja a solução encontrada, não deve comprometer as disposições finais relativamente ao seu estatuto. A Comissão agiu correctamente, não fechando a porta à Bósnia e Herzegovina e à Albânia. Todavia, tem de avançar rapidamente para que nenhuma das novas divisões ameace a estabilidade na região. Por seu turno, naturalmente, os Estados têm de realizar as reformas necessárias que, não esqueçamos isso, se prendem com questões de segurança e de combate à criminalidade organizada.

Este Parlamento salientou durante anos que um contacto mais fácil com o mundo exterior e uma maior facilidade de viajar reforçarão a paz, as trocas a todos os níveis e, em última análise, a estabilidade. A questão dos vistos não é uma mera questão técnica; é uma questão profundamente política que diz respeito ao futuro europeu da região, e todos os povos da região têm direito a esse futuro.

**Anna Ibrisagic (PPE).** – (SV) Senhora Presidente, julgo que chegados a este ponto do debate já não existem dúvidas quanto à importância da liberalização do regime de vistos para os cidadãos dos Balcãs. A possibilidade de viajar livremente, tal como a educação, é talvez a ferramenta mais importante que podemos oferecer às novas gerações, das quais tanto esperamos em termos de empenhamento no processo de democratização em toda a região.

Por conseguinte, saúdo a proposta sobre a liberalização do regime de vistos para a Sérvia, a Macedónia e o Montenegro. Os progressos registados por todos estes países no seu percurso em direcção à UE representam progressos para toda a região dos Balcãs. Alguns destes países tiveram de esperar muito tempo; alguns até talvez mais tempo do que o necessário. Nós, no Parlamento Europeu, e os dois países que ainda não estão abrangidos pela liberalização do regime de vistos, devíamos aprender com esta situação.

Embora se trate de uma questão política extremamente sensível, gostaria de salientar que as normas sobre a liberalização do regime de vistos são claras e universais. É necessário satisfazer as condições estabelecidas. Não devemos, porém, conferir a esta questão um carácter mais político do que é necessário. Vejamos o que ainda resta fazer e como poderemos assegurar que a Bósnia e Herzegovina e a Albânia possam também juntar-se o mais rapidamente possível à família de países que beneficiam de isenção de vistos.

A Bósnia e Herzegovina fez grandes progressos recentemente e, em breve, terá satisfeito a maioria dos requisitos do roteiro que ainda estão por cumprir. Apelo, portanto, aos intervenientes da Bósnia e Herzegovina que adoptem a lei contra a corrupção e estabeleçam as normas para a troca de informações entre as diferentes componentes dos serviços policiais o mais rapidamente possível. Insto-os a procurarem assegurar que este trabalho fique concluído até ao final de Setembro, antes de ser enviado o relatório à Comissão. Espero que, na sua nova análise, a Comissão avalie, por sua vez, os progressos efectivamente realizados e, assim que os requisitos da UE tenham sido satisfeitos, proponha que o Conselho aprove a liberalização do regime de vistos para a Bósnia e Herzegovina. Espero que esse regime possa entrar em vigor em Julho de 2010.

**Marian-Jean Marinescu (PPE).** – (RO) Senhora Presidente, Senhor Comissário, a isenção de visto para alguns países da região dos Balcãs Ocidentais constitui uma primeira confirmação do compromisso assumido pela União Europeia no sentido de continuar o processo de integração europeu. Todavia, penso que, lamentavelmente, a proposta da Comissão é incompleta. Os cidadãos da Albânia e da Bósnia e Herzegovina não beneficiarão do mesmo tratamento, o que criará diferenças entre os cidadãos da região dos Balcãs.

Recordo que já existe uma divisão entre a anterior geração, que beneficiou da abertura da Antiga República da Jugoslávia à Europa, e a actual geração, que não teve um tratamento igual por parte da União Europeia. Todavia, esta proposta levará os cidadãos de países da Antiga República da Jugoslávia que não beneficiam da isenção de visto a tentar obter um segundo passaporte num país pertencente à antiga Federação Jugoslava, a cujos cidadãos a União Europeia não exige visto. Já assistimos a este tipo de situação no caso dos passaportes da Moldávia ou da Geórgia face aos passaportes russos.

Penso que a solução lógica é dispensar o mesmo tratamento a todos os países dos Balcãs e, ao mesmo tempo, convido a Comissão a incluir também a Moldávia no grupo de países do Sudeste europeu.

**Victor Boştinaru (S&D).** – (RO) Na qualidade de deputado ao Parlamento Europeu e de socialista, congratulo-me com a comunicação do Conselho e da Comissão sobre o regime de vistos para os três países dos Balcãs Ocidentais. Constitui um primeiro passo decisivo em direcção à sua integração na União Europeia, uma primeira conquista para os futuros cidadãos da UE dos Balcãs Ocidentais. Todavia, considero também que a falta de uma perspectiva clara sob a forma de um roteiro para a Bósnia e Herzegovina, a Albânia e o Kosovo deve constituir para nós um motivo da maior preocupação. Não me refiro unicamente à decepção sentida pela opinião pública, mas em particular aos riscos para a estabilidade política nos três países. Espero, fundamentalmente, que o Parlamento Europeu e a recentemente formada Comissão Europeia mantenham um calendário previsível para a integração dos Balcãs Ocidentais na União Europeia. Só assim poderemos cumprir o mandato para que fomos eleitos: unir a Europa.

**Norica Niculai (ALDE).** – (RO) Senhora Presidente, um minuto será mais do que suficiente para saudar uma decisão histórica tanto para os Balcãs como para a Europa. Considero a liberdade de circulação uma porta para a democracia e o conhecimento. Foi dada uma oportunidade a estes três países. Todavia, ao mesmo tempo, penso que a Europa é também uma Europa de regulamentos que, enquanto cidadãos europeus, todos temos de cumprir. Esta proposta foi apresentada porque a avaliação feita permitiu concluir que as regras e as condições que estabelecemos foram cumpridas.

Penso que nos será apresentada uma proposta para alargar esta medida à Albânia e à Bulgária quando estas regras europeias forem cumpridas. Nessa decisão, será certamente incluída uma recomendação no sentido de agilizar este processo. Sou daqueles que consideram que não estamos perante uma questão de discriminação. Muito pelo contrário. Penso que este processo contribuirá para incentivar os outros dois países a terem um melhor desempenho e a cumprirem essas condições, porque, desde a adopção desta decisão, os outros três países provaram que, quando pretendem que os seus povos beneficiem de um estatuto diferente, estão dispostos a fazer o que for necessário.

**Antonio Cancian (PPE).** – (IT) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhor Ministro, Senhoras e Senhores Deputados, devo dizer que sou a favor da liberalização e da integração europeia até ficar completo o mosaico dos Balcãs Ocidentais, pois, como já foi dito, precisamos de estabilidade nos Balcãs. Esta integração é, pois, fundamental e deve ter lugar o mais depressa possível.

Contudo, relativamente à imigração – de que falámos ontem e que equacionámos em termos de segurança e de direitos humanos –, temos de ser muito cautelosos, pois considero que as verificações devem ser feitas com todo o rigor, e não aligeiradas. É necessário que os prazos sejam consentâneos com as verificações, que deveriam, se possível, ser aceleradas. Além disso, verifico que há uma lacuna nesta área, sobre a qual se disse muito pouco, e essa lacuna é o Kosovo. Vão compreender-me perfeitamente quando eu disser que essa lacuna torna muito simples para as pessoas dos outros países deslocarem-se entre o Kosovo e a Macedónia. Sei que está a ser elaborado um relatório que nos vai dizer algo mais, nos próximos dias, mas, por favor, dêem-nos mais algumas informações acerca do Kosovo ainda esta noite.

**Emine Bozkurt (S&D).** – (NL) Senhora Presidente, a Senhora Ministra formulou esta ideia na perfeição: a liberalização dos vistos é necessária para reforçar um vínculo com a UE, para impedir o crescente nacionalismo e para prevenir o isolamento. Como é possível, então, que as propostas ameacem isolar os muçulmanos bósnios? Está a gerar-se uma grande desigualdade dentro de um só país, pois os bósnios sérvios e os bósnios croatas recebem um passaporte. Porém, os muçulmanos não têm, infelizmente, qualquer país vizinho que lhes dê um passaporte. Quem é que irá defender os muçulmanos bósnios? A Comissão? O Conselho? Gostaria que V. Exa. me dissesse concisamente se a Comissão ou o Conselho tiveram conversações com a Croácia e a Sérvia sobre a adopção de restrições à emissão de passaportes, pois é evidente que isso irá gerar muita agitação.

**Nadezhda Nikolova Mikhaylova (PPE).** – (BG) Gostaria de felicitar o Senhor Comissário Barrot pela posição da Comissão Europeia relativamente à liberalização do regime de isenção de vistos para os países dos Balcãs

Ocidentais. Exercia o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros na altura da supressão da obrigação de visto imposta à Bulgária, pelo que sei bem do grande efeito emocional que a isenção de visto e o fim da humilhação teve no espírito dos nossos cidadãos. Porém, paralelamente, enquanto deputado ao Parlamento Europeu, estou totalmente de acordo com a senhora deputada Pack e a senhora deputada Bildt quando salientam que a verdadeira solidariedade europeia obriga a que a União Europeia preste apoio logístico ao cumprimento dos critérios e não ao desrespeito dos mesmos, facto que gera um efeito desmoralizador nas sociedades e isenta os governos de responsabilidades.

A mudança tem de recompensar o esforço desenvolvido e não resultar de um duplo critério. As sociedades dos países dos Balcãs Ocidentais têm de habituar-se a exigir aos seus governos que façam aquilo que lhes compete. Têm de saber que a supressão do regime de vistos é adiada, não por capricho das instâncias europeias, mas sim por os seus governos não terem feito aquilo que lhes incumbia. A solidariedade deve ser dada em troca da assunção de responsabilidades. Quando o que está em causa é uma posição de princípio, a religião e a origem étnica de um indivíduo são irrelevantes.

**Elena Băsescu (PPE).** – (RO) Dou o meu apoio à decisão da Comissão Europeia, que reflecte o compromisso manifestado durante anos a fio no que diz respeito à isenção de visto para os cidadãos da região dos Balcãs Ocidentais. Penso, todavia, que os cidadãos da República da Moldávia deveriam beneficiar dos mesmos direitos no que diz respeito à liberdade de circulação na UE o mais brevemente possível. A União Europeia deve continuar a desenvolver a sua política de porta aberta em relação a estes países, e a isenção de visto constitui um importante passo na via da integração europeia para estes povos.

Para complementar esta decisão, que levará ao desenvolvimento de oportunidades de negócios transfronteiriços e permitirá que as pessoas beneficiem da liberdade de circulação, as Instituições europeias devem considerar a organização de programas culturais e educativos que divulguem os valores europeus nesses países. Com este cenário, reforçar a segurança nas fronteiras e combater a criminalidade internacional deve continuar a constituir uma prioridade.

Por último, desejo reafirmar que a Roménia não reconheceu a independência do Kosovo.

**Zoran Thaler (S&D).** – (SL) Gostaria de manifestar a minha satisfação pelos avanços verificados no processo de liberalização de vistos nos últimos 18 meses. Trata-se de uma grande conquista, e gostaria de exortá-lo a tomar medidas rápidas para prosseguir este caminho.

Nos últimos dias, recebemos relatos de Sarajevo de que o processo de cumprimento dos requisitos do roteiro está a ganhar ritmo, apesar de todas as dificuldades. Isto é também válido em áreas tão sensíveis como a coordenação entre a polícia de Banja Luka e de Sarajevo.

Exorto a Comissão e o Conselho a acompanharem estes avanços continuamente e a mostrarem-se sensíveis a esta questão. A União Europeia deve ser capaz de impor a sua influência a todas as forças políticas da Bósnia e Herzegovina que estão a tentar sabotar o processo. Não podemos permitir que os cidadãos da Bósnia e Herzegovina sofram devido à irresponsabilidade dos seus políticos e temos a obrigação de os ajudar nesta matéria. Exorto a Comissão a incluir o mais rapidamente possível a Bósnia e Herzegovina na zona isenta de vistos.

**Alojz Peterle, relator.** – (SL) Uma abordagem selectiva à isenção de vistos não irá reforçar as perspectivas europeias de nenhum país dos Balcãs Ocidentais cujas comunidades estão divididas, porque a selectividade traz consigo novas divisões. Congratulo-me com todos os movimentos que combatam a selectividade e acredito firmemente que a isenção de vistos para todos os países ajudaria certamente a melhorar a imagem da União Europeia aos olhos dos cidadãos destes países, que precisam de se abrir ao mundo após anos de conflito.

Gostaria ainda de salientar que existem milhares de jovens nestes países que nunca conseguiram viajar para o estrangeiro. A sua única fonte de conhecimento sobre a Europa e o resto do mundo é a televisão. Temos também a obrigação de reforçar as suas perspectivas europeias. Estou ciente dos problemas de segurança, mas aqueles que deixam o seu país com más intenções encontrarão sempre maneira de passar para a UE. Todavia, estamos a reter centenas de milhares de pessoas bem-intencionadas.

Por consequência, gostaria de exortar o Conselho e a Comissão a reverem as suas posições o mais rapidamente possível, a acompanharem os progressos registados nestes países e a suprimirem a exigência de visto para os países que não foram incluídos no primeiro grupo. Muito obrigado.

Naturalmente, apelo aos governos destes países dos Balcãs Ocidentais para que cumpram as suas obrigações logo que possível, no interesse dos seus cidadãos e das suas perspectivas de adesão à UE.

**Petru Constantin Luhan (PPE).** – (EN) Senhora Presidente, a liberalização do regime de vistos para os países dos Balcãs Ocidentais é importante, sendo uma medida que tem, sobretudo, grande significado para os cidadãos comuns da região e que demonstrará claramente os benefícios do processo de aproximação à UE. Estou confiante em que a inclusão condicional da Albânia e da Bósnia e Herzegovina na lista branca se revelará um forte incentivo para o cumprimento do resto dos critérios de avaliação constantes do roteiro. No nosso caso, já em 2001, foi-nos enviado um forte sinal e, no espaço de alguns meses, conseguimos preencher todas as condições ainda pendentes.

É essencial que a Albânia e a Bósnia e Herzegovina sejam incluídas o mais depressa possível na lista branca de Schengen, e a Comissão deverá prestar toda a assistência técnica necessária às autoridades desses dois países com vista ao cumprimento das condições necessárias num curto espaço de tempo.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhora Presidente, não há dúvida de que a liberalização do regime de vistos é extremamente importante para os povos dos Balcãs. Tal como vós, tenho-me encontrado com muitas pessoas – especialmente jovens – frustradas por não poderem viajar pela Europa como gostariam, por não poderem visitar os seus amigos nem usufruir das liberdades de que todos gozamos. Escusado será dizer que a liberalização do regime de vistos para estas pessoas será positiva para elas, para os seus países, para toda a região e para a UE.

É por esta razão que estou encantado com o facto de já terem sido criadas as condições necessárias para dar essa oportunidade aos três países mencionados – a Antiga República Jugoslava da Macedónia, o Montenegro e a Sérvia – no final do ano. É de lamentar que, neste momento, não seja possível incluir todos os países dos Balcãs Ocidentais nesta proposta, mas que ninguém duvide do enorme interesse da Presidência sueca em reforçar o processo de integração – e posteriormente o processo de alargamento – na região dos Balcãs. Aqueles de entre vós que me conhecem saberão como estou empenhada neste assunto.

No entanto, para que este empenhamento seja credível e se torne uma realidade, temos de insistir em que as condições sejam satisfeitas. É essencial que o façamos para bem das populações dos Balcãs Ocidentais e, também, para benefício dos nossos próprios cidadãos. Temos de garantir que os critérios fixados sejam respeitados. Tal como disse o senhor deputado Weber, não podemos fazer concessões em matéria de política externa só para sermos simpáticos. Isto aplica-se quer se esteja a falar de vistos, quer da adesão.

Sei que as pessoas da Albânia e da Bósnia e Herzegovina estão desapontadas. Compreendo isso. Mas não estão esquecidas. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para as ajudar e para tornar possível a liberalização do regime de vistos, inclusivamente no plano técnico. Temos de enviar a esses países um sinal político claro de que a oportunidade de virem a ser incluídos é real. É isso que aqui estamos a fazer hoje. No entanto, compete às autoridades e aos políticos desses países concluir o trabalho que lhes cabe.

Não creio que o desfasamento entre a eliminação dos vistos para os três primeiros países e para a Albânia e a Bósnia e Herzegovina vá causar instabilidade. Pelo contrário, é uma prova de que a UE mantém a sua palavra e que, se fizerem o que é necessário, então cumprimos as nossas promessas. Temos de os apoiar e temos de os ajudar. Penso que esses países conseguirão obter um relatório positivo da Comissão em 2010. O Senhor Comissário Barrot já o afirmou.

No que respeita ao Kosovo, as conversações sobre o regime de vistos começaram quando o Kosovo ainda fazia parte da Sérvia, mas estamos a trabalhar para encontrar uma solução. Espero que a Comissão aponte um caminho no seu relatório, para que, a longo prazo, possamos também levar a liberalização do regime de vistos à população do Kosovo.

A liberalização do regime de vistos proposta para a Antiga República Jugoslava da Macedónia, para o Montenegro e para a Sérvia representa um primeiro passo importante. Espero que esta Assembleia nos ajude a dar esse passo. Espero também que muito brevemente consigamos avançar e dar o passo seguinte no que respeita ao resto da região.

**Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão.** – (FR) Senhora Presidente, antes de mais, gostaria de recordar que este processo é inovador. É a primeira vez que estamos perante uma abordagem verdadeiramente regional. Acrescento que este método do roteiro é um método que se baseia em critérios muito objectivos, muito concretos, que permitem também estimular aqueles futuros Estados-Membros precisamente a tomarem bem consciência de que a nossa Europa tem regras e valores. Insisto um pouco neste ponto. Não se espantarão

com certeza com o facto de a Comissão estar particularmente atenta a tudo o que contribui para a luta contra o tráfico de seres humanos e contra a corrupção. É importante, esta Europa dos valores. Temos de estar muito atentos a isso.

Não sei se fui bem compreendido por alguns de vós: disse claramente que esperávamos apresentar propostas, durante o ano de 2010, relativamente à Bósnia e Herzegovina e à Albânia. Assim, está em marcha um processo que não visa discriminar ninguém. Pretendemos apenas que os critérios objectivos do roteiro sejam cada vez mais bem cumpridos.

É um facto que, no caso da Albânia, há ainda que melhorar a emissão de passaportes biométricos. Eu próprio fui à Albânia entregar o primeiro passaporte biométrico naquele país, e posso dizer-lhes que prestei todos os encorajamentos possíveis no sentido de a Albânia, os seus responsáveis políticos e também os da Bósnia e Herzegovina terem noção dos esforços a desenvolver. Estamos a ajudá-los, por exemplo, na organização dos registos civis, pois é impossível emitir passaportes biométricos sem um registo civil. Não é possível. Assim, estamos a ajudá-los a nível técnico. É evidente que, no meio disto tudo, a Albânia, nomeadamente, tem de aplicar o quadro existente em matéria de luta contra a criminalidade organizada e a corrupção. E, na Bósnia e Herzegovina, tem de existir uma boa gestão das fronteiras e uma cooperação mais estreita entre as autoridades policiais. É isso que pretendemos. Penso que podemos perfeitamente esperar que, em 2010, aqueles dois países irão beneficiar da supressão dos vistos.

Gostaria também de lhes dizer, muito simplesmente, que, para nós, não há qualquer tipo de discriminação étnica ou religiosa. Aliás, na Antiga República Jugoslava da Macedónia, existe uma minoria muçulmana importante. Não se trata de discriminar os 25% ou 30% de Albaneses muçulmanos na Macedónia. Assim, quero, de facto, tranquilizá-los, dizer-lhes que está em marcha um processo que desejámos e que o Conselho aceitou.

E respondo-lhes também relativamente ao Kosovo. Em Março de 2009, uma missão de peritos financiada pela Comissão fez constatações positivas. É um facto que a Comissão encoraja também os Estados-Membros a estabelecerem práticas consulares eficazes em Pristina. Posso confirmar que dispostos em breve de um relatório sobre a situação exacta no Kosovo. É evidente que, com tudo isto, pretendemos abrir esta perspectiva europeia a todos os Balcãs, e estamos a pensar sobretudo na geração jovem. Alguns dos senhores deputados insistiram muito no facto de a facilitação de viagens e de intercâmbios com os outros Estados-Membros da Europa ser, evidentemente, muito benéfica. É por isso, Senhoras e Senhores Deputados, e insisto neste ponto, que construiremos uma Europa das regras e uma Europa dos valores que nos são muito caros.

Posso afirmar, muito simplesmente, que estamos no bom caminho, mas, evidentemente, os dois Estados têm ainda de fazer os últimos esforços necessários. Espero que, em 2010, poderão também ver os vistos suprimidos.

Eis o que posso dizer-lhes, garantindo-lhes, pelo menos, que a atitude da Comissão é uma atitude que pretende ser objectiva, que pretende ser verdadeiramente atenta e em caso algum conduzida num qualquer espírito de discriminação, mas sim num espírito de cooperação. Comprometo-me a isso pessoalmente.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**Sebastian Valentin Bodu (PPE), por escrito.** – (RO) A Comissão Europeia e o Conselho Europeu serão brevemente chamados a anunciar a abertura da União Europeia aos cidadãos da Macedónia, da Sérvia e do Montenegro. Trata-se de um momento muito importante para mais de 10 milhões de habitantes europeus que pretendem obter um visto para atravessar a fronteira da UE. A Macedónia esteve do lado da Europa quando a Europa dela necessitou. A própria Sérvia percebeu que a Europa deseja que ela se junte ao grupo, mas, para isso, terá de se reconciliar com o seu passado recente. A Sérvia trabalhou de perto com as instituições internacionais, designadamente o Tribunal Penal Internacional, e reconheceu os erros cometidos no passado. É chegado o momento de a Europa recompensar os esforços desses Estados para alinharem com as exigências democráticas e económicas próprias da UE-27. A sua caminhada não foi fácil, mas os esforços envidados devem ser plenamente reconhecidos. A Macedónia, a Sérvia e o Montenegro enveredaram definitivamente pelo caminho rumo à União Europeia. É por esta razão que penso que a UE deve pronunciar-se a favor da supressão dos requisitos de visto impostos aos cidadãos daqueles três países. Os seus governos demonstraram que partilham os nossos valores. Uma decisão positiva conferiria, por conseguinte, um novo impulso às reformas internas, tão necessárias na Macedónia, na Sérvia e no Montenegro.

**Cătălin Sorin Ivan (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Congratulo-me com a iniciativa da Comissão de suprimir o sistema de vistos para os cidadãos da região dos Balcãs Ocidentais, mais concretamente da Antiga República Jugoslava da Macedónia, da Sérvia e do Montenegro. Estas medidas, destinadas a aproximar estes Estados e a UE com uma perspectiva de integração, reduzirão significativamente o potencial de conflito na região. No que diz respeito à Roménia, que partilha uma fronteira com a Sérvia, este tipo de medida apenas pode servir para dar mais garantias de relações transfronteiriças amigáveis. Esta medida contribuirá para uma maior liberdade de circulação da população romena na Roménia e na Sérvia, bem como para apoiar o desenvolvimento das relações comerciais entre o nosso país e a Sérvia e o Montenegro. Confio em que a isenção de visto para os três países citados seja apenas o início do processo, e que a medida venha a incluir mais tarde a Albânia e a Bósnia e Herzegovina. Muito embora ainda não tenham cumprido as exigências da Comissão, penso que, com esforços coordenados, os resultados serão visíveis a breve trecho. Antes de terminar, gostaria de referir que a isenção de visto e a liberdade de circulação para os cidadãos dos Balcãs Ocidentais não deve suscitar receios, mas sim difundir a convicção de que a zona de segurança da Europa está a ser alargada em benefício de todos nós.

**Iuliu Winkler (PPE)**, *por escrito*. – (HU) A União Europeia ficou mais forte após cada expansão, não só porque criou um mercado comum de quase 500 milhões de cidadãos, mas também porque garantiu a estabilidade na Europa Central e Oriental. Os países dos Balcãs são parte integrante da Europa. A crise económica ou a ratificação do Tratado de Lisboa não devem atrasar o processo conducente à adesão destes países à União Europeia.

Acredito firmemente que estender o processo de expansão aos países dos Balcãs é um processo essencial que a União Europeia deve apoiar, a fim de reforçar o seu papel global. Não devemos esquecer que o processo de recuperação do atraso dos países dos Balcãs, assim como a cura das feridas provocadas pela sangrenta guerra do final do século XX garantem a estabilidade da União Europeia e o bem-estar da região. A isenção de vistos para a Sérvia, o Montenegro e a Antiga República Jugoslava da Macedónia é um acontecimento extremamente importante para estes países, enquanto parte do seu processo de recuperação do atraso, reflectindo simultaneamente a responsabilidade da União Europeia na região.

Este processo deve ser resolutamente prosseguido e irá permitir que a Bósnia e Herzegovina, a Albânia e – no momento oportuno – o Kosovo possam beneficiar o mais rapidamente possível, depois de reunirem as condições necessárias, da aplicação da isenção de vistos. Apoio, sem reservas, a perspectiva dos políticos europeus que consideram que extinguir as ambições dos países dos Balcãs relativamente à adesão à UE teria consequências nefastas imprevisíveis.

## 15. Lei lituana sobre a protecção de menores (debate)

**Presidente**. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta das seguintes perguntas orais:

- (O-0079/2009) apresentada pelos deputados Sophia in 't Veld, Jeanine Hennis-Plasschaert, Leonidas Donskis, Gianni Vattimo, Sarah Ludford, Ulrike Lunacek, Raül Romeva i Rueda, Jean Lambert e Judith Sargentini, em nome do Grupo VERTS/ALE, ao Conselho, sobre a Lei lituana sobre a Protecção de Menores contra os Efeitos Nocivos da Informação Pública (B7-0201/2009),

- (O-0080/2009) apresentada pelos deputados Sophia in 't Veld, Jeanine Hennis-Plasschaert, Leonidas Donskis, Gianni Vattimo, Sarah Ludford, Ulrike Lunacek, Raül Romeva i Rueda, Jean Lambert e Judith Sargentini, em nome do Grupo VERTS/ALE, à Comissão, sobre a Lei lituana sobre a Protecção de Menores contra os Efeitos Nocivos da Informação Pública (B7-0202/2009),

- (O-0081/2009) apresentada pelos deputados Rui Tavares, Cornelia Ernst, Cornelis de Jong, Marie-Christine Vergiat, Willy Meyer e Kyriacos Triantaphyllides, em nome do Grupo GUE/NGL, ao Conselho, sobre a Lei lituana sobre a Protecção de Menores contra os Efeitos Nocivos da Informação Pública (B7-0204/2009),

- (O-0082/2009) apresentada pelos deputados Rui Tavares, Cornelia Ernst, Cornelis de Jong, Marie-Christine Vergiat, Willy Meyer e Kyriacos Triantaphyllides, em nome do Grupo GUE/NGL, à Comissão, sobre a Lei lituana sobre a Protecção de Menores contra os Efeitos Nocivos da Informação Pública (B7-0205/2009),

- (O-0083/2009) apresentada pelos deputados Michael Cashman, Claude Moraes e Emine Bozkurt, em nome do Grupo S&D, ao Conselho, sobre a Lei lituana sobre a Protecção de Menores contra os Efeitos Nocivos da Informação Pública (B7-0206/2009), e

- (O-0084/2009) apresentada pelos deputados Michael Cashman, Claude Moraes e Emine Bozkurt, em nome do Grupo S&D, à Comissão, sobre a Lei lituana sobre a Protecção de Menores contra os Efeitos Nocivos da Informação Pública (B7-0207/2009).

**Sophia in 't Veld, autora.** – (EN) Senhora Presidente, penso que o assunto que hoje estamos aqui a discutir é de grande importância. Tem a ver com os valores europeus. Apresentámos a pergunta oral e redigimos também uma resolução comum sobre a lei lituana, que é alegadamente sobre a protecção de menores. De facto faz o contrário, pois esta lei poderá muito bem fomentar a ignorância, o tabu e o estigma. Exporá os homossexuais masculinos, as lésbicas e os transexuais jovens e vulneráveis à violência e à exclusão. Conduzirá, portanto, a uma angústia e um sofrimento incomensuráveis por parte dos jovens, precisamente as pessoas que esta lei se destina a proteger. Em vez de proteger, é nociva para os jovens.

Foi por isso que enviámos esta pergunta, e estou muito satisfeita por termos recebido, no Verão, uma carta do Senhor Comissário Barrot manifestando a preocupação da Comissão Europeia acerca desta lei, dizendo que a Comissão Europeia se manterá vigilante relativamente à mesma e velará por que qualquer legislação nacional seja consentânea com a legislação e os princípios europeus. Penso que isso é muito importante, porque a Comissão Europeia não deve intervir apenas quando as regras do mercado são violadas, mas também, e em especial, quando são violados os valores europeus. Não podemos tolerar a discriminação. A Europa é uma comunidade de valores – valores que sei que são partilhados pela maioria dos nossos concidadãos lituanos. Somos todos europeus.

No que se refere à resolução, caros colegas, gostaria de solicitar o vosso apoio explícito à resolução e, em especial, à alteração que procura inserir uma referência às directivas antidiscriminação existentes, pois penso que isso é o mínimo dos mínimos. Solicito também o vosso apoio ao pedido contido na resolução no sentido de se solicitar à Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia um parecer jurídico sobre esta lei.

Por último, penso que, se amanhã aprovarmos a resolução, nos podemos orgulhar, como Parlamento Europeu, de sermos a voz dos valores comuns da Europa.

**Ulrike Lunacek, autora.** – (DE) Senhora Presidente, como disse a oradora que me antecedeu, esta lei aprovada na Lituânia ameaça os valores europeus, o direito europeu e a liberdade das pessoas, nomeadamente a liberdade de jovens, que são lésbicas, gays, bissexuais ou talvez transexuais, viverem a sua vida sem medo. De acordo com esta lei, a informação factual sobre esta matéria é supostamente prejudicial para estes jovens. Posso dizer-vos o que isto significa: significa que estes jovens têm de viver no medo e, possivelmente, sofrer depressões. Sabemos que há uma taxa mais elevada de tentativas de suicídio entre jovens que são lésbicas ou gays ou que, na fase em que se assumem, estão confusos quanto à forma como irão viver as suas vidas.

Esta lei contraria os valores europeus, pelo que me congratulei com o facto de o Senhor Comissário Barrot já ter respondido em Julho. O Senhor Comissário também disse à Região Europeia da *International Lesbian and Gay Association* (ILGA) (Associação Internacional de Lésbicas e Gays) que a Comissão analisaria este texto e explicaria quais seriam os próximos passos. O que gostaria hoje de saber é o que pretendem fazer. O que é que os senhores – e o Conselho – já disseram ao Parlamento lituano? Sabemos que o antigo Presidente lituano e a nova Presidente, que foi Comissária, não aprovam esta lei, mas o Parlamento insiste nela. Congratulo-me com o facto de ter sido apresentada hoje uma proposta, incluindo uma proposta de resolução.

Espero sinceramente que aprovemos todos a resolução amanhã e que possamos solicitar à Agência Europeia dos Direitos Fundamentais que tome uma posição em relação a esta lei, visto que é essa a sua função. Entretanto, deveria ser absolutamente claro na nossa Europa comum que lésbicas e gays não desaparecerão das famílias e escolas só porque há uma lei que proíbe informações sobre eles. Ser diferente é normal, incluindo nesta nossa Europa comum.

**Rui Tavares, Autor.** – Caros Colegas, esta lei começa pretendendo ser uma protecção das crianças contra divulgação da homossexualidade através de informação pública. Mas o que significa isto? Significa que se eu tiver um cinema em Vilnius e quiser pôr um cartaz para o filme "Brokeback Mountain", não o posso fazer? Significa que se eu der uma palestra sobre homossexualidade num lugar público, num teatro ou numa universidade na Lituânia, não o posso fazer? Significa que poderei, tal como foi discutido já no Parlamento lituano, vir a pagar uma multa até 1 500 euros ou fazer um mês por serviço comunitário, de acordo com as alterações ao código penal cujo debate está neste momento a ser feito na Lituânia? Pode, por exemplo, um programa de TV mostrar um casal homossexual que seja feliz ou deve só mostrar um que seja infeliz?

Caros colegas, houve uma data que me surpreendeu na aprovação destas emendas à lei de protecção de menores na Lituânia: foi a data 14 de Julho de 2009. 14 de Julho é, evidentemente, o dia em que nós nos



reunimos aqui pela primeira vez nesta 7ª legislatura e é também o dia que marca os 220 anos dos nossos princípios europeus, princípios do direito à busca da felicidade, princípio da liberdade de expressão e, agora, até o princípio da liberdade de assembleia que está também em risco porque, mais recentemente, também no Parlamento lituano, discutiu-se a possibilidade de impedir realizações como marchas, por exemplo, do "orgulho gay".

Bem, se nós nos reunimos neste dia 14 de Julho de 2009 pela primeira vez aqui, é porque temos um dever, eu diria um dever sagrado de defender estes valores, e são estes valores que estão em causa. Nós sabemos como começam estas coisas, também sabemos sempre onde elas acabam. O que é que vamos fazer a seguir? Nomear uma comissão para ver o que é que é a divulgação ou não divulgação da homossexualidade? Aonde, em livros, em teatros, em cinema, na publicidade?

Vilnius é este ano uma das capitais europeias da cultura, com muito mérito e certamente com muito regozijo por parte de todos os europeus. Mas ser capital europeia da cultura traz também responsabilidades, as responsabilidades de trazer a cultura europeia pelos melhores motivos e não ser vista neste ano pelos piores motivos.

Por isso apelo à votação a favor da nossa resolução e que a agência dos direitos fundamentais dê uma opinião sobre este assunto tão grave. É certamente o mínimo que os deputados desta casa poderão pedir.

**Michael Cashman**, *autor*. – (EN) Senhora Presidente, permita-me que diga, como gay que sou, que tenho orgulho pelo facto de esta Assembleia e outros erguerem a voz contra esta proposta de lei. Esta proposta de lei violará claramente Tratados comunitários sobre direitos humanos, em especial o artigo 6.º, bem como a Directiva-Quadro relativa ao Emprego e políticas gerais sobre não discriminação. É interessante notar que viola também a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, na medida em que incentiva a discriminação de jovens lésbicas e gays. Por isso, quem é que ela protege, e de quê?

Os Conservadores britânicos introduziram uma lei semelhante na Grã-Bretanha em 1988. Foi reconhecido na altura, e é reconhecido agora, que estas leis conduzem à censura e à promoção da discriminação e da homofobia: discriminação e homofobia que destroem a vida das pessoas e mancham a alma dos que as praticam. A proposta de lei foi condenada por ONG, incluindo a Associação Internacional de Gays e Lésbicas, pelo Conselho da Europa e pela Amnistia Internacional, para além de outras organizações. Afecta jovens lésbicas e gays – professores, funcionários públicos – e pode ser utilizada para impedir que jovens tenham acesso a qualquer material – filmes, livros, peças de teatro, obras de arte – criadas por um gay ou uma lésbica. Acaso irão tentar impedir jovens de estudarem as obras de Platão, Shakespeare, Oscar Wilde, Walt Whitman, Tennessee Williams, Tchaikovsky e outros, a música de Elton John, ou de terem como ídolos figuras grandes do ténis como Martina Navratilova? A lei afectará a própria forma de falar, pensar e agir dos jovens e de outras pessoas. E porquê? Os jovens precisam de educação e não de isolamento; precisam de compreender o mundo em toda a sua diversidade e de que os ensinem a respeitar quem é diferente. O amor de um ser humano por outro não diminui nunca por causa do género ou da sexualidade: é amor.

As lésbicas e os gays são mulheres e homens comuns, que a preocupação dos extremistas com a nossa vida sexual e a difamação de que as lésbicas e os gays representam uma ameaça para a sociedade tornam extraordinários. Essa é uma representação deturpada e vil. Qualquer sociedade civilizada é julgada não pela forma como trata a sua maioria, mas pela forma como trata as suas minorias. Por isso digo aos Lituanos e aos cidadãos de toda a Europa: rejeitem este perigoso retrocesso.

(Aplausos)

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, permita-me que comece por salientar que a liberdade de expressão e a não discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género são pedras angulares das nossas sociedades democráticas. A nossa União baseia-se em vários princípios que se espera que todos os Estados-Membros apoiem. Não podemos insistir no respeito pelos direitos humanos e defender esse princípio em relação aos outros países se nós próprios não respeitarmos estes princípios fundamentais dentro da UE.

Estes direitos fundamentais e, em especial, a liberdade de expressão e o direito de não ser alvo de discriminação são reconhecidos no artigo 6.º do Tratado da União Europeia e estão também consagrados nos artigos 10.º e 14.º da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais. Estes princípios estão igualmente estabelecidos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Existe legislação a nível comunitário para salvaguardar esta matéria. A Directiva 2000/78/CE proíbe a discriminação no local

de trabalho baseada na religião ou no credo, na deficiência, na idade ou na orientação sexual. No ano passado, a Comissão apresentou uma proposta destinada a alargar esta protecção a outras áreas.

Essa proposta está actualmente a ser apreciada no Conselho, e o Parlamento já emitiu um parecer positivo. Saudamos esta iniciativa e esperamos que a proposta seja adoptada em breve.

Tenho estado a falar sobre legislação a nível europeu. A nível nacional, os Estados-Membros podem adoptar legislação no domínio das liberdades e direitos fundamentais, mas repito, desde que essa legislação respeite plenamente a legislação primária e secundária da União e da Comunidade, incida numa matéria que não seja da exclusiva competência da Comunidade e se justifique pelo facto de não haver legislação a nível da União ou comunitário.

A lei em questão, adoptada pelo parlamento lituano em Julho, e a alteração proposta ao Código Penal e ao direito administrativo que está a ser discutida são motivo de grande preocupação para a Presidência sueca. No entanto, não devemos esquecer que essa lei ainda não entrou em vigor.

Do nosso ponto de vista, a lei que visa proibir a promoção de uma determinada orientação sexual é contrária a valores fundamentais como a liberdade de expressão e a igualdade entre todas as pessoas. A Presidência tornou bem clara a sua posição nos contactos mantidos com o Governo lituano em diversas ocasiões.

Quanto às questões de carácter mais jurídico levantadas pelos senhores deputados nas suas intervenções, é importante referir que o Conselho não tem um papel formal no que respeita a esta matéria. A compatibilidade entre a legislação nacional e os Tratados não é um assunto da competência do Conselho, nem da Agência dos Direitos Fundamentais. Compete à Comissão avaliar se um Estado-Membro está a respeitar as suas obrigações nos termos dos Tratados. Isto implica não só verificar se a legislação da União e comunitária foi correctamente transposta e está a ser correctamente aplicada a nível nacional, mas também garantir que o direito primário a nível europeu seja respeitado na íntegra. Estou certa de que o Senhor Comissário Barrot dirá que a Comissão pode desencadear o procedimento apropriado se considerar que um Estado-Membro não está a respeitar o direito primário e secundário.

Relativamente ao artigo 13.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, o Conselho ficaria extremamente preocupado se tivesse conhecimento de casos de discriminação com base no género, raça, origem étnica, religião, deficiência, idade ou orientação sexual. No entanto, é necessária uma proposta da Comissão para o Conselho iniciar uma análise para determinar se existe discriminação e, em caso afirmativo, quais as medidas a adoptar. Do mesmo modo, nos termos do artigo 7.º do Tratado, o Conselho só pode agir sob proposta fundamentada de um terço dos Estados-Membros ou da Comissão. Uma vez que a lei em questão ainda não entrou em vigor, não foi apresentada nenhuma proposta desse tipo.

Posso assegurar aos senhores deputados que a questão da discriminação contra a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros) faz parte da ordem dos trabalhos da Presidência sueca. Iremos discuti-la numa cimeira sobre a igualdade, que terá lugar em Estocolmo nos dias 16 e 17 de Novembro.

Levamos, naturalmente, a preocupação do Parlamento Europeu muito a sério. Trata-se de uma questão de respeito pelos direitos fundamentais e pelos direitos humanos. Contudo, em termos formais, terá de ser tratada no âmbito dos quadros jurídico e institucional. Na qualidade de representante do Conselho, tentei responder às perguntas o mais correctamente possível e explicar as limitações. Aguardo com expectativa a oportunidade de ouvir as opiniões dos representantes da Comissão sobre este assunto.

**Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão.** – (FR) Senhora Presidente, a Senhora Ministra expôs muitíssimo bem os aspectos jurídicos do problema.

Quero dizer aqui que a Comissão manifestou repetidas vezes a sua firme condenação de toda e qualquer manifestação de homofobia. É um fenómeno que constitui uma violação flagrante da dignidade humana. Nomeadamente, a Comissão repetiu essa posição perante o Parlamento Europeu em 23 de Abril de 2007, na sessão plenária em que foi adoptada a resolução sobre a homofobia na Europa.

Em todos os domínios abrangidos pelas competências comunitárias, a União, e bem assim todos os Estados-Membros quando aplicam o direito da União, são obrigados a respeitar os direitos fundamentais. Trata-se de princípios vinculativos do direito comunitário.

O projecto de lei lituano sobre a protecção de menores contra os efeitos nocivos da informação pública entra, em larga medida, no campo das competências comunitárias, pois o seu conteúdo diz respeito à aplicação das directivas sobre os serviços audiovisuais e sobre o comércio electrónico.

Assim, a Comissão informou as autoridades lituanas, mesmo antes da adopção do projecto de lei, que algumas das suas disposições suscitavam sérias preocupações no que respeita à sua compatibilidade com os direitos fundamentais e com o direito comunitário. Apesar desse aviso, parece que a versão actual da lei adoptada no passado dia 14 de Julho não dissipa as preocupações previamente expressas pela Comissão.

Neste contexto, a Comissão não pode deixar de manifestar reservas, e reservas sérias, sobre a compatibilidade daquela lei com os princípios da liberdade de expressão, com o princípio da não discriminação e com os direitos das crianças, incluindo o seu direito a aceder à informação necessária ao seu desenvolvimento.

A Comissão não hesitará em tomar todas as medidas apropriadas para garantir o respeito do direito comunitário, incluindo os direitos fundamentais, evidentemente.

Segundo as informações de que dispõe a Comissão, foi criado um grupo de trabalho na Lituânia por iniciativa da sua Presidente, a Sra. Grybauskaitė, com vista a introduzir alterações suplementares à lei. Essas alterações devem ser propostas no final de Outubro. A Comissão vai esperar, como é evidente, o trabalho dessa comissão e o conteúdo das alterações para poder pronunciar-se de forma definitiva sobre a lei tal como ela irá entrar em vigor. Com efeito, não posso deixar de dar razão à Senhora Ministra Malmström quando esta esclareceu que competia à Comissão vigiar – e eventualmente propor sanções e aplicá-las – os incumprimentos das regras da União Europeia e, por maioria de razão, dos direitos fundamentais.

Eis as informações que queria transmitir-lhes, mostrando que a nossa posição é extremamente clara nesta matéria.

**Vytautas Landsbergis**, em nome do Grupo PPE. – (EN) Senhora Presidente, a lei que está a ser criticada e debatida, apesar de apenas entrar em vigor em Março, contém uma única linha que proíbe a promoção da homossexualidade junto de menores; é essa a parte altamente problemática.

O Presidente da República da Lituânia tomou a iniciativa, apresentando de imediato alterações com vista a uma clarificação. Deste modo, a nossa resolução está praticamente a bater a uma porta já aberta. O que devíamos fazer era concentrarmo-nos na intenção do Parlamento.

As palavras-chave na linha problemática sobre a promoção da homossexualidade junto de menores são "promoção" e "menores" – e não "homossexualidade", como alguns pretendem que seja. A possibilidade da promoção directa junto de menores ficou tratada com a aprovação de uma lei. Por "promoção" entende-se uma acção deliberada que vai além da simples e necessária informação actualmente prestada pela educação sexual, que devia incluir uma cláusula de tolerância relativamente à atracção e ao amor entre homossexuais.

Se tivermos os olhos bem abertos, veremos que a promoção da homossexualidade junto de menores pode significar, muitas vezes, consideravelmente mais do que isso – pode ir do incentivo a que a experimentem até à sedução de menores, até mesmo para fins de prostituição homossexual. Os meios de comunicação social poderiam beneficiar dessa prática – provavelmente disseminando essa promoção junto de menores.

Caros colegas, pais e avós, oiçam agora, por favor, o que vos diz o coração. Seriam a favor de que toda esta área de desafios fosse aberta aos vossos filhos e netos?

*(Interjeições de diversos deputados)*

Certo, expuseram as vossas razões.

Então e se eles estiverem expostos a essa "promoção" especial regularmente e sem restrições? Parece que andamos aos tropeções entre dois obstáculos igualmente difíceis: o primeiro, para quem goste de doutrinas complicadas, é o direito das crianças a que abusem delas mentalmente; o segundo é o direito das crianças a serem protegidas para que não abusem delas. Deixemos que sejam elas a autodefinir-se quando atingirem a maturidade.

A minha proposta é que apoiemos as posições que recordam tanto a Convenção sobre os Direitos da Criança como a Declaração dos Direitos da Criança e que se suprima o n.º 1, que neste momento é irrelevante e por isso inadequado para a mais importante Assembleia da Europa.

**Claude Moraes (S&D)**. – (EN) Senhora Presidente, o senhor deputado Landsbergis apresentou uma justificação absolutamente nada convincente desta lei. Fiquei surpreendido, pois pensei que ele a justificasse melhor. O Conselho e a Comissão manifestaram a sua profunda preocupação, e essa é a posição correcta a assumir. A antidiscriminação e a liberdade de expressão são princípios absolutamente fundamentais do direito europeu.

No meu próprio Estado-Membro, como anteriormente referiu o senhor deputado Cashman, tivemos uma lei desse tipo em 1988, mas essa lei já passou à história, e esta também passará à história, porque, como Comunidade de valores que é, uma das maiores forças da União Europeia reside no nosso esforço comum de elevar os critérios de exigência em matéria de direitos humanos e de protecção das nossas liberdades fundamentais. Também é uma situação difícil um Estado-Membro ser o centro das atenções devido a uma violação potencial dessa lei, mas é devido à nossa Comunidade de valores que podemos analisar essas leis e dizer, como disseram a Comissão e o Conselho, que elas nos suscitam profunda preocupação.

A Agência dos Direitos Fundamentais deve fazer o que lhe compete e dar o seu parecer e, como afirmaram a Comissão e o Conselho, há problemas no seio do direito existente, das leis antidiscriminação existentes nesta União Europeia; defendamos o que temos e asseguremos que o Grupo Socialista, juntamente com o nosso partido irmão na Lituânia, condenem esta lei, e façamos votos de que o que realmente aconteça seja que ela passe efectivamente à história.

(Aplausos)

**Leonidas Donskis**, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, a lei lituana sobre a Protecção de Menores dos Efeitos Nocivos da Informação Pública surpreendeu os defensores dos direitos humanos e as pessoas ligadas aos meios de comunicação social na Lituânia e não só por ser excessivamente homofóbica e profundamente antidemocrática.

Permitam-me que chame a vossa atenção para o facto de esta lei ter sido vetada pelo antigo Presidente da Lituânia, Valdas Adamkus, mas a sua decisão ter sido anulada pelo Parlamento lituano. Além disso, esta lei foi severamente criticada pela actual Presidente da Lituânia, Dalia Grybauskaitė. A lei foi avaliada em termos vigorosos pelos meios de comunicação social, por comentadores e defensores das liberdades cívicas e dos direitos humanos do país, que sublinharam a sua substância homofóbica juntamente com as suas implicações políticas extremamente perigosas, como a censura e a autocensura.

Esta lei tem pouco, ou nada, a ver com a protecção das crianças. É, isso sim, contra os gays e as lésbicas do país. Seja qual for o caso, a igualdade estabelecida entre homossexualidade e violência física e necrofilia é moralmente repugnante e profundamente chocante. Ainda assim, é difícil acreditar que seja possível a aprovação de uma lei como esta num país da UE no princípio do século XXI. Pessoalmente, considero esta lei, no mínimo dos mínimos, uma iniciativa infeliz e um profundo mal-entendido.

Estão a ser debatidas no Parlamento da Lituânia alterações ao artigo 310.º do código penal e ao artigo 214.º do código administrativo que irão criminalizar, com a ameaça de multa, trabalho comunitário ou prisão, qualquer pessoa envolvida na promoção da homossexualidade em qualquer espaço público. Se isso não significa resvalar para a homofobia patrocinada pelo Estado e para a criminalização da expressão pública dos nossos cidadãos que são gays e lésbicas, então o que é que significa?

Por último, mas de modo nenhum por ser menos importante, direi que esta lei é uma vergonha, mas mais vergonhosa ainda seria uma tentativa no sentido de a tornar menos clara, de a trivializar e, na realidade, de a justificar. Significa isto que apoio vigorosamente a resolução.

**Raül Romeva i Rueda**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (NL) Senhoras e Senhores Deputados, estamos num momento crucial do processo de integração europeia, pois ainda há bem pouco tempo não teríamos por certo travado este tipo de debate. E isto muito simplesmente porque nenhum parlamento teria alguma vez ponderado aprovar uma lei desta natureza.

Isto significa que não se trata aqui de uma questão interna da política lituana. Em suma, temos de concluir que estamos perante uma questão que afecta de uma forma directa a credibilidade europeia. Nenhum país ou região da União Europeia – e estão aqui as três Instituições – pode guardar ficar calado quando um Estado-Membro aprova leis que perseguem e criminalizam algo tão universal como o direito a escolher a pessoa com quem se quer manter relações afectivas ou sexuais, independentemente do género ou da idade.

Senhor Deputado Landsbergis, falar de uma forma natural sobre homossexualidade, bissexualidade ou transexualidade é a melhor garantia para que uma criança possa viver a sua própria sexualidade com respeito por si própria e pelo resto da comunidade.

Isto é importante porque aquilo que estamos a pedir neste momento é justamente uma garantia de crescimento saudável, sem coerções, sem estereótipos negativos nem criminalização da infância. É precisamente realizando um debate normal sobre esta situação – como estamos a fazer agora – que nós o conseguiremos, e não proibindo-o ou criminalizando-o.

**Konrad Szymański**, em nome do Grupo ECR. – (PL) A Lei sobre a Protecção de Menores na Lituânia foi elaborada com base na preocupação pelo desenvolvimento emocional e psicológico dos consumidores mais jovens dos meios de comunicação social, os quais têm uma presença crescente na vida das crianças. Uma outra preocupação dos legisladores lituanos prende-se com a ideia de que as crianças devem ser educadas de acordo com as convicções dos seus pais. Não creio que haja alguém neste Hemiciclo que não aceite que estas são questões importantes e problemáticas. Estas intenções merecem atenção e não críticas, muito embora não seja essa a principal questão aqui.

Não há qualquer artigo nesta Lei que infrinja a legislação europeia e, na maioria dos casos, a lei nem sequer se relaciona com a legislação europeia. As questões levantadas na pergunta escrita são inquestionavelmente da competência das legislações nacionais dos Estados-Membros. Ninguém deu à União Europeia autoridade para actuar nestas áreas. Este é o motivo fundamental por que somos contra a ideia de levantar esta questão a nível europeu e por que jamais concordaremos com qualquer ideologia específica que justifique a possibilidade de a legislação europeia exceder a sua competência.

É também essa a razão por que não podemos apoiar qualquer das resoluções apresentadas sobre este assunto.

**Eva-Britt Svensson**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (SV) Senhora Presidente, não se trata aqui de uma questão de ideologia. Diria antes que se trata da igualdade de valor de todas as pessoas. Gostaria também de agradecer à Comissão e ao Conselho a sua posição invulgarmente clara. Estou convencida de que o Parlamento, a Comissão e o Conselho irão agora agir concertadamente em relação a esta violação dos valores fundamentais.

Estamos a falar da UE e do respeito da UE pelos direitos humanos fundamentais. Isto deve aplicar-se também a cada um dos Estados-Membros. Na prática, a legislação proposta corre o risco de tornar ilegal toda a informação sobre questões relacionadas com a comunidade LGBT. Imaginem que as pessoas eram subitamente proibidas de lutar pela igualdade de todos os indivíduos independentemente da sua orientação sexual.

A legislação proposta é, sem dúvida, um atentado aos direitos humanos. Não vou sequer contar a quantos direitos humanos é contrária. Direi simplesmente, em poucas palavras: apoio inteiramente esta resolução. Espero que o Parlamento se mostre o mais unido possível, votando a favor desta resolução amanhã.

**Véronique Mathieu (PPE)**. – (FR) Senhora Presidente, antes de mais quero recordar aqui a importância de que se reveste para a União Europeia, para o Parlamento Europeu e para todos os colegas a luta contra todas as formas de discriminação, nomeadamente a discriminação em razão das orientações sexuais.

De que estamos a falar hoje? De um projecto de lei na Lituânia que levanta problemas, que levanta tantos problemas que a própria Senhora Presidente Grybauskaitė se ocupou do assunto. Vetou a lei e criou um grupo de trabalho que vai propor-nos alterações. Assim, confio plenamente nela, e tenho a certeza de que o problema será resolvido e que o Estado-Membro em causa irá encontrar uma solução para este grave problema que é o da discriminação em razão das orientações sexuais. Juntámo-nos numa concertação, alguns grupos propuseram uma resolução e nós congratulamo-nos com o facto de termos encontrado uma resolução comum. Assim, estou convencida, caros colegas, de que esta resolução comum será aprovada amanhã e de que este problema será resolvido.

Evidentemente que é importante que a saúde intelectual e mental das nossas crianças seja protegida, mas recordo-lhes, apesar de tudo, a importância da luta contra todas as discriminações sexuais. Trabalhamos para isso há já longos anos. Temos uma Agência dos Direitos Fundamentais. Que serve para alguma coisa. Batemo-nos para que ela fosse criada, e está fora de questão ela ser hoje abandonada e atirada para o caixote do lixo.

Assim, agradeço-lhes que aprovem esta resolução comum. Agradeço a todos os colegas que se empenharam nestas negociações. É com grande prazer que verifico que conseguimos construir esta resolução comum, que espero que seja aprovada no Hemiciclo amanhã.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**. – (LT) Saúdo a iniciativa do Parlamento Europeu de lançar um debate sobre a questão da Lei sobre a Protecção de Menores contra os Efeitos Nocivos da Informação Pública, aprovada graças aos esforços dos partidos de direita lituanos. É lamentável que a lei tenha sido aprovada sem que a observância das normas internacionais e da legislação da União Europeia tenha sido suficientemente debatida e avaliada. A voz das organizações não-governamentais também caiu em ouvidos moucos. Sob pretexto do nobre objectivo de proteger os direitos das crianças, foi, na realidade, criada uma base jurídica para dividir a sociedade, restringir a informação e discriminar grupos da sociedade. O ex-Presidente da Lituânia vetou o

projecto de lei, enquanto a nova Presidente criou um grupo de trabalho, que irá apresentar um novo projecto de lei ao Parlamento, na sessão do próximo Outono.

Espero que haja na Lituânia vontade política suficiente para melhorar a lei, tanto mais que temos a experiência da adopção e da aplicação de leis progressistas neste domínio. Há seis anos, a lei sobre igualdade de oportunidades foi aprovada graças aos esforços dos sociais-democratas lituanos, e proibia qualquer discriminação directa ou indirecta em razão da idade, orientação sexual, deficiência, raça ou origem étnica, em todos os domínios da vida. Neste momento, um projecto de directiva semelhante está a ser discutido no Conselho de Ministros. Esta resolução do Parlamento Europeu deverá incentivar o parlamento lituano a aprovar essa lei, que respeita os direitos humanos e as liberdades fundamentais, e na qual não há lugar para qualquer forma de discriminação, incluindo a discriminação em razão da orientação sexual.

**Emine Bozkurt (S&D).** – (NL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhora Ministra, Senhoras e Senhores Deputados, tal como todos vós, estou chocada com o facto de haver um parlamento na Europa que é capaz não só de propor medidas deste tipo, mas também de as aprovar efectivamente. Esta lei não só constitui uma violação inaceitável dos direitos dos homens e mulheres homossexuais na Lituânia, como é também gravemente lesiva da posição dos homossexuais em toda a Europa. O parlamento da Lituânia está a dizer a esses cidadãos que a sua orientação sexual é algo de que deviam envergonhar-se e contra o qual as crianças têm de ser protegidas.

Espero que a Comissão e a Presidência sueca deixem absolutamente claro ao Governo da Lituânia que valores fundamentais como a igualdade de tratamento e a não-discriminação não são negociáveis na Europa – nem agora, nem nunca, nem por ninguém. Por essa razão, gostaria que o Senhor Comissário promettesse concretamente, aqui e agora, que a Comissão não hesitará um momento sequer em levar a Lituânia ao Tribunal de Justiça Europeu se esta lei entrar em vigor.

**Miroslav Mikolášik (PPE).** – (SK) A Lituânia aprovou uma lei que proporciona uma protecção importante às crianças e jovens contra os efeitos externos de informações que poderiam prejudicar seriamente o seu futuro desenvolvimento. É claro que a política social e familiar é da competência de cada Estado-Membro da UE e, por isso, nenhuma iniciativa europeia pode condenar a Lituânia por causa disso.

A lei em causa não infringe quaisquer padrões internacionais no domínio dos direitos humanos. Estudei o assunto e foi este o resultado a que cheguei. Estou firmemente convencido, pelo contrário, de que a lei reforça processos de protecção das crianças contra a exposição a informações ou imagens das quais – e eu sublinho isto – os seus próprios pais as querem proteger.

Gostaria de apelar a uma aplicação consequente do princípio da subsidiariedade que a Irlanda garantiu no protocolo ao Tratado de Lisboa. Por tudo isso, estas “advertências a países e Estados-Membros” estão a criar um grave precedente em domínios claramente sensíveis como o da família.

**Justas Vincas Paleckis (S&D).** – (LT) Pela primeira vez na história do Parlamento Europeu, nesta ilustre Assembleia, as acções do parlamento lituano estão a ser debatidas num contexto negativo. Independentemente da inocência ou da boa vontade dos autores e defensores das leis em debate, elas claramente não nos conduzirão para uma Europa do século XXI. Julgo que o excesso de confiança da maioria do Seimas (parlamento lituano) no seu sentido de justiça desempenhou o seu papel – acima de nós só o céu, nós fazemos o que queremos e não nos preocupamos com os compromissos internacionais. Este debate constitui uma reacção muito séria por parte do Conselho e da Comissão; trata-se de uma advertência aos legisladores lituanos de que não devemos recuar, quase até à Idade Média, mas sim agir, olhando em frente, e aproveitando a experiência e as tradições dos países da União Europeia. Por consequência, estes debates são necessários, da mesma forma que o é esta resolução.

**Cecilia Wikström (ALDE).** – (SV) Senhora Presidente, todas as pessoas nascem iguais e têm o mesmo valor, que é inviolável. Por conseguinte, o Parlamento tem de dizer hoje muito claramente que estamos a falar de cidadãos da Europa, independentemente do Estado-Membro em causa. Atendendo a que os valores fundamentais da UE são a tolerância, a abertura e a liberdade, congratulo-me com o facto de o Presidente da Comissão, recentemente eleito, ter hoje tornado claro que vai nomear um Comissário cuja pasta incluirá precisamente estas questões de direitos humanos e liberdades fundamentais.

É particularmente lamentável que um país como a Lituânia – que em tempos esteve sujeito à repressão e a uma ditadura – tenha agora, como Estado livre e independente, proposto a introdução de uma lei tão ignóbil, uma lei que representa uma forma de censura, falta de liberdade e intolerância. Todos aqueles de entre nós que apoiam os princípios democráticos e têm algum bom senso devem agora denunciar enfaticamente esta

lei lituana e têm de votar amanhã. Que os deputados desta Assembleia recordem uns aos outros que o mais importante é o amor.

**Anna Záborská (PPE).** – (SK) Em 2006, a Eslováquia foi condenada por pedir liberdade de consciência. Hoje, a Lituânia encontra-se perante esta comunidade por querer proteger as crianças da sexualização da sociedade. Considero este debate uma manipulação da Carta dos Direitos Humanos Fundamentais, um documento vinculativo do ponto de vista jurídico.

Esta Câmara está a ignorar a legitimidade de um parlamento nacional que aprovou duas vezes a lei, sem crítica. Esta Câmara está a exigir uma opinião da Agência dos Direitos Humanos. No entanto, a Agência não tem autoridade para examinar o impacto de leis nacionais. Tenho uma questão: o que vão pensar os irlandeses, antes do referendo que está prestes a realizar-se? Devem estar a pensar que, em breve, serão criticados aqui, nesta Câmara, por causa das suas leis de protecção à família e à vida.

Lamento que aqui, neste estimado Parlamento, não respeitemos valores europeus, não respeitemos a diversidade e a cultura nacional e não respeitemos a protecção das crianças e o direito dos pais a educar os seus filhos.

**Cecília Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhora Presidente, penso que as três Instituições tornaram a sua posição muito clara neste debate. O respeito pelos direitos humanos, a tolerância, a inviolabilidade do indivíduo e a proibição da discriminação com base – nomeadamente – na orientação sexual são valores fundamentais do projecto europeu e é necessário que continuem a sê-lo. Os Estados-Membros têm a obrigação de respeitar não só estes valores, mas também as leis que efectivamente lhes dão aplicação dentro da UE.

A Presidência está muito preocupada com a lei em questão, mas sabemos que ela também está a ser objecto de debate e de críticas na Lituânia. Tal como aqui foi referido, a Senhora Presidente Grybauskaitė – que desempenhou anteriormente o cargo de Comissária e está bem informada sobre os valores e as leis da UE – já iniciou ela própria um processo tendo em vista a revisão da lei em causa e a sua compatibilização com a legislação da UE. Congratulo-me sinceramente pelo facto de a Comissão ter explicado tão claramente o que acontecerá se, contrariamente às expectativas, aquela lei entrar em vigor na sua versão original.

**Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão.** – (FR) Senhora Presidente, apoio integralmente as conclusões da Senhora Ministra. E espero também que o grupo de trabalho criado pela Senhora Presidente Grybauskaitė possa permitir evitar uma lei que, em certos aspectos, violaria o direito europeu.

Insisto neste ponto: tememos que algumas disposições da lei sejam contrárias a certas directivas, nomeadamente sobre os serviços audiovisuais e sobre o comércio electrónico. Mas não temos, com efeito, autoridade em matéria de direito de família, que é da competência dos Estados-Membros. Assim, tudo o que foi dito anteriormente e durante o debate mostra que há que proceder a uma melhor apreciação da matéria a nível nacional, neste caso na Lituânia.

**Presidente.** - Nos termos do artigo 115.º do Regimento, declaro que recebi cinco propostas de resolução<sup>(2)</sup> para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 17 de Setembro de 2009.

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Carlo Casini (PPE), por escrito.** – (IT) O meu parecer sobre a proposta de resolução relativa à protecção de menores na Lituânia pretende manifestar uma preocupação institucional muito séria. É frequente deputados em nome individual ou grupos políticos quererem tratar questões relacionadas com a política interna dos Estados, o que não me parece correcto. No caso vertente, parece pretender-se que o Parlamento Europeu exprima um parecer substancialmente negativo sobre uma lei da Lituânia – cujo conteúdo não se conhece inteiramente – com o objectivo louvável de proteger os menores, mas impondo sub-repticiamente uma posição cujo sentido foi deixado ao critério dos Estados-Membros. Devo dizer que foi isso que foi estipulado, em várias ocasiões, pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. O princípio da igualdade não se discute, e ninguém está a querer pôr em causa a dignidade das pessoas com determinadas orientações sexuais. A

(2) Ver Acta.

minha reserva é de natureza institucional, pois diz respeito às relações entre a União Europeia e cada um dos Estados-Membros.

**Joanna Senyszyn (S&D)**, *por escrito*. – (PL) A discriminação é proibida ao abrigo da legislação europeia e internacional. Existem disposições para o efeito nos Tratados, na Convenção Europeia dos Direitos do Homem e na Carta dos Direitos Fundamentais. Nenhum Estado-Membro pode aprovar legislação que seja contrária a estes documentos.

A lei lituana em causa é inadmissível, pois a sua natureza é homofóbica e absurda. A homofobia é uma doença. As pessoas que são atormentadas pelo ódio aos homossexuais não merecem boa vontade. Não são propriamente homófobos, são chauvinistas da orientação sexual. E tal como outros chauvinistas, devem ser postos em causa e devem ser aprovadas leis adequadas contra os mesmos.

Em 1990, a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional das Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde. Ficou também confirmado que a orientação sexual, seja ela qual for, não é uma anomalia.

Em qualquer sociedade, incluindo a sociedade lituana, existem lésbicas, gays e bissexuais. Representam 4 a 7% da população. São uma minoria com plenos direitos. As marchas pela igualdade, que causam tanta preocupação a algumas pessoas, são organizadas, entre outras razões, para lembrar os cidadãos deste princípio de igualdade básico e fundamental.

Por isto, deixo aqui um apelo ao Conselho e à Presidência no sentido de tomarem as medidas adequadas para impedir os Estados-Membros de aprovar legislação discriminatória. É imperioso mostrar que a União Europeia diz um firme “Não” a todas as formas de discriminação e intolerância.

#### **PRESIDÊNCIA: WALLIS**

*Vice-presidente*

### **16. Período de perguntas (perguntas ao Conselho)**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o Período de Perguntas (B7-0203/2009).

Examinamos hoje as perguntas dirigidas ao Conselho.

Pergunta n.º 1, de **Marian Harkin** (H-0259/09)

Assunto: Bem-estar dos animais

O bem-estar dos animais constitui uma das prioridades da Presidência sueca, tendo alguns países, como a Irlanda, já adoptado com êxito programas de protecção dos animais no que se refere ao transporte de animais vivos, nomeadamente o “Suckler Cow Welfare Scheme” (regime de bem-estar das vacas em aleitamento), que permite assegurar que os nossos vitelos desmamados destinados à exportação sejam mais fortes e estejam mais bem preparados para enfrentar a viagem. Neste contexto, tencionará a Presidência sueca considerar regimes deste tipo para a exportação de animais vivos, de forma que toda a nova legislação reflita um equilíbrio entre a exportação sustentável de animais vivos e a salvaguarda do bem-estar dos animais? Além disso, considerando que a Irlanda é uma nação insular, que depende em grande medida do comércio de exportação de vitelos desmamados, tenciona a Presidência sueca apresentar alguma proposta que possa inibir este comércio vital para a Irlanda?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, tenho a honra de responder à pergunta da senhora deputada Harkin. O Conselho partilha da preocupação da senhora deputada quanto ao bem-estar dos animais. A apresentação sistemática de propostas pela Comissão tem conduzido ao estabelecimento permanente de um volume considerável de legislação comunitária sobre esta matéria. A Presidência sueca pretende prosseguir o debate sobre o bem-estar dos animais e as boas práticas pecuárias. Trata-se de questões prioritárias da nossa Presidência no domínio da agricultura, e está prevista a realização de uma conferência dedicada especialmente ao bem-estar dos animais na cidade de Uppsala, nos dias 8 e 9 de Outubro.

A conferência basear-se-á nos resultados do projecto “Welfare Quality”, financiado pela UE. Desde 2004, este projecto já produziu um sistema baseado em conhecimentos científicos para avaliar até que ponto os animais são bem tratados na agricultura. O projecto está igualmente a estudar as melhores maneiras de prestar



informação aos agricultores, consumidores e outras partes interessadas. Mais de 40 instituições e universidades da UE e da América Latina participaram no projecto. Um outro tópico que será discutido na conferência é a forma de melhorar o bem-estar dos animais a nível mundial. Haverá intervenções de oradores de organizações internacionais, tais como a OMC e a FAO, empresas mundiais e indústria internacional da carne, bem como representantes dos EUA e da Namíbia.

Os resultados da conferência poderão ser relevantes para as conclusões que o Conselho deverá apresentar em resposta à comunicação da Comissão sobre a rotulagem de produtos que respeitam as normas de protecção dos animais. No que se refere à apresentação de propostas legislativas, estou certa de que a senhora deputada sabe que a iniciativa legislativa cabe à Comissão. A Presidência sueca está neste momento a apreciar uma proposta da Comissão relativa a uma nova directiva sobre a protecção dos animais utilizados para fins científicos. Nesta altura, não existem mais propostas legislativas da Comissão relativas ao bem-estar dos animais que devam ser tratadas durante a Presidência sueca.

**Marian Harkin (ALDE).** – (EN) Deixa-me muito satisfeita a sua afirmação de que deseja prosseguir o debate e de que vai realizar-se uma conferência em Uppsala sobre o assunto. A verdade é que a legislação existente está em vigor há apenas cerca de dois anos. Sei que nós, na Irlanda, alinhamos sem dúvida na sua aplicação. Assegurámos a formação de tratadores. Modernizámos os sistemas de transporte e, em consequência de tudo isso, o nosso comércio funciona muito bem, mas, se deixarmos de a aplicar, desaparecerá a concorrência no mercado nacional, e não só, como é evidente. O que pergunto é se é realmente importante modificar legislação que de facto só está a ser aplicada e só está a funcionar efectivamente há dois anos. A outra pergunta era sobre quais são os dados científicos sólidos existentes que demonstram a necessidade de tomar esta medida.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Bem, como a senhora deputada disse, é importante avaliar devidamente esta questão e ver o que está a ser feito e quais têm sido os resultados.

Estamos a reunir evidência científica. Para a conferência de Uppsala, convidámos peritos e cientistas para providenciarem o pano de fundo das discussões na conferência. Como disse, esperamos que essas discussões possam servir de base para a resposta do Conselho à comunicação que será apresentada pela Comissão. É o que posso dizer de momento.

Mas também recebemos de braços abertos os pareceres do Parlamento Europeu. Esperamos que este possa ser um óptimo começo para as discussões que vão realizar-se e que possamos reunir a máxima informação possível.

**Mairead McGuinness (PPE).** – (EN) Apenas um aspecto: espero que a ciência prevaleça sobre as emoções relativamente ao transporte de animais.

Gostaria que tratasse a questão do transporte de cavalos, que, a meu ver, não tem sido suficientemente tratada, e penso que neste momento há grandes preocupações a esse respeito.

Considero que as preocupações relativas ao bem-estar dos animais nas explorações agrícolas poderão vir a aumentar devido aos preços desastrosos que, em muitos dos nossos Estados-Membros, são pagos aos agricultores pelos seus produtos. Eles fazem tudo o que podem para manter elevados padrões de bem-estar num cenário caracterizado por preços muito baixos das matérias-primas e, portanto, de ausência de rendimento das explorações agrícolas. Penso, pois, que é necessário sermos sensíveis a esta questão.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Este é um assunto muito polémico na Irlanda e proveitoso para os defensores de um voto no "Não" relativamente ao Tratado de Lisboa. Tendo em conta esse facto e o facto de a Irlanda ser uma ilha, e ainda o facto de que, sem exportação de animais vivos, estarão reunidas condições favoráveis ao funcionamento de um cartel, em especial para os preços da carne de bovino e ovino, pode dar-nos alguma esperança de que esta questão possa ser tratada, ou se chegue a um compromisso sobre ela, antes da votação do Tratado de Lisboa, no dia 2 de Outubro?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Compreendo perfeitamente as preocupações de determinados deputados desta Assembleia e dos cidadãos, mas, infelizmente, não posso prometer que este assunto fique resolvido antes do referendo.

Aguardamos neste momento a proposta da Comissão, que está atrasada por motivos que desconheço. Assim que chegar, lançar-nos-emos a ela e começaremos a discuti-la. Mais não posso dizer-vos, porque estamos à espera da proposta da Comissão. Faço votos de que possamos fazer este trabalho avaliando a questão e analisando-a de um ponto de vista científico e objectivo, e não com dramatismos.

Pergunta n.º 2, de **Claude Moraes** (H-0262/09)

Assunto: Tráfico de crianças na UE

Um relatório publicado em Julho pela Agência dos Direitos Fundamentais (ADF) realçou a gravidade do problema do tráfico de crianças na UE. Dentro das nossas fronteiras é elevado o número de crianças vítimas de tráfico para fins de exploração sexual, trabalho forçado, adopção e extracção de órgãos.

Congratulo-me com a inclusão do tráfico de seres humanos entre as prioridades do programa de trabalho da Presidência sueca, mas gostaria de saber se serão ponderadas propostas específicas em matéria de tráfico de crianças, como recomendado pela ADF?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, a Presidência sueca partilha da preocupação do senhor deputado quanto ao tráfico de crianças para fins de exploração sexual ou outros. Este tipo de escravidão moderna é uma das formas mais lucrativas de criminalidade organizada internacional. Trata-se, evidentemente, de uma prática odiosa e de um problema grave, tanto dentro da UE como no resto do mundo. O tráfico de seres humanos há muito que é um ponto importante da ordem dos trabalhos da UE e temos, nitidamente, de continuar a adoptar um conjunto de medidas destinadas a combater esta violação terrível dos direitos mais fundamentais.

A Europa tem de redobrar os seus esforços no que respeita a medidas de prevenção e à luta contra a criminalidade organizada, bem como à protecção das vítimas de crimes. O empenhamento da UE em combater o tráfico de seres humanos está bem patente na adopção e introdução tanto de legislação como de instrumentos não vinculativos sobre esta matéria. Em 1997, foi adoptada uma primeira acção conjunta destinada a combater o tráfico de seres humanos. A lei mais importante é a decisão-quadro de 2002 relativa à luta contra o tráfico de seres humanos.

Em Março de 2009, a Comissão apresentou uma proposta sobre uma nova decisão-quadro relativa à prevenção e ao combate ao tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas de tais actividades. Pretendia-se que este texto substituísse a decisão-quadro de 2002. Um dos objectivos da proposta é assegurar o tratamento especial de vítimas vulneráveis – as crianças – em investigações criminais e processos penais, com vista a prevenir a chamada vitimização secundária.

Esta proposta está ligada a uma outra ainda mais orientada para as necessidades específicas das crianças, isto é, a proposta de uma decisão-quadro relativa à luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil e que revoga a Decisão-Quadro 2004/68/JAI, que a Comissão apresentou ao mesmo tempo. O objectivo é criar um quadro jurídico mais coerente, torná-lo mais eficaz e reforçar as sanções contra os autores dos crimes em causa.

Estas duas propostas estão neste momento a ser discutidas no Conselho. Baseiam-se num consenso internacional significativo, e, sobretudo, no Protocolo de Palermo das Nações Unidas e nas medidas destinadas a combater o tráfico de seres humanos contidas na Convenção Europeia sobre os Direitos do Homem, bem como na Convenção do Conselho da Europa relativa à Protecção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual.

Em conjunto com uma conferência ministerial que a Presidência vai realizar em Bruxelas nos dias 19 e 20 de Outubro, que incidirá em medidas abrangentes da UE contra o tráfico de seres humanos, será apresentado e discutido em pormenor o relatório da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, e as conclusões serão apresentadas ao Conselho. A Presidência sueca tenciona igualmente levantar as questões do tráfico de seres humanos e do abuso sexual de crianças como questões prioritárias no âmbito do Programa de Estocolmo, que tencionamos adoptar na Cimeira de Dezembro.

**Anna Hedh**, *em substituição do autor*. – (SV) Muito obrigada, Senhora Ministra. Sei que esta questão é extremamente importante. Na Suécia, temos insistido nela nos últimos anos, tal como tem feito a UE. Gostaria simplesmente de fazer notar que me parece lamentável que os deputados do Parlamento Europeu não possam participar na conferência dos dias 19 e 20 de Outubro por estarmos aqui em Estrasburgo, o que significa que não poderemos estar ao mesmo tempo em Bruxelas para participar nessa importante conferência. É lamentável, mas é a realidade.

Sei, também, que a Presidência sueca disse que desejava levantar a questão da exploração das crianças no contexto das viagens e do turismo. A intenção era fazê-lo na conferência de 20 de Novembro, quando o Grupo Intergovernamental Permanente *L'Europe de l'Enfance* se reunir, mas agora ouvi dizer que a Presidência não irá levantar a questão. Porquê? Tenciona a Presidência levantá-la noutra ocasião?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, agradeço à senhora deputada Hedh. Sei que a senhora deputada Hedh está muito empenhada nestas questões.

É de lamentar que a conferência em Bruxelas coincida com a sessão. A conferência foi marcada para as datas em causa para coincidir com o Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos, que se celebra na mesma altura. É por esta razão que as datas coincidem. É realmente de lamentar que assim seja.

Quanto à segunda pergunta da senhora deputada sobre o facto de a questão ter sido posta de parte, não tenho conhecimento disso. Terei de verificar o que se passa e talvez enviar posteriormente uma resposta à senhora deputada Hedh.

**Elizabeth Lynne (ALDE)**. – (EN) Muito obrigada pela sua resposta. Também tenho pena de que a conferência se realize numa data em que estamos em Estrasburgo. Poderá, porém, certificar-se de que na agenda dessa conferência se dá efectivamente destaque à Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o Tráfico de Seres Humanos? É que há diversos Estados-Membros que ainda não a assinaram e há alguns Estados-Membros – incluindo a Suécia, claro – que não a ratificaram. Por isso penso que é muito importante garantir que ela ocupe um lugar cimeiro na agenda dessa conferência, para que possamos fazer da luta contra o tráfico de seres humanos uma realidade. Temos as ferramentas necessárias. Precisamos, efectivamente, de dar andamento à questão.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Sim, Senhora Deputada Lynne, chamarei a atenção dos organizadores para essa questão.

Pergunta n.º 3, de **Mairead McGuinness (H-0264/09)**

Assunto: Mensagem por ocasião da Reunião de Alto Nível da FAO

Que mensagem apresentará o Conselho, em nome da União Europeia, na próxima reunião da Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, vamos abordar muitas questões diferentes.

A Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) terá início em 18 de Novembro. Um dos pontos mais importantes da sua ordem dos trabalhos é a reforma da FAO. O processo de reforma baseia-se no plano de acção aprovado por todos os membros da FAO em 2008. Este plano de acção prevê muitos tipos diferentes de reformas. Entre outras coisas, as futuras actividades da FAO serão determinadas por um sistema de gestão baseado em resultados, que irá promover uma maior eficiência em termos de afectação e utilização de recursos escassos. Esperamos igualmente que o processo de reforma produza efeitos a longo prazo no trabalho da FAO sobre assuntos relacionados com os seus recursos humanos e gabinetes locais. A conferência ocupar-se-á ainda de assuntos relacionados com alterações ao acto constitutivo da FAO e das reformas do Comité de Segurança Alimentar Mundial.

Esta reforma é importante porque está ligada ao estabelecimento de uma parceria mundial para a agricultura, segurança alimentar e abastecimento. A fim de discutir estes assuntos a um nível político, a FAO vai realizar uma Cimeira Mundial sobre Segurança Alimentar, em Roma, de 16 a 18 de Setembro. A Presidência estará representada nessa cimeira e apresentaremos uma declaração que se baseia, em parte, nas conclusões do Conselho em matéria de segurança alimentar e que será adoptada na conferência da FAO.

Nas suas conclusões sobre a FAO, de 11 de Novembro de 2008, o Conselho reconheceu que a actual crise alimentar exige uma resposta comum, unida e coordenada, por parte da comunidade mundial, apoiada pela sociedade civil e pelo sector privado. Para esse efeito, a UE deve apoiar uma parceria mundial para a agricultura e a alimentação, em conformidade com o seu plano de acção relativo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, medida que o Conselho Europeu saudou em Junho de 2008.

Além disso, nas suas conclusões, o Conselho congratulou-se com a reforma da FAO, que está a ser realizada de uma maneira construtiva por todos os Estados membros da organização, no âmbito do comité da conferência. Assim sendo, a Presidência considera que a cimeira deveria ter um objectivo político claro e lançar um novo sistema de gestão para a segurança alimentar mundial, com um Comité de Segurança Alimentar Mundial rejuvenescido e fortalecido a desempenhar um papel preponderante.

A Presidência considera que é essencial que esta cimeira estabeleça um sistema operacional e orientado para o futuro, capaz de fazer face à actual crise alimentar e de promover a intensificação dos esforços no sentido da consecução do primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio – erradicar a pobreza extrema e a

fome. A reforma do Comité de Segurança Alimentar Mundial e o amplo empenhamento na parceria mundial serão extremamente importantes para a realização desse objectivo.

A Presidência crê que a cimeira se deve propor esse objectivo político claro, lançar um novo sistema para a gestão das disponibilidades alimentares mundiais, com um Comité rejuvenescido e fortalecido a desempenhar um papel preponderante. Ao nível operacional, a Presidência considera que a cimeira deve estabelecer um sistema forte e voltado para o futuro, capaz de superar o desafio da actual crise alimentar e de promover uma intensificação dos esforços no sentido da consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

**Mairead McGuinness (PPE).** – (EN) Agradeço muito a resposta pormenorizada que recebi. Gostaria de concentrar toda a atenção sobre a atitude da Presidência sueca em relação ao papel da política agrícola comum no apoio à ideia e ao desejo de segurança alimentar a nível mundial. Que papel pensam que a nossa política poderá aí desempenhar? Consideram importante termos uma política comum na Europa, dadas as nossas preocupações acerca da segurança alimentar mundial?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Não discutimos esse assunto no Conselho no contexto desta conferência específica, mas é nítido que a política agrícola comum pode desempenhar um papel e, além disso, quando discutirmos o assunto no futuro, poderá também desempenhar um papel crescente na promoção da participação dos países mais pobres no mercado comum, e também em relação aos aspectos em que podemos ajudar a atenuar e a eliminar a grave crise que se regista actualmente.

Fizemos isso. Agora a situação mundial parece um pouco melhor. Há notícias positivas provenientes de quase todos os mercados. Isso é excelente, e eu daria um pouco mais de tempo para reflectirmos sobre a forma de abordar estes conflitos no futuro e também sobre a forma de utilizarmos uma política agrícola comum ligeiramente reformada para ajudar os países pobres e para evitar situações semelhantes.

**Marian Harkin (ALDE).** – (EN) Estamos a debater a segurança alimentar a nível mundial, mas gostaria de mencionar brevemente a segurança alimentar na UE. Na minha opinião, a segurança alimentar na UE depende da produção alimentar da UE. Ainda hoje, nós, os deputados da Comissão da Agricultura do Grupo ALDE, tivemos uma reunião com a Senhora Comissária Fischer Boel em que discutimos precisamente essa questão e o futuro da PAC, já aqui referido, especialmente a partir de 2013, e o facto de o orçamento poder vir a ser reduzido, entre outros assuntos. As implicações para a produção alimentar na UE são mesmo muito graves.

Sei que isto é apenas um aspecto do debate mais alargado que aqui estamos a realizar esta noite, mas, mesmo assim, é da maior importância para as pessoas que estão ligadas à agricultura. A Senhora Presidente em exercício já respondeu, mas, se puder dizer mais alguma coisa sobre a posição da Presidência sueca em relação a isto, ficaria muito grata.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Trata-se de um debate complexo e muito longo. Tem a ver com a conferência em si, mas é, evidentemente, algo que vai muito mais longe. Não tencionamos verdadeiramente começar a discutir esses assuntos; temos estado à espera de receber um elemento, uma comunicação da Comissão sobre o futuro orçamento. Conforme acordado pelo Conselho já em 2004, foi prometido que teríamos uma revisão profunda das receitas e despesas orçamentais, incluindo, evidentemente, a PAC, que representa uma parcela tão grande do orçamento. Essa comunicação tem sofrido atrasos, e agora diz-se que será apresentada no final do ano. Se assim for, nós, na Presidência sueca, tencionamos realizar um primeiro debate entre os Estados-Membros sobre a comunicação, mas competirá à Presidência espanhola começar realmente a trabalhar nestas questões. Por conseguinte, de momento, não posso dar-lhe mais informações.

Pergunta n.º 4, de **Rodi Kratsa-Tsagaropoulou (H-0267/09)**

Assunto: Pacto de Estabilidade e de Desenvolvimento

O Conselho Europeu de Junho confirmou o seu empenhamento em relação a finanças públicas saudáveis e ao Pacto de Estabilidade e Desenvolvimento. Contudo, até ao final do ano, estima-se que terão sido iniciados processos por défice excessivo contra nada menos de 20 Estados Membros. Que iniciativas irá a Presidência tomar para realizar o seu objectivo de uma aplicação adequada e responsável do Pacto de Estabilidade e que dificuldades detectou até hoje para a sua correcta aplicação? Considera a Presidência que a crise impõe um nova revisão do Pacto, ou a reforma efectuada em 2005 é suficiente para que este seja respeitado e eficaz nas condições actuais? Que estratégia de saída e de redução do défice público propõe e qual o seu calendário? Considera que 2010 deve ser o ano de saneamento das finanças públicas e de disciplina orçamental ou que haverá que manter uma certa elasticidade nas finanças públicas, em particular na perspectiva das previsões de redução do emprego?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Essa questão também já foi discutida hoje. Durante a crise actual, as autoridades públicas adoptaram medidas extraordinárias tanto em termos de política monetária como de apoio orçamental. Esses esforços foram necessários e apropriados e foram importantes para evitar uma crise ainda mais grave, para estabilizar a economia e para impedir uma recessão económica acentuada. A estabilização da situação económica e financeira não significa, porém, que a recessão terminou. Temos de ser extremamente cuidadosos e garantir que a nossa política para o futuro conjugue o apoio necessário à recuperação – que esperamos que exista – com uma atitude responsável em relação a financiamentos públicos sustentáveis a médio e longo prazo.

É precisamente devido à necessidade de encontrar um equilíbrio entre estes dois objectivos que a flexibilidade adoptada na revisão do Pacto em 2005 é uma medida tão sensata. Em tempos económicos difíceis, as autoridades têm de tomar as medidas necessárias para promover a actividade económica. Contudo, assim que a recuperação entre em bom ritmo e esteja a ser impulsionada pelo seu próprio dinamismo, temos de assegurar que as nossas finanças públicas sejam sustentáveis e temos de definir planos credíveis para a consolidação do orçamento.

Atendendo a que as circunstâncias diferem significativamente nos vários Estados-Membros, os calendários para suspender os incentivos financeiros e as medidas em matéria de política monetária também são diferentes. Isto irá reflectir-se em muitos dos processos por défice excessivo contra vários Estados-Membros, mas há que haver coordenação e é necessário ter em conta o quadro geral do Pacto de Estabilidade e de Desenvolvimento. Consequentemente, a Presidência está a planear manter conversações com o ECOFIN, no Outono, sobre estratégias de saída apropriadas e sobre a sua coordenação.

Espero que essas conversações produzam um acordo claro sobre medidas ambiciosas de consolidação no momento certo, em cada Estado-Membro, a fim de se garantir a sustentabilidade a longo prazo.

**Marietta Giannakou**, *em substituição da autora*. – (EL) Senhora Ministra, muito obrigada pela clareza da sua resposta. Gostaria que desses especial importância à questão de saber se deveremos insistir para que 2010 seja um ano de saneamento das finanças públicas ou se deveremos, de alguma forma, permitir prorrogações ou atrasos, dado que até à data isso é algo que não beneficiou especialmente a União nas suas políticas.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) É muito difícil responder a essa pergunta. Na Cimeira do G20 que terá lugar na semana que vem, iremos iniciar uma primeira discussão sobre estratégias de saída. No entanto, é nítido que as circunstâncias variam muito de um Estado-Membro para outro, pelo que os calendários também poderão ser ligeiramente diferentes. Espero que possamos iniciar esse processo relativamente depressa, mas isso também depende da evolução da situação económica. Há luz ao fundo do túnel, pensamos que o pior já passou e, portanto, temos de nos debruçar mais atentamente sobre esta ideia de uma estratégia de saída. Se não o fizermos gradualmente, serão os elementos mais vulneráveis das nossas sociedades que irão ser afectados pelo desemprego crescente, por cortes públicos acentuados e pelo risco de inflação. Contudo, de momento, é um pouco cedo para poder dizer exactamente quando chegará esse momento nos vários Estados-Membros.

Pergunta n.º 5, de **Seán Kelly** (H-0270/09)

Assunto: Medidas da UE para combater o desemprego

Uma recente sondagem do Eurobarómetro indicava que 72% dos cidadãos da UE consideram que a União Europeia está a "desempenhar um papel positivo na criação de novas oportunidades de emprego e no combate ao desemprego", mas que apenas um pouco mais de um terço dos inquiridos tinha já ouvido falar dos instrumentos da UE para combater o desemprego, como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Será que está a ser feito o suficiente para promover a sensibilização para estes instrumentos fundamentais?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, o Conselho partilha da preocupação do senhor deputado quanto aos resultados da última sondagem do Eurobarómetro sobre o conhecimento que o público tem de importantes instrumentos da UE destinados a combater o desemprego, tais como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Do ponto de vista da democracia e da legitimidade, é importante comunicar aos nossos cidadãos o que a UE faz.

O Conselho atribui grande importância ao Fundo Social Europeu e ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, e queremos que estes dois instrumentos sejam utilizados eficazmente para combater o desemprego. Estes dois instrumentos são ferramentas financeiras importantes para combater a actual recessão e aumentar o emprego, na medida em que introduzem estratégias integradas de flexigurança e garantem que

as competências sejam melhoradas e mais bem ajustadas às necessidades existentes. O Conselho demonstrou-o em Dezembro de 2008, quando apoiou a rápida introdução, pelo Fundo Social Europeu, de medidas suplementares destinadas a apoiar o emprego. O Conselho anunciou também melhoramentos aos procedimentos do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. O regulamento original foi, portanto, revisto de modo a permitir que o Fundo respondesse mais eficazmente, apoiando os trabalhadores que tivessem perdido o seu emprego não só em consequência da globalização, mas também temporariamente devido ao abrandamento financeiro e económico. No entanto, é importante explicar que o funcionamento destes Fundos, incluindo uma divulgação e publicidade adequadas, é da competência dos Estados-Membros e da Comissão. No caso do Fundo Social Europeu, os Estados-Membros devem prestar informações sobre iniciativas e programas co-financiados, com vista a realçar o papel da Comunidade e a ajuda prestada pelos Fundos. Neste contexto, gostaria de mencionar a iniciativa europeia em matéria de transparência, lançada pela Comissão em 2005. Um dos principais objectivos desta iniciativa é melhorar a prestação de informação ao grande público sobre os Fundos Europeus disponíveis publicando os nomes dos beneficiários de subsídios directos no âmbito da política de coesão da UE.

No que respeita ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, a informação sobre as medidas financiadas deve ser prestada pelos Estados-Membros. Ao mesmo tempo, gostaria de vos lembrar que este Fundo foi criado há relativamente pouco tempo. A falta de conhecimento do mesmo pode dever-se ao facto de o Fundo ainda só ter prestado assistência num número relativamente pequeno de casos.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Muito obrigado pela resposta muito concisa que me deu. Tenho só mais uma pergunta. Ao que parece, existe uma forte oposição no Conselho à proposta de mobilizar antecipadamente o Fundo Social Europeu a 100% durante os próximos dois anos. Se essa oposição se mantiver, poderá o Conselho indicar outras alternativas que tenham sido propostas a fim de manter o dinamismo do plano europeu de recuperação económica?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Sim, com efeito, já discutimos esse assunto no Conselho várias vezes. A opinião unânime é que, para bem da qualidade do projecto, deve haver também um elemento de financiamento nacional. Por conseguinte, a proposta de eliminar esse aspecto não tem o apoio do Conselho.

No entanto, estamos cientes da situação e dos problemas. Pedimos à Comissão para apresentar uma proposta alternativa. Falei deste assunto ao Senhor Comissário Samecki, o Comissário responsável, há apenas dois dias. A Comissão está a preparar essa proposta e apresentá-la-á o mais brevemente possível.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) Lamento que o Conselho não tenha permitido a concessão do apoio necessário – financiamento a 100% – num momento em que falamos do papel do Fundo Social Europeu na redução do desemprego, em particular durante a actual crise. Gostaria ainda de referir que, durante a actual crise económica, assistimos ao aumento dos números do desemprego, que afectam em particular a siderurgia e os estaleiros de construção naval, e também ao desemprego técnico, para além de assistirmos ao despedimento de trabalhadores. Gostaria de fazer-lhe a seguinte pergunta, tendo também presente a necessidade de investir e de salvaguardar a competitividade económica da União Europeia no futuro: que medidas estão previstas com vista a promover a utilização dos recursos do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização para apoiar os sectores industriais que estão a atravessar dificuldades económicas?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Tal como disse há pouco, pedimos à Comissão para apresentar propostas alternativas sobre formas de usarmos este Fundo Social específico nesta situação em que, como disse a senhora deputada, há muitas pessoas sem emprego por toda a Europa, e esperamos que a Comissão nos apresente essa proposta sem grande demora.

No entanto, também fazemos muitas outras coisas para combater o desemprego. Trata-se de um assunto que é, evidentemente, da responsabilidade dos Estados-Membros, mas também temos uma responsabilidade colectiva de tentar coordenar, de facilitar a conclusão do mercado interno, de eliminar obstáculos, de pôr a Directiva "Serviços" a funcionar a partir de 1 de Janeiro, de eliminar formalidades burocráticas e de incentivar as pessoas a tornarem-se empregáveis, assegurando-lhes os recursos necessários para completarem a sua educação ou para tomarem um novo rumo.

O desemprego também será discutido numa reunião informal específica do ECOFIN, em Outubro, em que será um dos principais temas da ordem dos trabalhos; e, atendendo ao debate sobre o futuro da Estratégia de Lisboa que eu sei estar a decorrer no Parlamento Europeu e também no Conselho, em quase todas as suas formações, há muitas outras questões que estão a ser discutidas.

Por conseguinte, o Fundo Social é apenas um dos instrumentos que existe para combater o desemprego. Pode ser melhorado e talvez possa ser mais amplamente utilizado para mostrar aos cidadãos como utilizá-lo melhor. Mas é apenas um em toda uma série de instrumentos que possuímos e que temos de usar para combater o desemprego.

Pergunta n.º 6, de **Bernd Posselt** (H-0271/09)

Assunto: Informações sobre a Chechénia

Que diligências empreende o Conselho a fim de que a situação dos direitos humanos possa continuar a ser monitorizada na Chechénia após o assassinato da militante dos direitos humanos e da paz Natalia Estemirova e o subsequente encerramento do gabinete da associação “Memorial”? Como encara o Conselho a ideia de abrir um gabinete da União Europeia em Grosny, ou na proximidade imediata da Chechénia, que assegure esta tarefa, ou, pelo menos, de proceder ao envio de uma missão temporária àquele país?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, assim que a Presidência teve conhecimento do assassinato de Natalia Estemirova, emitimos imediatamente uma declaração condenando o assassinato e apresentando as nossas mais profundas condolências à sua família e aos seus colegas da organização de direitos humanos “Memorial”. Instamos igualmente as autoridades russas a investigarem rápida e minuciosamente o assassinato e a apresentarem os seus autores à justiça.

Posso garantir ao senhor deputado Posselt que o Conselho continuará a acompanhar muito atentamente a evolução da situação na Chechénia, dedicando especial atenção ao respeito pelos direitos humanos e à situação dos defensores dos direitos humanos. O Conselho tem instado as autoridades russas, em diversas ocasiões, a fazerem tudo o que estiver ao seu alcance para protegerem estas pessoas na Rússia, em conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores de Direitos Humanos, que é universalmente reconhecida. Gostaria de frisar que a UE já tem uma presença na Chechénia como resultado do projecto de ajuda da Comissão, dos diplomatas das embaixadas de Moscovo nos Estados-Membros da UE, e sob a forma de visitas regulares à Chechénia.

O Conselho gostaria de sublinhar a importância que atribui às perguntas do senhor deputado Posselt e está preocupado com a situação dos direitos humanos na Chechénia, mas não consideramos que haja neste momento uma necessidade específica de criar um gabinete ou uma missão, conforme propõe o senhor deputado. A União Europeia está presente na região e continuaremos a acompanhar as questões relacionadas com o respeito pelos direitos humanos, o Estado de direito e os princípios democráticos na Chechénia, e responder-lhes-emos sempre que disso haja necessidade.

**Bernd Posselt (PPE)**. – (DE) Obrigado, Senhora Presidente em exercício do Conselho. Esta foi a primeira boa resposta que recebi do Conselho sobre este tema. Obrigado.

Mesmo assim, tenho uma breve questão suplementar: pretende o Conselho voltar a debruçar-se sobre a questão da Chechénia sob a Presidência sueca, uma vez que a liderança russa emitiu uma série de anúncios de mudanças? Mas é preciso que se lhes sigam acções e nós não as vemos, pelo que gostaria de pedir que volte a informar-nos adequadamente sobre esta questão durante a preparação das negociações sobre o acordo. Pretendemos ter um debate de urgência sobre esta matéria amanhã.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, sim, levantamos constantemente as questões relacionadas com os direitos humanos no nosso diálogo com a Rússia, e os direitos humanos figurarão na ordem dos trabalhos da cimeira que a UE espera realizar com a Rússia durante o Outono.

Pergunta n.º 7, de **Nikolaos Chountis** (H-0273/09)

Assunto: O Governo turco autoriza a prospecção de hidrocarbonetos na ZEE de Estados-Membros da União

O Governo turco autorizou a empresa petrolífera estatal “TPAO” a proceder à prospecção de hidrocarbonetos em áreas no interior das zonas económicas exclusivas (ZEE) da Grécia e de Chipre. Esta decisão vem na sequência de anteriores ameaças da Turquia contra Chipre para que este não proceda à exploração da sua ZEE, o que obrigou Chipre a vetar a abertura do capítulo “energia” das negociações de adesão com a Turquia. Dado que esta decisão do Governo turco pode provocar uma situação explosiva nas relações da Turquia com Estados-Membros da UE, pergunta-se ao Conselho:

Que acções imediatas irá o Conselho desenvolver para que o governo turco anule a decisão relativa à prospecção de hidrocarbonetos na ZEE de Estados-Membros da UE? Que medidas irá tomar para que a

Turquia aplique também a Chipre o Protocolo Adicional ao Acordo de Ancara e reconheça o direito de Chipre a uma ZEE? Quando se prevê a adopção pela Turquia da Convenção sobre o Direito do Mar, que faz parte do acervo comunitário?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, o Conselho está a par dos acontecimentos que o senhor deputado refere. No que se refere às relações da Turquia com os países da região em causa, a Turquia, tal como todos os outros países, tem o dever de agir no sentido de incentivar as boas relações de vizinhança e a resolução pacífica de diferendos. É esta a essência da Carta das Nações Unidas.

Isso é também um importante requisito para a adesão à UE. No contexto das negociações da Turquia com a UE e das conclusões extraídas das mesmas pelo Conselho, a UE pediu à Turquia que evitasse qualquer ameaça, fonte de conflito ou acção susceptível de ter um efeito negativo nas boas relações de vizinhança e no processo de resolução pacífica de diferendos. Além disso, a UE já salientou, em várias ocasiões, a importância de promover a normalização das relações bilaterais entre a Turquia e todos os Estados-Membros da UE, incluindo a República de Chipre, e frisou a importância dos direitos de soberania de todos os Estados-Membros da UE.

Relativamente à questão do Protocolo Adicional, a posição da União é extremamente clara. A Turquia tem o dever de o aplicar na íntegra e de uma maneira não discriminatória. Todos estes assuntos são sistematicamente levantados pela UE, e a última vez que o fez foi na reunião dos ministros da Troika da UE com a Turquia, que teve lugar em Estocolmo, em Julho, e no Conselho de Associação, em Maio. Posso assegurar ao senhor deputado que o Conselho atribui grande importância a estes assuntos e que irá continuar a acompanhar com muita atenção a evolução da situação.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL)**. – (EL) Senhora Ministra, agradeço a sua disponibilidade e coragem para dar respostas claras às nossas perguntas.

Gostaria de dizer que amanhã debateremos no Parlamento a questão do gasoduto Nabucco e queria lembrar-lhe que, em Janeiro de 2009, o Primeiro-Ministro turco ameaçou em Bruxelas que o seu país iria rever o seu apoio à construção da conduta de gás natural se as negociações sobre a abertura do capítulo “energia” não prosseguissem.

Como é sabido, este capítulo foi bloqueado pelo veto exercido por Chipre, que foi ameaçado pela Turquia relativamente à exploração da sua zona económica exclusiva.

Assim, dado que a questão da zona económica exclusiva é de crucial importância e pode criar grandes problemas para muitas políticas da UE, volto a perguntar-lhe que medidas irá tomar o Conselho para que a Turquia reconheça o direito de Chipre a uma zona económica exclusiva.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, tanto o Conselho como a Comissão tomaram nota desta questão e iremos acompanhar o assunto com grande atenção. Nos nossos contactos com a Turquia continuaremos a levantar sempre o assunto, bem como a importância das boas relações de vizinhança. A próxima oportunidade será a Troika dos ministros dos Negócios Estrangeiros, em Novembro. Espero que seja possível evitar incidentes do tipo do que o senhor deputado mencionou.

No que respeita ao capítulo da energia, o assunto está actualmente a ser considerado nas várias formações do Conselho e estão em curso conversações. É demasiado cedo para anunciar os resultados desta análise e, tal como o senhor deputado decerto sabe, cada passo deste processo exige unanimidade no Conselho.

Pergunta n.º 8, de **Liam Aylward** (H-0278/09)

Assunto: Política da UE na Birmânia

Poderá o Conselho Europeu apresentar uma declaração relativa à política da União Europeia em relação à Birmânia e indicar as medidas que a União Europeia tem vindo a adoptar para ajudar a libertar Aung San Sui Kyi, que tem estado detida nesse país desde 1990?

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, a UE tem acompanhado atentamente a situação de Aung San Suu Kyi desde que esta foi detida há vinte anos. O Conselho tem trabalhado continuamente e muito activamente a seu favor. Já solicitámos, em muitas ocasiões, às autoridades birmanesas que a libertassem.

Além disso, ao longo de todo este tempo, o Conselho empreendeu várias acções específicas. Vou referir algumas delas.



Em Agosto, a UE condenou imediatamente a decisão contra Aung San Suu Kyi e o processo intentando contra ela, que não tinha qualquer fundamento jurídico. Instámos as autoridades da Birmânia a libertarem-na imediata e incondicionalmente. O Conselho declarou que o processo judicial contra Aung San Suu Kyi constituía um crime contra o direito nacional e internacional.

Além disso, o Alto Representante da UE, Javier Solana, interveio a favor de Aung San Suu Kyi na reunião ministerial da ASEAN e na conferência ministerial ASEAN-UE que se seguiu, em que esteve também presente um representante da Birmânia. Houve também muitos outros participantes na reunião, incluindo os representantes dos EUA, da China, da Rússia e outros, que exigiram veementemente a libertação imediata de Aung San Suu Kyi e de outros prisioneiros políticos.

Através do seu Enviado Especial à Birmânia, Piero Fassino, a UE também tem apoiado activamente as medidas adoptadas pelas Nações Unidas e pelo seu Assessor Especial, Ibrahim Gambari, e tem efectuado consultas a importantes parceiros da União na Ásia.

As autoridades da Birmânia decidiram ignorar os protestos contra a detenção de Aung San Suu Kyi e os apelos para a sua libertação feitos por um grande número de países e organizações, incluindo o Secretário-Geral das Nações Unidas, o Secretário-Geral da ASEAN e uma série de Estados membros da ASEAN, de que a Birmânia também faz parte, por sinal.

Dado não ter havido uma resposta por parte da Birmânia, a UE empreendeu outras acções contra os responsáveis pelo seu julgamento. Incluímos os magistrados e outras pessoas envolvidas no processo contra Aung San Suu Kyi na lista de pessoas a quem não serão concedidos vistos e cujos bens devem ser congelados. Aumentámos a lista de pessoas e unidades que devem ser abrangidas por medidas restritivas, de modo a incluir o congelamento dos activos de empresas detidas e controladas por membros do regime birmanês ou por pessoas a eles associadas.

A resposta acordada pelo Conselho em 13 de Agosto está inteiramente de acordo com a resolução aprovada pelo Parlamento Europeu em Outubro de 2008. Posso assegurar ao senhor deputado que, para além destas medidas específicas, a UE irá intensificar a sua actividade no âmbito da comunidade internacional e, em particular, a actividade desenvolvida com parceiros asiáticos que partilham da mesma visão, a fim de promover a libertação imediata e incondicional de Aung San Suu Kyi e de outros prisioneiros políticos. Este é um primeiro passo fundamental no processo de reconciliação nacional que é necessário para que as eleições de 2010 possam ser consideradas livres, justas e credíveis.

**Liam Aylward (ALDE).** – (EN) Quero agradecer-lhe, Senhora Presidente em exercício, a sua resposta pormenorizada. Gostaria de lhe perguntar que medidas tomou ou está a tomar a União Europeia com vista a ajudar os milhares de refugiados que fugiram do Estado de Shan, no Norte da Birmânia, para a China devido aos confrontos violentos entre a junta e as minorias étnicas.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Peço desculpa, mas não creio que possa responder a essa pergunta. Vou ter de o fazer noutra altura. Lamento.

Pergunta n.º 9, de **Brian Crowley (H-0280/09)**

Assunto: Estreitamento das relações UE-EUA

Pode o Conselho Europeu indicar que iniciativas levou a cabo para permitir o estreitamento das relações políticas e económicas entre a União Europeia e os Estados Unidos da América?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhora Presidente, o Conselho atribui a maior importância às relações entre a UE e os EUA. As relações transatlânticas são a pedra angular da política externa da UE e assentam nos nossos valores comuns da democracia e dos direitos humanos e no nosso empenhamento em promover economias integradas abertas. A nova Administração americana deu um novo impulso a estas relações.

Estamos firmemente determinados em manter esta cooperação. Esta é uma altura em que, de ambos os lados do Atlântico, se esperam resultados concretos das nossas relações transatlânticas. Congratulo-me por poder afirmar que há muitos domínios em que a UE mantém uma estreita cooperação com os Estados Unidos a fim de expandirmos a nossa parceria estratégica e alcançarmos resultados. Iremos, naturalmente, continuar a cooperar muito estreitamente no que respeita a uma série de questões regionais, tais como o Afeganistão, o Paquistão, o Irão, o processo de paz no Médio Oriente, a Rússia e os Balcãs Ocidentais. Mantemos uma cooperação regular no que se refere à gestão de crises e estou encantada com o facto de os Estados Unidos irem agora participar numa missão civil da PCSD, nomeadamente a missão EULEX no Kosovo.

Vamos cooperar estreitamente relativamente às questões climáticas tendo em vista a Cimeira de Copenhaga no final do ano. A nova Administração americana aumentou substancialmente o grau de ambição dos Estados Unidos neste domínio. Congratulamo-nos com esse facto e espero que este país consiga apresentar objectivos comparáveis para a redução das emissões a curto prazo, como parte do acordo. Temos também cooperado sobre assuntos energéticos. Consideramos que é agora necessário elevar o nível de cooperação neste domínio, e esperamos criar um conselho especial da energia para a UE e os Estados Unidos. Este conselho poderá vir a ser uma instância útil para aumentar a nossa cooperação nos domínios da segurança energética, dos mercados, da política de sustentabilidade e da investigação sobre novas tecnologias.

Uma outra questão a que atribuímos grande prioridade é, evidentemente, a crise financeira e económica. É necessária uma cooperação muito estreita neste domínio se quisermos restabelecer a confiança nos mercados financeiros e fazê-los funcionar correctamente. No domínio do comércio, há que ter a ambição de concluir o ciclo de Doha em 2010. Isto é essencial se quisermos promover a recuperação económica e combater o proteccionismo. Os EUA têm um papel fundamental a desempenhar relativamente a esta questão.

Como é natural, iremos discutir estas questões no âmbito da Cimeira do G20, na próxima semana. Tanto a UE como os EUA se têm mostrado interessados em aprofundar a cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos e em compreender melhor os quadros regulamentar e político da outra parte. A declaração sobre o encerramento da prisão de Guantánamo, que mencionou o aprofundamento da cooperação transatlântica nos domínios da justiça e dos assuntos internos, representa um importante passo nesse sentido.

Relativamente à não proliferação e ao desarmamento, a cooperação entre a UE e os Estados Unidos foi revitalizada e a Administração Obama tem mostrado grande interesse na questão. Washington e Bruxelas estão a trabalhar em conjunto com vista a assegurar que sejam efectuados progressos significativos no que se refere a questões como a Conferência de Revisão das Partes no Tratado de Não Proliferação, a entrada em vigor do Tratado de Proibição Total de Ensaaios Nucleares e a resolução do impasse na Conferência sobre Desarmamento, de modo a alcançarmos um tratado proibindo a produção de materiais cindíveis para armas.

Há um forte interesse de ambos os lados em reforçar o diálogo político transatlântico e a cooperação ao nível da acção para o desenvolvimento. A UE e os EUA são os maiores doadores do mundo, pelo que partilhamos do mesmo interesse em aumentar os esforços no domínio do desenvolvimento. Estamos a discutir a forma de o fazer. A próxima cimeira entre a UE e os Estados Unidos proporcionará uma excelente oportunidade de discutirmos estas e outras questões relevantes ao mais alto nível. Sinto-me muito orgulhosa pelo facto de ter sido oferecida à Presidência sueca a oportunidade de conduzir a UE na cimeira. Estamos firmemente convencidos de que a cimeira promoverá as relações transatlânticas de uma maneira positiva e construtiva.

**Brian Crowley (ALDE).** – (EN) Muito obrigado, Senhora Ministra. É um prazer vê-la aqui de novo, ainda que numa função diferente.

Mais especificamente, no que respeita às duas questões em que, a meu ver, mais podemos cooperar: em primeiro lugar, a proliferação e, em segundo lugar, a crise financeira.

Gostaria de perguntar se a Presidência sueca – em representação do Conselho, evidentemente – tem ideias específicas que deseje levar para a Cimeira EUA-UE, que terá lugar muito em breve, nomeadamente sobre as divergências que parecem existir entre a França e a Grã-Bretanha, por um lado, e o resto da União Europeia, por outro lado, no que se refere aos regulamentos financeiros a aplicar. Os EUA parecem estar mais próximos dos outros Estados-Membros da UE, talvez, do que das ideias francesas e britânicas, que foram anunciadas ontem por Gordon Brown.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Esta manhã realizámos um debate sobre os preparativos para a Cimeira do G20. Sei que foram discutidas propostas diferentes nos meios de comunicação social, mas devo dizer que a UE está extremamente bem coordenada. Mantivemos conversações com os ministros das Finanças e, amanhã à noite, haverá um jantar com Chefes de Estado e primeiros-ministros para finalizar a coordenação à luz da reunião de Pittsburgh.

A UE está unida. Sabemos o que queremos. Temos uma proposta concreta e, amanhã, serão aperfeiçoados os pormenores. Portanto, não estou verdadeiramente preocupada com o assunto, e estou muito contente por termos conseguido, com a ajuda da Comissão e do Senhor Comissário Almunia, chegar a esta situação muito rara de forte unidade dentro da União Europeia. Estas são as nossas prioridades e as nossas soluções que estão em discussão, e iremos, evidentemente, tentar alcançar a coesão em relação ao maior número possível de pontos, não só com a Administração norte-americana, mas também com os outros parceiros que irão participar na reunião do G20.

Quanto à não proliferação, estamos muito contentes por ter sido incluída na ordem dos trabalhos. Foi difícil, durante algum tempo, levantar a questão e congratulamo-nos com o empenhamento do Presidente Obama em relação à mesma. Mas levará tempo. Há questões técnicas complicadas e iremos levar tempo a examiná-las. Vamos tentar avançar, mas não vos posso dizer quanto tempo levará nem que prazos temos. Mas a questão foi incluída na ordem dos trabalhos. Estamos muito empenhados em avançar, e penso que é também esse o desejo dos nossos congéneres norte-americanos.

**Justas Vincas Paleckis (S&D).** – (EN) Senhora Presidente em exercício, gostaria de lhe fazer uma pergunta sobre o triângulo UE-EUA-Rússia. Como sabemos, por iniciativa do Presidente Obama, os EUA e a Rússia iniciaram negociações muito importantes sobre o desarmamento nuclear. Na sua opinião, como poderão o Conselho e a União Europeia facilitar e contribuir para essas negociações, que são tão importantes para o futuro da humanidade?

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (EN) Estou muito contente com essa notícia. Penso que é um passo importante esses dois países sentarem-se a discutir questões que, tal como o senhor deputado disse, são importantes para a humanidade, e só podemos esperar que avancem de uma maneira concreta.

Vai realizar-se uma cimeira mundial sobre segurança nuclear em Março de 2010, em que a UE também estará, evidentemente, presente. Perante isso, temos também uma boa oportunidade de coordenar as nossas opiniões e ver de que forma poderemos contribuir para assegurar que essas conversações sejam bem-sucedidas e tão profícuas quanto possível.

**Presidente.** - As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

Está encerrado o período de perguntas.

## **17. Composição das comissões e das delegações: ver Acta**

## **18. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta**

## **19. Encerramento da sessão**

(A sessão é suspensa às 19H00)